

(RE)DESCOBRINDO
FACES DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva

SECRETÁRIO ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS - SEDH
Paulo de Tarso Vannuchi

SUBSECRETÁRIA DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE - SPDCA
Carmen Silveira de Oliveira

PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE - CONANDA
Carmen Silveira de Oliveira

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

CHANCELER
Dom Washington Cruz, CP

REITOR
Wolmir Therezio Amado

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E APOIO ESTUDANTIL
Sônia M. Gomes Sousa

INSTITUTO DOM FERNANDO
Maria Luiza Moura Oliveira

CEPAJ
Valteci Vieira

EQUIPE PARTICIPANTE DO PROJETO
Iraídes Campos da Luz
Luiz do Nascimento Carvalho
Marice Cristina Lopes Barbosa
Mônica Barcellos Café
Noemi Assis
Núbia Angélica de Jesus

ESTUDANTES PESQUISADORAS
Ângela da Paixão (PSI)
Daiane de Oliveira Bronzi (PSI)
Hellen Cristina Martins Lopes (PSI)
Lucineide Clemente Amâncio Almeida (PSI)
Patrícia de Mello (PSI)
Vanirlene Ferreira Lima (PSI)

CÂNONE EDITORIAL

EDITORA RESPONSÁVEL
Ione Valadares



Maria Luiza Moura Oliveira
Sônia M. Gomes Sousa (Orgs.)

(RE)DESCOBRINDO
FACES DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES

1ª Reimpressão

Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência
da República - SEDH-PR
Conselho Nacional dos Direitos da Criança
e do Adolescente - CONANDA
Centro de Educação Comunitária de Meninas e Meninos - CECOM

2009



Catálogo na fonte

R314r (Re)Descobrimos faces da violência sexual contra crianças e adolescentes /
Org. [por] Maria Luiza Moura Oliveira e Sônia M. Gomes Sousa. -
Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Goiânia : Câne Editorial, 2009.

1. reimpr.

190 p. : il. ; 22 cm

ISBN 85-87635-50-6

1. Direitos de crianças e adolescentes. 2. Violência. 3. Violência sexual.
4. Abusadores - identificação. 5. Abusadores - padrões de conduta.
6. Abusadores - atendimento psicoterapêutico.

CDD: 306.745

1. edição: 2007

1. reimpressão: 2009

Copyright © 2009 Maria Luiza Moura Oliveira e Sônia M. Gomes Sousa

Preparação de originais e revisão: Lisa Stuart

Capa: Thays de Lourenço Lima

Diagramação e arte-final: Maria de Fátima O. e Paula

2009 - Presidência da República/Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Tiragem: 1000 exemplares

Realização:

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS

Conselho Nacional dos Direitos Humanos da Criança
e do Adolescente - CONANDA

Esplanada dos Ministérios. Bloco T, Anexo II, sala 421 CEP 700-64-901 Brasília-DF

Fone: (61) 3225-2327/3429-3525 Fax (61) 3224-8735

E-mail: conanda@sedh.gov.br

CENTRO DE EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA DE
MENINAS E MENINOS - CECOM

Rua 15, n. 293, Setor Santos Dumont

Jardim Nova Esperança

74463-610 - Goiânia-GO - Brasil

CÂNONE EDITORAÇÃO LTDA

Avenida Sucuri, Qd. 137, L. 29,

Setor Jaó

74674-010 - Goiânia-GO - Brasil

Telefone/Fax: (62) 3093 7082

E-mail: canone.edit@gmail.com

www.canoneeditorial.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Dedicamos esta obra a Jackeline Valente (*in memoriam*) pelo trabalho sério, responsável e cuidadoso que desenvolveu como assessora de comunicação da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, e pelo apoio às ações do CONANDA.



SIGLAS

ABTOS	- Associação Brasileira de Prevenção e Tratamento das Ofensas Sexuais
AGSP	- Agência Goiana do Sistema Prisional
CBO	- Classificação Brasileira de Ocupações
CEARAS	- Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual
CECRIA	- Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes
CEDECA	- Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CEI	- Comissão Especial de Investigação
CEPAIGO	- Centro Penitenciário Agroindustrial de Goiás
CEPAJ	- Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil
CF	- Constituição Federal
CGDANT	- Coordenação Geral de Doenças e Agravos Não Transmissíveis
CIMP	- Centro Integrado Médico e Psicopedagógico
CNRVV	- Centro de Referência às Vítimas da Violência, do Instituto Sedes Sapientiae
CONANDA	- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CPMI	- Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CRAMI	- Centro Regional de Atenção aos Maus-tratos na Infância do ABCD

CSP	- Comando de Saúde Preventiva
DASIS	- Departamento de Análises de Situação de Saúde
DEPEN	- Departamento Penitenciário Nacional
DS	- Distritos Sanitários
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
FMACA	- Fundo Municipal de Apoio à Criança e ao Adolescente
FNCA	- Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente
FUMDEC	- Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário
GM/MS	- Gabinete do Ministro/Ministério da Saúde
HUGO	- Hospital de Urgências de Goiânia
IATSO	- International Association for the Treatment of Sexual Offenders
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDF	- Instituto Dom Fernando
IPTSP	- Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública
LOAS	- Lei Orgânica da Assistência Social
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
MS	- Ministério da Saúde
NPVPS	- Núcleo de Prevenção das Violências e Promoção da Saúde
ONU	- Organização das Nações Unidas
PES	- Planejamento Estratégico Situacional
PESTRAF	- Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial
POG	- Penitenciária Odenir Guimarães
PROEX	- Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil
PSF	- Programa de Saúde da Família
SEDH-PR	- Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
SENAT	- Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SES	- Secretaria Estadual de Saúde



SEST	- Serviço Social do Transporte
SINAM	- Sistema de Informação de Agravos e Notificação
SME	- Secretaria Municipal de Educação
SMS	- Secretaria Municipal de Saúde
SUS	- Sistema Único de Saúde
SVS	- Secretaria de Vigilância em Saúde
UCG	- Universidade Católica de Goiás
UFG	- Universidade Federal de Goiás
VPCVA	- Vigilância, Prevenção e Controle de Violências e Acidentes





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
PARTE I	
Rede de atenção a mulheres crianças e a adolescentes em situação de violência: movimento social ou gestão intersetorial de serviços?.....	19
Luiz do Nascimento Carvalho, Iraídes Campo da Luz e Noemi Assis	
Notificação compulsória dos casos de violência no Sistema Único de Saúde: contribuições de Goiânia.....	53
Maria Aparecida Alves	
Campanha educativa pelo fim da exploração sexual de crianças e adolescentes: uma experiência de mobilização social em Goiânia.....	75
Maria Luiza Moura Oliveira	
PARTE II	
Perfil da população carcerária condenada por crimes de violência sexual contra mulheres, crianças e adolescentes em Goiás: autores, violência e vítima.....	99
Luiz do Nascimento Carvalho e Sônia M. Gomes Sousa	
“Tinha pavor em pensar que alguém pudesse descobrir”: o sentido de infância e adolescência para autores de violência sexual.....	127
Karen Michel Esber	
O processo psicoterápico com autores de violência sexual: uma visão gestáltica.....	155
Núbia Angélica de Jesus	
SOBRE OS AUTORES.....	185



APRESENTAÇÃO

Este livro é fruto de um amplo movimento nacional ocorrido nos últimos anos, cujo desafio é identificar, denunciar, responsabilizar e prevenir as situações de violência sexual contra crianças e adolescentes. Como todos sabemos, o fenômeno da violência – e, em especial, o da violência sexual – é extremamente complexo em sua gênese, colocando uma série de dificuldades para seu enfrentamento. Por isso a necessidade do esforço conjunto de várias instituições no sentido de pesquisar, propor metodologias de intervenção e delinear ações de prevenção.

Nesse processo, destacamos o papel da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH-PR) e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e os esforços da Universidade Católica de Goiás (UCG), instituições que têm desenvolvido uma atuação consistente na área, de que derivam os resultados consubstanciados na concretização deste livro: *(Re)Descobrimos facetas da violência sexual contra crianças e adolescentes*.

A Universidade Católica de Goiás e a Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil (PROEX), por meio do Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (CEPAJ) – programa de extensão do Instituto Dom Fernando (IDF), especializado nas temáticas da infância, adolescência, juventude e família –, têm contribuído, nos últimos 24 anos (1983-2007), para importantes avanços na área da infância/adolescência, não apenas pelo trabalho de sistematização teórica de suas práticas, mas também pela dimensão interdisciplinar adotada no atendimento à população, tornando-se importante parâmetro para vários programas governamentais e não governamentais. Além disso, o CEPAJ tem colaborado na formulação de políticas públicas, no

exercício do controle social, em conjunto com os conselhos de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, apoiando o fortalecimento de redes de atenção e os movimentos sociais e populares, visando à promoção, defesa e proteção dos direitos de crianças e adolescentes, especialmente aqueles que vivem em contextos de violência. Para isso, tem buscado parcerias nos vários níveis da administração pública.

O conjunto dos textos reunidos nesta publicação resulta do convênio nº 159/2005, celebrado entre a SEDH-PR e o CEPAJ/IDF/UCG, para o desenvolvimento do projeto denominado “Ações de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil em Goiânia e região metropolitana”, com apoio financeiro do Governo Federal. As ações desse projeto agregaram esforços no sentido de fortalecer e consolidar a Rede de Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência na cidade de Goiânia, por meio de campanhas educativas, voltadas para populações específicas e relacionadas às rotas de exploração sexual, e também pela oferta de atendimento psicoterapêutico a indivíduos que cometeram violência sexual. Com esse esforço, busca-se, ao mesmo tempo, consolidar ações de enfrentamento da violência e produzir conhecimento acerca da temática, dialogando com a produção teórica disponível, o que é indispensável para o entendimento do complexo fenômeno da violência – um desafio para todos que se lançam na busca do seu entendimento.

Os textos esforçam-se por ouvir as vozes e as concepções de uma série de atores, posicionados em *lugares* específicos da organização social e institucional. Algumas reflexões se dedicam a explicitar a organização das ações que visam construir, de modo efetivo, ações em saúde, educação e assistência social para mulheres, crianças e adolescentes em situação de violência. Focam o olhar na especificidade desses segmentos sociais, constatando um viés nas relações de poder que mostra esses segmentos como lugar social em que se produz a violência sexual, como parte da violência em geral. Outras reflexões se baseiam nas falas, na escuta e no acompanhamento daqueles considerados “o outro lado” da questão, ou seja, os que foram condenados e hoje sobrevivem no contexto prisional. Ao ouvir as vozes dos que foram sentenciados, deixamos que explicitem sua face existencial, o que permite, aos autores e, conseqüentemente, aos leitores adentrarem no mundo particular dos autores da violência interpessoal.

Por uma opção didática, o livro está organizado em duas partes. Na primeira parte são apresentados três textos. O primeiro, “Rede de Atenção a

Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência: movimento social ou gestão intersetorial de serviços?”, de Luiz do Nascimento Carvalho, Iraídes Campos da Luz e Noemi Assis, analisa, com base em pesquisa realizada junto a essa rede, como se configura a identidade social da Rede de Atenção de Goiânia. Com essa questão em pauta, os autores buscaram discutir se os indícios percebidos na organização da Rede de Atenção permitem defini-la como portadora de características de movimento social e/ou de uma organização intersetorial de serviços. Trata-se de reflexão que visa suscitar o debate entre os membros da Rede de Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência de Goiânia e os estudiosos dos temas do movimento social e da gestão pública. Uma espécie saudável de provocação à reflexão.

No segundo texto, “Notificação compulsória dos casos de violência no SUS: contribuições de Goiânia”, Maria Aparecida Alves discute a participação da Rede de Atenção de Goiânia na elaboração da ficha de notificação compulsória dos casos de violência no SUS, trazendo importantes informações sobre a constituição dessa rede em Goiânia, os principais marcos de sua organização e os atores sociais/institucionais relevantes na consolidação de concepções e valores que a orientam. É um texto essencial para os que não conhecem a realidade específica de Goiânia, e que complementa o conjunto da temática da organização em rede.

O terceiro trabalho, “Campanha educativa pelo fim da exploração sexual de crianças e adolescentes: uma experiência de mobilização social em Goiânia”, de Maria Luiza Moura Oliveira, discute, com base nas experiências implementadas em Goiânia, o papel das campanhas educativas no processo de luta pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Trata-se de uma análise rica que aborda o desafio de implementar mudanças de mentalidade, ou seja, mudanças culturais, por meio de processos massivos de mensagem e da busca de convencimento sobre a importância do respeito aos direitos de crianças e adolescentes.

Na segunda parte da obra, também com três capítulos, abordam-se questões de natureza psicossocial. No primeiro texto, “Perfil da população carcerária condenada por crimes de violência sexual contra mulheres, crianças e adolescentes em Goiás: autores, violência e vítima”, Luiz do Nascimento Carvalho e Sônia M. Gomes Sousa discorrem sobre o tema da violência, buscando estabelecer o perfil da pessoa condenada, os elementos caracterizadores da violência e também o perfil da pessoa atingida pela

violência, utilizando informações sobre a população carcerária dos prontuários de detentos de prisões goianas. As informações revelam a localização específica da população prisional e avaliam as variações nos casos de violência, quando esses são enquadrados nas categorias jurídicas de atentado violento ao pudor e estupro.

O segundo texto, “‘Tinha pavor em pensar que alguém pudesse descobrir’: o sentido de infância e adolescência para autores de violência sexual”, de Karen Michel Esber, avalia, com base em informações oriundas de sessões psicoterapêuticas com indivíduos que cometeram esse tipo de violência, o significado de infância revelado no contexto das sessões. Mostra, com maestria, as vivências da infância, as relações no contexto familiar e a qualidade das emoções que afloram quando o adulto resgata a criança que traz escondida na memória, com suas implicações para a reflexão sobre o trato com as crianças e sobre a constituição subjetiva, dimensões que permeiam tais significados de infância.

No terceiro texto, “O processo psicoterápico com autores de violência sexual: uma abordagem gestáltica”, Núbia Angélica de Jesus reflete, fundamentando-se na psicoterapia de abordagem gestáltica, sobre os casos que atendeu no percurso do projeto “Ações de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil na região metropolitana de Goiânia”, e identifica, no contexto carcerário, os principais desafios para a consolidação do objetivo proposto pela *Gestalt* como meta final da psicoterapia: o da ampliação da consciência do sujeito.

Em seu conjunto, os textos exploram o tema da violência enfrentando todos os desafios impostos pela própria natureza do problema, sobretudo no caso brasileiro, em que esses caminhos ainda não estão consolidados. Trata-se do registro, ou seja, de um mapa do percurso realizado por esta equipe, procurando desvendar as faces da violência sexual e favorecer sua compreensão. Com este trabalho, busca-se suscitar o debate sobre a questão, com todas as discussões e desdobramentos pertinentes, como forma de aprofundar o saber e de avançar no fazer, intervindo no processo de construção de um pacto de humanidade em oposição à barbárie.

Maria Luiza Moura Oliveira
Sônia M. Gomes Sousa



PARTE I





REDE DE ATENÇÃO A MULHERES CRIANÇAS E ADOLESCENTES
EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: MOVIMENTO SOCIAL
OU ORGANIZAÇÃO INTERSETORIAL DE SERVIÇOS?

Luiz do Nascimento Carvalho
Iraídes Campos da Luz
Noemi de Assis

INTRODUÇÃO

O conceito de *rede* tem sido utilizado como referência metafórica para fazer referência a tipos de organização de pessoas e grupos orientados de forma mais ou menos heterogênea para alcançar determinados fins comuns. Na discussão sobre movimentos sociais, autores como Touraine (2007) e Melucci (2001) propõem o emprego do conceito de *redes* para aludir às formas atuais de configuração dos movimentos sociais. Esse conceito tem sido largamente utilizado para caracterizar uma qualidade das organizações mobilizadas e mobilizando-se em torno de alguma demanda social. Foi um termo bastante utilizado no Brasil das décadas de 1980 e 1990 para fazer referência a formas de organização como a Rede de Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência, de Goiânia.¹ Adotado na linguagem cotidiana com o sentido de *articulação* dos movimentos, tem origem na teoria das redes sociais, surgida nos Estados Unidos (Barnes, 1972; Marteleto, 2001), e é absorvido no debate sobre os movimentos sociais emergentes na última metade do século XX. No contexto de discussão dos autores anteriormente citados, a palavra rede, quando associada ao conceito de movimento social, explicita, ao mesmo tempo, uma constatação e uma forma de se reportar – uma posição teórico-epistemológica – à característica dos movimentos sociais na atualidade, e segue as trilhas apresentadas pelo psicólogo e sociólogo Alberto Melucci (1943-2001), com sua proposição acerca do que denomina *novos movimentos sociais*.

Ora, não é novo o fato de que as ciências humanas e sociais – mas não apenas elas – recorrem abundantemente a referências metafóricas para representar determinados aspectos da realidade social e conferir-lhes certa

clareza e inteligibilidade. Alcançam esse objetivo constituindo imagens figurativas. Por meio da analogia, a palavra *rede*, como vem sendo utilizada atualmente, busca, em geral, enfatizar a dimensão da vinculação social e da identidade, do intercâmbio ou interdependência entre sujeitos humanos portadores da autoconsciência de um *nós*, destacando, nesse processo, a dimensão da *ação* à qual se refere Arendt (2001), como um dos três componentes da sua definição da condição humana (a *vita activa*), constituída, para a autora, pelo labor, o trabalho e a ação.²

A expressão redes de movimentos sociais, ou *networks* na sua denominação originária, enfatiza a dimensão da ação política, em seu sentido clássico, associada, sobretudo, aos avanços tecnológicos em termos comunicacionais, especialmente, no contemporâneo, destacando-se um meio de comunicação que emergiu há pouco tempo, e que amplia enormemente as possibilidades de interação e inter-relação entre mundos altamente diversificados: a rede mundial de computadores internet.

Associada ao fenômeno de globalização da economia e mundialização da cultura (Ortiz, 1995), a internet – como um dos seus componentes e enquanto rede tecnológica de cabos, máquinas e ondas de rádio – permite que atores sociais, em distintas partes do planeta, possam implementar ações solidárias entre si, com base na identidade comum em relação a certas bandeiras – ecologia, direitos humanos, paz, feminismo, infância e juventude, por exemplo –, vinculando uma grande diversidade de atores motivados por uma multiplicidade de fatores, os quais se aderem a um ponto no cenário do mundo social capaz de constituir parte de suas identidades e dos motivos explicitamente elencados para a ação.

A internet, por sua vez, oferece aos pesquisadores dos movimentos sociais a metáfora adequada para evidenciar sua expressão no tempo presente, com suas peculiaridades: o movimento antiglobalização é um bom exemplo da expressão de uma ação política que tem como meta uma intervenção global, intervenção para a qual a internet e outros meios tecnológicos e comunicacionais surgem como o canal, o veículo de articulação e da ação empreendida pelos atores em âmbito planetário, constituindo cada indivíduo um ponto de emissão e recepção do todo nessa rede.

O uso da palavra rede para qualificar uma ação – uma meta social a atingir –, ou um valor, se instalou definitivamente no discurso institucional de empresas, governos e movimentos sociais. Alguns analistas (Castells, 1995) defendem que a *sociedade em rede* constitui uma *nova* forma de sociedade,

marcada não só pela revolução tecnológica e da informação, mas também pela reestruturação do capitalismo, com todas as implicações que essa reestruturação acarreta para o trabalho e para a vivência do tempo e do espaço. Subjaz a essas discussões o debate sobre a validade do arcabouço teórico desenvolvido ao longo dos séculos XIX e XX para apreender com propriedade o contemporâneo e o que se supõe ser *o novo*, o qual continuamente escapa às análises fundadas naqueles parâmetros teóricos.³

Ora, se a palavra rede⁴ constitui a metáfora adequada do mundo atual, pode ser relevante questionar sobre o modo como esse conjunto de conceitos e idéias implícitos e explícitos na noção de redes sociais se instala e ganha materialidade em um lugar físico específico. É esse o objetivo deste artigo, que busca entender as especificidades de uma organização local-global situada na capital de um estado periférico do Centro-Oeste brasileiro. Ao interrogar sobre a Rede de Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência, da cidade de Goiânia, acerca de seu ideário e seus desafios, visa-se entender seu significado, compreendendo sua inter-relação com o fenômeno mundial da globalização, e contemplando a relação entre público e privado, entre estatal e não estatal, entre formal, não formal e informal, procurando captar seus caracteres e suas expressões sensíveis cotidianas.

As fontes empíricas com as quais se busca implementar a presente discussão foram extraídas de um percurso metodológico que consistiu na análise de documentos produzidos pelos membros da Rede (relatórios, manifestos, *folders*, relatos escritos, etc.), no acompanhamento de suas atividades (reuniões da Coordenação Executiva, atividades de formação realizada pela mesma, etc.), na aplicação de questionários com as participantes da formação e, finalmente, em entrevistas com *pessoas-chave* do processo de criação da Rede, algumas das quais são, atualmente, membros da mesma. Também foi realizada uma entrevista em grupo (Gaskell, 2003; Morgan, 1997; Novelli, 1988; Oliveira e Freitas, 1998), enfatizando, como pontos focais, as microrredes de atenção. Esse percurso visou compreender o significado atribuído à Rede por seus atores, na tentativa de aproximar e articular duas grandes tendências na discussão sobre os movimentos sociais: a que confere maior ênfase aos atores (indivíduos e grupos) e aquela que enfatiza os efeitos da ação do movimento sobre as estruturas, alterando a configuração dessas.

Como resultado dessa inserção no contexto social da Rede de Atenção de Goiânia, produziu-se um *corpus* de documentos institucionais e de entrevistas, um banco de dados com informações sobre os participantes da

formação, realizada no final do segundo semestre de 2006, e registros em diários de campo. Com essas fontes, procurou-se aprofundar a questão da problematização da identidade da Rede como *rede de atenção*, avaliando o seu grau de aproximação e de definição como movimento social ou como estratégia de gestão de serviços – organização intersetorial –, questão que engloba a discussão da própria definição de público e privado na contemporaneidade.

O desenvolvimento da análise sobre o papel da Rede foi realizado em três tópicos. O primeiro deles problematiza o conceito de movimento social, fazendo uma breve retomada de algumas teorias cujo objetivo é o de identificar, catalogar e explicar esse fenômeno, sobretudo no que se refere à transformação de práticas informais não institucionalizadas em práticas formais – tema central para entender o lugar da Rede de Goiânia, seu grau de institucionalização e suas implicações para alcançar seus objetivos, expressos em documentos e verbalizações. Discutiu-se, ainda, o movimento feminista e o movimento em defesa da infância como ações específicas às quais a Rede de Atenção de Goiânia está vinculada.

O segundo tópico discute a origem da noção de intersetorialidade nas práticas de gestão das organizações e o significado da atuação das organizações em termos da configuração dos Estados nacionais, tendo como exemplo emblemático o Estado brasileiro. Sua relação com a nova institucionalidade implementada a partir da Constituição brasileira de 1988 e com o lugar da chamada sociedade civil no contexto da democracia formal – demarcando o ciclo final da abertura política – que se instala a partir de então, mediante a institucionalização, por exemplo, de conselhos setoriais e de direitos.

O terceiro tópico analisa, com base nas informações de entrevistas e na análise de documentos, a configuração, em Goiânia, da Rede de Atenção, buscando responder à questão central apresentada aqui: sua identidade como movimento social e/ou como forma de organização com oferta de serviços focados nas conseqüências da violência de gênero e com base nas hierarquias de idades, a que parte do homem adulto e atinge a mulher e a criança.

MOVIMENTOS SOCIAIS E O SIGNIFICADO DO CONCEITO DE REDES SOCIAIS PARA SUA APREENSÃO

Definir o conceito de movimento social é, por si só, uma tarefa bastante árdua. Isso decorre de dois fatores principais. O primeiro, é fato de sua

definição estar estruturalmente subordinada a orientações teórico-epistemológicas de base, definidoras das concepções acerca do ser humano e da sociedade. Essa premissa é tida, inclusive, como pressuposto primeiro para a abordagem temática: antes de definir o *objeto* de estudo no campo dos movimentos sociais, é normativo explicitar o lugar teórico a partir do qual se pretende abordar o tema, de modo a se promover a coerência interna em sua produção. Esse pressuposto normativo desafia aqueles que se inserem na discussão, ou seja, no cerne das divergências teóricas, políticas e ético-normativas sobre o que seja uma ciência do *homo socius*, tensionando as heranças desse campo com o material que se forja no processo reflexivo, processo desenvolvido com base em informações geradas no âmbito da pesquisa. Talvez pelo caráter ao mesmo tempo fascinante e controverso do tema, ainda não tenha surgido uma teoria abrangente e satisfatória sobre o mesmo (Pasquini, 1997). No caso do conceito de redes sociais, isso é ainda mais verdadeiro, pois o conceito tem diversos usos, tanto como recurso descritivo de investigação social (antropologia estrutural) quanto como ferramenta organizacional. Assim, como há diversas concepções, nem sempre convergentes, acerca do que são as redes sociais, ainda não foi possível chegar a um conceito adequado e, por isso, não existe uma teoria consistente sobre as mesmas (Marteleto, 2001).

O segundo fator, derivado do primeiro, consiste na abrangência do conceito de movimento social, que pode englobar desde *fenômenos de massa* caracterizados por irrupções destrutivas da multidão, ao modo dos primeiros estudos realizados sobre o tema por Le Bon (1841-1931), Gabriel de Tarde (1843-1904), Ortega y Gasset (1883-1955), Freud (1856-1939), McDougall (1871-1938), nos quais se busca explicar esses fenômenos por seu caráter irracional, até os grupos organizados com vistas a reivindicar bens e serviços dos poderes constituídos – o Estado – em torno de demandas específicas. Outras correntes de análise dos movimentos sociais derivam dos três grandes sistemas teóricos de explicação da sociedade, representados pelo pensamento de Marx, Weber e Durkheim.

Dada a abrangência do conceito, é necessário definir o que, no contexto das ações e relações sociais, constitui movimento social. Isso demanda a delimitação dos seus contornos e do que o diferencia de um fenômeno social não enquadrado na categoria movimento social. Nesse aspecto, é bastante elucidativa a distinção realizada por Alberoni (1981), que segue as trilhas do pensamento weberiano, entre fenômeno coletivo de

agregado e fenômeno coletivo de *grupo*. O primeiro, embora nele se identifique uma similaridade no modo de agir de um grande número de indivíduos, não é capaz de constituir uma *identidade* entre eles. São exemplos desse primeiro grupo o pânico, a multidão, a moda, as manias coletivas ou *crazes*, os tumultos ou *riots*.

Já os fenômenos coletivos de grupo dizem respeito àquelas ações que constituem novas coletividades, fazendo emergir uma solidariedade fundada na consciência de um destino comum, bem como de uma comum esperança. Como exemplo dessa modalidade de ação social, pode-se destacar o movimento feminista, cuja consciência de um destino comum está fundada na constatação de que o *ser mulher* tem sido, ao longo da história humana, submetido a um processo de marginalização. A partir dessa constatação, emerge a esperança comum de se instaurar uma ordem social na qual a condição feminina seja deslocada de seu lugar de marginalidade em relação ao masculino. Nessa perspectiva, encontra-se toda a crítica feita pelo chamado feminismo acadêmico (Alanen, 2001) à idéia de *natureza humana*, cujos fundamentos vêm sendo corroídos pelo conceito de gênero. O feminismo carrega consigo uma utopia fundante, uma esperança de base: a de que as sociedades humanas superem essa forma de marginalização; e o motor dessa mudança possível é a ação solidária das mulheres feministas e de seus aliados.

Esse mesmo argumento pode ser aplicado aos fatores identitários que participam na constituição e orientação das ações dos envolvidos nos movimentos sociais, por seu pertencimento étnico-racial, sua orientação sexual, ou pelas categorias de idade ou de classe social de seus integrantes.⁵ Os três primeiros fatores são justificadores de uma série de discussões que impacta a constituição de modelos heurísticos de explicação/compreensão dos movimentos sociais no contemporâneo.

Com a distinção realizada por Alberoni (1981), delimita-se de forma mais clara o campo de discussão e a conceituação de movimento social enquanto fenômeno de grupo e não de agregado, sob o critério da constituição ou não de uma consciência de pertencimento a determinada categoria social. No entanto, embora a identidade seja um dos seus componentes, não é suficiente, isoladamente, para definir e constituir um movimento social como tal. É preciso também destacar que, ao conceber a identidade como definidora do fenômeno de grupo, e com a prioridade que Alberoni (1981) dá às pesquisas sobre consumismo, vedetismo, folclore e propaganda, a ênfase do autor passa a recair sobre o sujeito da ação ou sobre as mutações sociopsi-

cológicas dos agentes. O viés de suas pesquisas incide, assim, menos nas conseqüências das práticas dos agentes para o sistema social – ou seja, nas estruturas institucionais (sociais, econômicas, políticas e culturais) e no processo de institucionalização das demandas do movimento –, do que nas alterações referentes aos agentes (Pasquini, 1997), caindo no que se convencionou denominar de psicologismo.

É precisamente no âmbito desse pêndulo em que se movem os interesses da pesquisa sobre o tema – que ora prioriza e destaca o sujeito da ação, ora as estruturas sociais e as instituições – que é possível identificar e até mesmo classificar algumas das principais teorias sobre o movimento social. Assim, é possível classificar algumas dessas teorias com base na ênfase atribuída a cada um desses dois pólos e no grau de articulação que estabelecem entre essas duas dimensões da vida social. Em um desses pólos estão incluídos os trabalhos de Alberoni (1968) sobre o *status nascendi*.

Os trabalhos sobre o estado nascente, ou “o estado de transição do social, em que se cria uma solidariedade alternativa e a exploração das *fronteiras do possível*, buscando maximizar o que é realizável nesta solidariedade em um determinado momento histórico” (Alberoni, 1968, p. 790), marcaram o recente desenvolvimento teórico acerca dos movimentos sociais.⁶ Trata-se de um objeto que está na intersecção entre a psicologia do empenho do agente individual e a sociologia da mudança dos sistemas sociais. Estudar o estado nascente implica apreender os marcos que vão do momento efervescente do movimento em direção à institucionalização de uma nova solidariedade.⁷

Com base nos estudos sobre o estado nascente, Melucci (1990) investigou as características do agente responsável pelo primeiro impulso da constituição do movimento social. Contrariando a perspectiva que atribui aos marginalizados o papel primordial no seu processo de iniciação e fortalecimento, suas conclusões assinalam que a liderança do movimento é constituída por *individuos centrais*. Os marginalizados, no entanto, podem constituir as bases de sua expansão e consolidação.

Essa característica do agente que inicia o movimento é explicada pelo fato de estes se mobilizarem mais facilmente, por já contarem com experiências de participação, líderes próprios, recursos de organização, advindos de vínculos comunitários e associativos, e redes de comunicação previamente existentes, além de descobrirem, com maior facilidade, os interesses comuns capazes de unificar o movimento (Melucci, 1990). Essa

descrição das características dos agentes iniciadores do movimento é exemplificada pela participação dos pastores protestantes negros da Southern Christian Leadership Conference⁸ no estímulo à mobilização pelos direitos civis da população negra nos Estados Unidos, organização em cujos quadros estava integrado Marthin Luther King.

Em virtude da ênfase naquilo que os movimentos trazem de novidade, de impulso criador, de renovação no âmbito de uma sociedade concreta, decorrente do foco dos estudos sobre o estado nascente, Melucci (2001) concebe os movimentos sociais – e ele olha para os movimentos emergentes no contemporâneo – como mensageiros do que está nascendo, como profetas do presente que carregam consigo a força da palavra. Desenvolve, com base neste acúmulo, o que definiu como uma *teoria da ação*. Para Melucci (2001), nos aspectos heterogêneos, nas multiplicidades de motivações, em uma espécie de unidade na diversidade é que se delinea a possibilidade de uma *teoria da ação*.

A noção de redes sociais cumpre um papel central na teoria desse autor, que tem extraído, segundo suas próprias afirmações, aprendizados muito significativos dos movimentos juvenis, ecológicos, feministas e pacifistas. Por isso mesmo, embora com certa ressalva quanto à orientação de cunho sistêmico ou pós-estruturalista que fundamenta sua reflexão, ele apresenta questões bastante instigantes para o estudo do caso da Rede de Atenção existente em Goiânia. Particularmente instigante é a evidência, revelada em seus trabalhos, de uma teoria acerca da subjetividade do ator social no seu contraponto com as demandas do *sistema*, como ele o define. Para Melucci, movimento social consiste em “uma *ação coletiva* cuja orientação comporta *solidariedade*, manifesta um *conflito* e *implica* a *ruptura* dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere” (2001, p. 35; grifos nossos). Portanto, as qualidades de constituir uma ação coletiva marcada pela solidariedade entre seus membros e que evidencia um conflito capaz de alterar a própria estrutura de um sistema – entendido como complexo de relacionamentos entre elementos⁹ –, definem o que é um movimento social segundo esse pesquisador.

Com base nessa concepção de sistema (Gohn, 1997), cada movimento será analisado segundo o sistema de referência ao qual a ação coletiva do movimento social em questão se refira. Acrescente-se ainda que Melucci (2001) elabora uma taxonomia triádica, em que classifica os movimentos sociais como *reivindicativos*, *políticos* e *antagonistas*.¹⁰ Referindo-se ao

movimento reivindicativo, o autor afirma: “Os atos coletivos reivindicam uma distribuição diferente do acesso no interior da organização, lutam por um funcionamento mais eficiente do aparato, mas se confrontam também com o poder, que impõe as regras e as formas de divisão do trabalho” (2001, p. 41). Além disso, deve-se ter em mente que nos movimentos reivindicativos busca-se a mudança nas *normas*, nas *funções* e nos *processos* de destinação de recursos, ou seja, nos critérios por meio dos quais se define uma justa distribuição de recursos, sua destinação e o modo de fazê-lo.

Com base nesta taxonomia tríplice, podem ser classificados os diversos tipos de movimentos, que variam em quatro aspectos. Melucci (2001) enfatiza, dentre esses aspectos: a) conteúdo simbólico crescente, pelo qual o movimento define uma outra forma de apropriação dos recursos sociais; b) divisibilidade decrescente dos objetivos, ou seja, alguns movimentos, nos confrontos que estabelecem com as estruturas, podem passar a segmentar seus objetivos, negociando, na interação com o aparato, suas metas de forma decrescente; c) reversibilidade decrescente dos conflitos; e d) solução tendente a zero, quando os movimentos antagonistas tendem para o jogo de soma zero, ou seja, não negociam suas demandas. Já os movimentos reivindicativos e políticos se distanciam do jogo de soma zero, tendendo a negociar vantagens parciais.¹¹

A ação coletiva dos movimentos sociais resulta em objetivos, recursos e limites estabelecidos pelo sistema. Os atores formam um *nós*, definindo os fins a que se destinam suas ações, os meios a serem utilizados para alcançá-los e o ambiente de atuação. A contradição é, assim, entendida como uma incompatibilidade entre os elementos ou as partes de um sistema. Nesse sentido, “as *networks* constituem um nível intermediário fundamental para a compreensão dos processos de mobilização. Os indivíduos interagem, influenciam-se, negociam no interior dessas redes e produzem os quadros cognitivos e motivacionais necessários para a ação” (Melucci, 2001, p. 55). Melucci também afirma que os movimentos sociais no que denominou de sociedades complexas são “redes submersas de grupos”, “circuitos de solidariedade” que diferem daqueles modelos que buscam apreender a imagem do “ator coletivo politicamente organizado” (p. 97).

O modo de conceber as redes de movimentos sociais apresentado por Melucci em outra obra (1999) confere a elas uma característica bastante particular na atualidade. Essas redes são caracterizadas tanto por uma organização informal, que estabelece os vínculos entre indivíduos e um grupo

de referência, quanto por uma organização formal com certo grau de institucionalidade. Forma-se, assim, um padrão de reciprocidade, marcado por associações múltiplas, no qual a militância ocupa apenas parte dos fazeres de seus integrantes e se dá por um curto período de duração. Acrescente-se ainda a essas características uma questão de ordem subjetiva, relacionada com a exigência de que a militância tenha como condição a demarcação de uma *solidariedade afetiva*, que constitui um motivo de base para a inserção na rede. A cotidianidade marca definitivamente, segundo o autor, as ações coletivas contemporâneas. Trata-se, na linguagem habermasiana,¹² de um mundo partilhado de maneira intersubjetiva que converge para uma situação de fala e que é “centralmente ancorada no corpo”: o *mundo da vida* (Habermas, 2002, p. 498).

Portanto, as redes de movimentos sociais nas quais a individualidade ocupa um lugar central estariam delineando novos discursos e códigos, e experimentando novas formas de poder descentralizado e democrático, expondo para a cena pública a possibilidade de uma outra sociedade e de uma outra forma de vida possível de ser pactuada. Para Melucci (1999), além das lutas por bens materiais e por maior participação no sistema – as lutas por cidadania –, há uma ênfase desses movimentos em projetos *simbólicos* e *culturais*. Criam linguagens, símbolos e valores que, aos poucos, vão incorporando-se nas práticas dos atores em diferentes esferas da vida social (Melucci, 1999; Queiroz, 2003; Scherer-Warren e Krischke, 1987). Em suma, são arautos de um novo tempo.

Trata-se de uma visão bastante otimista para o que comumente é visto como efeito da desagregação e da falta de perspectiva, levando a um juízo cético sobre as formas de mobilização social na contemporaneidade, cujo olhar se centra no refluxo dos movimentos popular e sindical e das lutas emancipacionistas. Nesse sentido, Melucci destaca que os movimentos juvenis, ecológicos, feministas, étnico-nacionais, pacifistas, têm colocado, dentre outras questões, a inadequação dos modelos de representação política gestados no contexto do capitalismo industrial.

O movimento é composto por unidades diversas e autônomas que dedicam à sua solidariedade interna uma parte importante dos seus recursos. Uma rede de comunicação e de intercâmbio mantém, todavia, essas células em contato entre elas: informações, indivíduos, modelos de comportamento circulam por muito tempo nas pequenas redes, passando de uma unidade a outra e favorecendo uma certa homogeneidade do conjunto. A *leadership*

não é concentrada, mas difusa; além disso, ela é limitada a objetivos específicos, e diversos indivíduos podem assumir gradativamente papéis de líder, para absorver determinadas funções. (Melucci, 2001, p. 95-96)

É necessário fazer algumas ressalvas à abordagem de Melucci nessa obra, pois é preciso considerar o *ponto* do globo em que o autor se situa para elaborar sua análise – ou seja, os movimentos de âmbito planetário vistos através do prisma da realidade europeia, e, particularmente, italiana –, quando propomos a aplicação do modelo elaborado por Melucci (2001) para apreender, com propriedade, as características dos movimentos sociais no contexto da América Latina, e particularmente no Brasil. Não obstante, trata-se de uma proposta instigante capaz de elucidar o caso da Rede de Atenção de Goiânia. É necessário considerar ainda a especificidade da América Latina, pois o modelo de desenvolvimento dependente gera pautas de reivindicações nas quais as lutas por acesso a bens materiais e a garantias de condições de vida mantêm uma centralidade muito grande. Trata-se das questões sobre o direito de cidadania que se moldam em uma sociedade marcada pelo autoritarismo e o clientelismo (Fernandes, 1976; Holanda, 1993; Martins, 1995). Por exemplo, o problema da imigração não existe no Brasil, diferentemente dos países europeus, ao passo que os movimentos indigenistas e pela terra têm grande expressão no cenário local brasileiro e latino-americano (Gohn, 1997).

Aliado a tudo isso, outro elemento importante, inclusive para se pensar na Rede de Atenção de Goiânia, é o fato de que, no Brasil, e na América Latina como um todo, diferentemente dos países europeus, não se efetivou o *welfare state* (Gomes, 2006). Ou seja, quando, na década de 1990, se instalou a ideologia do Estado mínimo, não havia no Brasil um sistema de proteção social consolidado, o que tem contribuído para acirrar ainda mais os conflitos pelo crescente refluxo da atuação do Estado brasileiro no cenário social, sobretudo no período de 1990 a 2001. Todos esses fatores em conjunto devem servir de alerta para avaliar o modo como este *novo* elencado por Melucci (2001) para caracterizar os movimentos sociais coincide com velhas questões presentes no contexto brasileiro relativas à cidadania e à desigualdade social, não se tendo alcançado, ainda, um grau de acesso mínimo a bens materiais e a condições de vida, embora os indicadores sociais registrem leve redução no nível de desigualdade econômica e social nos últimos anos (Silveira et al., 2007).

Nesse sentido, a análise do caso da Rede de Atenção de Goiânia deve ter como pressuposto esse cenário histórico-cultural, a fim de se evitar o tradicional colonialismo do pensamento que ainda subsiste na produção acadêmica brasileira. Feitas essas considerações, no próximo tópico se discutirá o caso da Rede de Goiânia propriamente dito, razão primeira da realização de todo este percurso de discussão do conceito de movimentos sociais.

REDE DE ATENÇÃO DE GOIÂNIA: REFLEXO DE UM NOVO DESENHO DE ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA LOCAL

A Rede de Atenção de Goiânia não possui o que se pode chamar propriamente de uma história. Sua emergência, demarcada oficialmente no ano de 2000, ou mesmo antes – como atestam alguns documentos institucionais –, é marcada pelo *tempo presente*. E do tempo presente não se faz história. Dele se pode, quando muito, narrar seu cotidiano, em busca de fatos que lhe confirmem um significado mais geral que possa emergir da fragmentação dos relatos que o constituem. Quando muito pode ser denominada uma história circunstancial (Martins, 2002), em que tempo e espaço não podem ser separados do cenário em que se desenrola. É uma história intimista, de vizinhança e de pequenos grupos, que implica lidar com o tempo em uma escala bastante fragmentária: “quanto menor a fração de tempo de uma relação social, mais difícil descrevê-la e explicá-la” (2002, p. 19). Deve-se, portanto, perguntar qual o significado da existência da Rede de Atenção de Goiânia em relação a outros processos histórico-culturais mais gerais. Para se pensar a esfera pública, por exemplo, como ela está se configurando? Raciocinando ao modo de Melucci (2001), que sinais de algo que está por vir a Rede de Atenção de Goiânia apresenta, no tensionamento que expressa entre as demandas sociais e as mudanças em curso? Se, com o presente percurso, for possível responder a pelo menos um desses pontos, cumpre-se o objetivo deste trabalho.

O significado do princípio de organização intersetorial, marcante na constituição da Rede de Atenção de Goiânia, está relacionado com a metamorfose sofrida no âmbito da esfera pública brasileira – sobretudo no âmbito de suas municipalidades – quanto à idéia de participação popular na gestão da coisa pública. Essa metamorfose, que se inicia com a abertura política e o esgotamento do regime autoritário na década de 1980, passa por três ciclos, conforme afirmam Soares e Gondim (1998). O primeiro ciclo

está marcado pela valorização da participação dos movimentos sociais urbanos na definição das políticas públicas locais, com a conseqüente denúncia e condenação de práticas autoritárias, bem como por um novo posicionamento das organizações da sociedade civil¹³ em relação ao Estado, com o qual avançam do âmbito da pura contestação para um posicionamento mais propositivo e de interlocução com as agências estatais.

O segundo ciclo é marcado pelo processo de alternância no poder observado após as eleições de 1988, quando, em significativa parcela de cidades, instalam-se administrações caracterizadas por ações democrático-populares, cuja tônica é dada pela participação direta da população, com ênfase nos conselhos populares deliberativos, estabelecidos a partir de um modelo de participação negociada.

No terceiro ciclo, destaca-se a combinação entre modelos semidiretos de participação nas gestões municipais – por meio dos conselhos setoriais – e as parcerias com a iniciativa privada, as organizações não governamentais (ONGs) e as organizações populares, por exemplo, no desenvolvimento de projetos econômicos. A essa combinação se junta um modelo de planejamento territorial – por meio do qual se busca atender para as especificidades e necessidade de cada parcela do município –, como outro elemento importante para se pensar o modelo de organização em rede em relação à configuração do poder local. O saldo desse processo é a transformação do espaço público, entendido agora não apenas como público estatal, mas também como “contexto de relações difusas, em que se condensam intercâmbios comunicativos gerados em diferentes campos da vida social” (Costa, 2002, p. 12). Especialmente nas grandes metrópoles brasileiras, consolidou-se o discurso da participação nas gestões locais. A formulação conjunta por movimentos sociais e poder público de políticas públicas só se viabilizou na medida em que a democratização do regime permitiu a ascensão aos governos municipais de políticos comprometidos com os próprios movimentos sociais. Com isso, institucionalizaram-se, na forma de conselhos, várias instâncias de participação previstas na Constituição de 1988 e nas leis orgânicas específicas, que contemplaram, dentre outros, os conselhos referentes à mulher, às crianças e aos adolescentes, constituindo uma forma de democracia semidireta (Soares e Gondim, 1998).

Em relação a isso, delineia-se a necessidade de articular as demandas locais e globais em um modelo de descentralização coordenada. A rede, como organização intersetorial de serviços, insere-se nesse quadro mais amplo do

processo histórico de consolidação da democracia brasileira, no período pós-regime autocrático militar, que alterou as formas e as instâncias de participação e a própria amplitude do espaço público no Brasil. Feitas essas ressalvas contextuais, resta discutir a rede propriamente dita, organizada e articulada em torno da oferta de serviços especializados a segmentos vulnerabilizados (mulheres e crianças) em situação de violência.

REDE DE ATENÇÃO DE GOIÂNIA: ENTRE O COTIDIANO E A BUROCRACIA DO ESTATAL

Nas discussões realizadas no âmbito da Coordenação Executiva da Rede de Atenção,¹⁴ dentre muitas outras questões, uma em especial chama a atenção: a definição sobre *o que é* a Rede e as implicações da tentativa de responder a contento essa questão.

Diante do consenso de que havia uma clara dificuldade de alguns profissionais que integram as políticas públicas setoriais no município em entender o que é a Rede de Atenção de Goiânia, como ela funciona e, sobretudo, o que lhe dá materialidade palpável para a constatação de sua existência, buscou-se equacionar o problema. Algumas das participantes da discussão afirmaram que a dificuldade dos profissionais em entender o que é a Rede e como ela funciona deve-se ao fato de que se trata de algo *abstrato*, não *concreto*. Segundo essa definição, a Rede seria uma idéia e, sobretudo, um valor que regula as práticas dos profissionais inseridos nas políticas públicas quanto ao modo de intervir nos casos de violência, seja ela física, psicológica ou sexual. É uma forma específica de ação especializada.

A Rede de Atenção de Goiânia está, portanto, estruturada em um valor humano que reprova, absolutamente, tanto as formas de violência de gênero quanto aquelas pautadas nas hierarquias de idade. Seus integrantes possuem um mapa cognitivo no qual estão desenhados os procedimentos, encaminhamentos, formas de atendimento dos casos de violência, bem como a estrutura da rede de pessoas e instituições, tendo tudo isso “na cabeça”. Contam também com uma disposição interna, de base afetivo-volitiva, para atuar nessas questões – algo que, no âmbito da Rede, é definido como sensibilidade ao tema, sendo o processo que lhe dá forma denominado *sensibilização*.

Logo, o que haveria de “concreto” na Rede é a pessoa vitimizada, a família, a pessoa responsabilizada pela violência, a instituição na qual, em geral, trabalha o profissional que teve contato com o caso, a “ficha de notificação”, o telefone para a realização do contato. A Rede seria forma, e

não conteúdo: postura, princípio, valor, orientações para a ação. O concreto seriam as políticas setoriais municipais, as instituições da sociedade civil organizada, todas juntas no sentido de atender a pessoas vítimas de violência: “não existe uma *sede*, o que existe é um *jeito* de se organizar”, afirmou-se em outro contexto da discussão sobre a mesma questão.

No grupo focal, realizado com o objetivo de discutir o tema das *microrredes*, do qual participaram dois profissionais identificados como seus integrantes, surge uma questão relativa a sua existência ou não. Vale destacar que os participantes tinham inserção profissional bastante distinta em termos de política setorial, uma inserida na política de saúde, outro, na política de assistência social.¹⁵ Ao serem questionados sobre o que é a rede, a profissional da saúde definiu: “para mim, é um trabalho interligado, onde eu dependo de você, você depende dele, e assim por diante”. E acrescenta: “por mais que pareça que ela não esteja existindo, eu acho que existe sim. Um marco mesmo. Porque se você pega qualquer unidade de saúde hoje e pegar aquela pessoa que participou, nem que ela tenha começado o curso e desistido, ela sabe o que é rede” (participante A). Nesse caso, o fato de *conhecer* e de ter *passado pelo curso* (condição para obter o conhecimento) é um critério que a participante utiliza para definir sua existência. Vale destacar que os cursos de formação constituem uma das estratégias utilizadas pelos agentes centrais da Rede para consolidá-la. É por meio deles que se faz a sensibilização de profissionais para que atuem nas ações de enfrentamento da violência contra mulheres, crianças e adolescentes, ou seja, para que se tornem um dos “pontos” dessa rede social voltada para a atenção à questão das ações contra a violência relacionada a esses segmentos.

Em seguida, a mesma participante acrescenta: “Ela pode não estar efetiva. Efetivamente! Assim! Eu acho que ela pode não estar. Mas ela é real, ela existe. Eu acho que isso faz a diferença hoje. Agora se ela está funcionando efetivamente, ou se não está, aí é outra conversa” (participante A). A participante concebe que, embora possa não estar efetiva, sua existência por si só já é um indício de que houve avanços no trabalho de atenção a mulheres, crianças e adolescentes em situação de violência. No entanto, a questão que se pretende apresentar é precisamente o significado de a rede ser concebida como algo abstrato, não concreto, ou do grau de “materialidade” percebido pelos seus integrantes, do ponto em que estão situados na mesma, os quais são altamente heterogêneos e diversificados. Além disso, as motivações para

se integrarem a ela, constituindo uma identidade em termos de uma asserção do tipo *nós somos a rede* ou *da rede*, são as mais diversas possíveis.

Veja-se outro ponto de vista sobre a existência da Rede de Atenção de Goiânia. Reagindo à afirmação, no grupo focal, da participante A, o participante B afirma: “Eu discordo. Rede, ela tem que funcionar! A nossa rede hoje não funciona. Quer dizer, quando vem a palavra rede, é igual você falou, *interligado*, tem que funcionar! Se um ‘fiozinho’ estiver furado, vai cair alguma coisa ali, vai abrir um burquinho ali, e não pode ter buraco. Agora, você deu um exemplo [do] que é rede. Porque assim, desse exemplo, é muito bonito. Agora, não está funcionando” (participante B). No entendimento deste participante, soa estranho afirmar que algo pode ao mesmo tempo *existir* e *não funcionar*. Trata-se de um critério pragmático bastante corrente. Logo, funcionar é o critério para que algo exista. Ou seja, centrado no critério da serventia, o participante B realiza sua crítica ontológica da Rede de Atenção. Ora, o que adianta algo existir e não funcionar? Raciocina em outras bases, diferentemente da participante A. Essa, por sua vez, identifica que o diálogo está sendo realizado com atores distintos, situados em lugares distintos na Rede de Atenção. E busca clarear sua tese de que a Rede existe. Ela afirma:

[...] de repente é uma realidade dele [...] estou falando da saúde [...] então eu acho que fui muito feliz, eu sabia mais ou menos que existia esta dificuldade [...]. No real, funciona! Por exemplo: se eu precisar do meu contato com o conselho tutelar, eu sou atendida. Assim como a nossa colega manda pra gente, a gente atende. E da mesma forma a pessoa da [política de] educação. Então, a gente percebe que está fragilizada, que tem dificuldade. Mas a impressão que se tem é que, querendo ou não, existe. Ela está funcionando. Pode ser que o poder político não queira, mas parece que está funcionando. Não está efetivamente funcionando, mas ela existe. (Participante A)

O que a participante define, neste diálogo, como existência sem funcionamento efetivo aproxima-se do conceito de prontidão. Ou seja, resgatando um termo dos pensadores clássicos, ela define que a rede existe em *potência*. Portanto, concebe-a como processo latente, podendo não existir em ato, mas que a qualquer momento, por um impulso das circunstâncias, entrará em ação – como algo que está submerso, podendo emergir a qualquer instante, quando as ações de atenção aos casos de violência serão efetivadas. Nesse sentido, conclui que existe e está funcionando, apesar do “poder

político” que não quer. Não está *efetivamente* funcionando, mas está funcionando.

O que a leitura dos diálogos sugere é que a definição do funcionamento ou do não funcionamento, da existência ou da não existência da Rede, no caso do participante B, está relacionada a uma avaliação de dois momentos específicos demarcados: o primeiro deles, por um traço de efervescência, quando muitas pessoas estavam envolvidas, reunindo-se, discutindo, participando de cursos de formação, e um outro momento, em que esse “movimento” arrefeceu, esfriou. Vale destacar que a inserção de ambos os participantes do diálogo na discussão e nas ações de fortalecimento da Rede se deu no período em que vigorou o projeto “Invertendo a rota: ações de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil na região metropolitana de Goiânia”, de 2004 a 2005. A idéia de ações em rede, bem como a divulgação da agenda focando questões relativas à violência, sobretudo o abuso e a exploração sexual, foi significativa. Ambos os participantes do diálogo integraram uma ação específica do projeto relativa à constituição e ao fortalecimento do que denominaram *microrredes* da Rede de Atenção. Portanto, a avaliação da existência ou não da Rede de Atenção de Goiânia mantém um vínculo com esse cenário contextual.

Ao ser questionado sobre as motivações para participar da rede, o participante B afirmou:

Eu gostei muito do início, porque estava o pessoal muito inteirado. A gente via o entusiasmo das pessoas, as pessoas sentavam [em] mesa-redonda, havia um encontro de idéias, algo produtivo. E depois foi [esfriando]. E quem trabalha hoje encontra dificuldade demais com essas burocracias, com o silêncio. O “Invertendo a rota” acabou. A gente ficou um pouco sem referência. Há microrredes que ainda funcionam, agora há outros lugares em que você não acha ninguém. O pessoal trocou com essa mudança, do poder municipal aí, trocou muita gente. Pessoas que eram comissionadas deixaram de existir ali, foram para outros lugares. Então é onde eu vejo que houve essa ruptura aí. (Participante B)

Os limites do quadro utilizado pelo participante B para avaliar que a rede não existe ficam mais claros nessa fala. Existe referência direta às mudanças administrativas, no âmbito do poder público municipal, e a seu impacto sobre a estrutura e a organização da Rede de Atenção. É estabelecido um claro contraste entre um momento de entusiasmo e o subsequente *silêncio* no âmbito da Rede de Atenção. Qual o significado dessa questão, para se

pensar os desafios da articulação do trabalho em rede? Quais são os compassos e descompassos que o modelo de organização em rede, e os valores nele embutidos, apresentam em relação ao modo tradicional de exercer o poder local? Todas essas são questões que estão colocadas para os atores sociais, os profissionais que atuam na perspectiva de garantir direitos e avançar em direção a um padrão ótimo de condições de vida e de exercício de cidadania da população.

Quanto à ontologia da Rede, sobre o que caracteriza o seu ser em si, essas informações são bastante ilustrativas, uma vez que a Rede de Atenção foi pensada como uma organização de serviços especializados no atendimento e na intervenção em casos de violência – um problema social complexo e multideterminado, exigindo que as intervenções no sentido de resolvê-lo se estruturem com a mesma complexidade e nos vários campos em que esse problema se manifesta. As ações intersetoriais, com abordagens interdisciplinares, surgem como um imperativo.

As ações intersetoriais tentam reduzir a fragmentação das ações que prevalecem nas políticas setoriais, surgindo como uma exigência de novas formas de abordar os fenômenos contemporâneos. Revelam também uma crise das ciências parcelares e das especializações, que induzem à fragmentação e à ausência de totalidade no modo de apreender a realidade. São desafios éticos, científicos e políticos que estão compreendidos nesse modelo de ação. Os desafios, como os diálogos apresentados informam, são significativos.

Não obstante essas observações, um desafio fica bastante patente no interior da Coordenação Executiva da Rede de Atenção: a questão do poder e da legitimidade. Em termos valorativos, estão expressos em vários documentos produzidos pela Rede e em verbalizações de seus integrantes os princípios da cooperação e da partilha de poderes, tendo como pano de fundo a idéia geral de participação direta ou semidireta, na forma de fóruns representativos. Esses valores se chocam frontalmente com o modelo tradicional de exercício do poder, centrado em projetos de interesses pessoais e não em projetos de interesses de uma coletividade, ou, quando muito, na subordinação destes últimos aos primeiros.

A figura clássica do agente público se resume naqueles que afirmam: *queiram, mas deixem que EU faça, EU resolvo; desejem, mas EU realizo*. Assim, Daniel Filho (1995) afirma: “diferentes áreas de governo também tendem a tornar-se instrumento de projetos pessoais, criando dificuldade para o trabalho compartilhado, intersetorial e interdisciplinar” (1995, p. 71). Os

valores de base clientelista que orientam essa forma de atuar na esfera pública brasileira entram em rota de colisão com os valores nos quais os princípios da organização em rede se sustentam e se estruturam. Talvez em virtude dessa disparidade entre duas lógicas, que vêm orientar, distintamente, gestores e integrantes da rede, essa última tenha expressado certa crise de legitimidade nos últimos anos, crise expressa pelo não (re)conhecimento por parte de alguns gestores municipais de suas diretrizes, seu trabalho e seu lugar como articuladora dos atores no campo das ações especializadas no atendimento aos casos de violência que afetam mulheres, crianças e adolescentes.

Esse tema foi pauta de várias intervenções verbais no âmbito da Coordenação Executiva da Rede. No entanto, embora esse desafio esteja presente, como afirma a participante A do grupo focal, a Rede de Atenção existe, ou seja, se impõe como realidade e como forma de trabalho, independentemente do modelo de gestão implementada, dada a sua articulação com entidades da sociedade civil organizada (ONGs, universidades e movimentos sociais). Pode estar enfraquecida, como as falas atestam, mas não destruída, dissolvida ou desmontada.

No caso brasileiro, a existência de um número excessivo de cargos comissionados na esfera do poder público, cuja indicação é política, dilui o princípio da impessoalidade e do critério meritocrático de inserção do funcionário no interior da estrutura, fragilizando, por conseguinte, o princípio de autonomia dos órgãos estatais, ficando esses à deriva dos interesses partidários e de suas vestais.

Nesse sentido, é compreensível o fato de que foi precisamente no âmbito da política de assistência social do município de Goiânia, implementada por uma fundação municipal¹⁶ na qual a imensa maioria dos trabalhadores inseridos ocupa cargos comissionados, que a dissolução das microrredes se deu de forma mais acentuada, diferentemente do que ocorreu, por exemplo, no âmbito da política de saúde. Não obstante todos esses obstáculos, a Rede de Atenção permanece com seu trabalho, como espaço público, nos marcos da nova institucionalidade inaugurada nos espaços públicos brasileiros nas últimas três décadas.

A FORMAÇÃO COMO DIRETRIZ DE CONSTITUIÇÃO E FORTALECIMENTO DE REDES

A implementação de cursos de formação tem sido uma das estratégias de ação privilegiada pelos agentes que atuam na estruturação e no fortalecimento da Rede de Atenção, somada ao Planejamento Estratégico Situacional

(PES) e à Comissão Executiva. Esses dois últimos *instrumentos* têm como objetivo pactuar os esforços e procurar “conjugar energias de todo mundo com um objetivo só” (entrevista 1). Já a formação tem um caráter estratégico. Busca realizar o que os integrantes definem como *sensibilização* – um meio de viabilizar a adesão de novos profissionais, sobretudo para fortalecer as ações referentes à identificação e à intervenção nos casos ligados à violência que atinge mulheres, crianças e adolescentes. Trata-se também de uma forma de fornecer apoio aos que atuam com essa problemática, dados os riscos à integridade física a que podem estar expostos os que atuam nesse campo, e a conseqüente insegurança e medo que o trato com questões ligadas à violência pode acarretar, além de todas as repercussões possíveis da abordagem desse fenômeno no âmbito da subjetividade do profissional. Os cursos de formação surgem como possibilidade de suprir algumas dessas necessidades, fortalecer a identidade de grupo em termos de um *nós*, tirando o indivíduo do isolamento e, conseqüentemente, fortalecendo-o nas ações especializadas que implementa.

Além dessa função pragmática de curto e médio prazos, sugere-se que os cursos de formação, como estratégias de intervenção, estruturação e organização da Rede, estejam vinculados a um pressuposto fundado na mudança de mentalidades. Considerando-se a crítica realizada pela literatura feminista ao patriarcado, assim como a literatura sobre a sociedade adultocêntrica (Alanen, 2001), trata-se de implementar uma visão que busca destacar o caráter histórico-cultural desses dois modos de interpretar o ser mulher e o ser criança, assim como o ser adolescente ou ser jovem, dando um relevo bastante evidente à dimensão cultural como pressuposto das ações no campo da formação.

Ora, de que forma é possível atuar nas instâncias que definem a cultura, ou seja, no mundo das representações simbólicas, das práticas e dos ritos intermediados por signos e símbolos, nos quais se destaca a linguagem como suposto produtor desse modo de representar o feminino e a criança? Com esses pressupostos, um dos níveis de intervenção possível é precisamente o âmbito das consciências, desenvolvendo uma leitura específica oriunda do lugar do feminino e da criança: apresentando o seu ponto de vista, sua denúncia sobre as marcas do patriarcado e do adultocentrismo implícitas no ato de violentar física, psicológica e sexualmente mulheres, crianças e adolescentes.¹⁷ Nesse sentido, a formação se insere na luta política travada no campo do espaço simbólico. É por isso que historiar a breve trajetória da

Rede consiste em identificar os cursos de formação implementados pelos seus agentes centrais, a maioria dos quais oriunda do movimento em defesa da infância ou do movimento feminista. Nas ações denominadas de fortalecimento de redes, os cursos de formação são estratégias predominantes. Assim, com a rede de instituições articuladas intersetorialmente no ano de 2004, devido ao impulso constituído pelo projeto “Invertendo a rota”, buscou-se constituir as microrredes, por meio de cursos de formação ou de capacitação para profissionais inseridos nas políticas públicas setoriais e em organizações da sociedade civil. Nesse sentido, uma das pessoas-chave entrevistada afirma:

Os módulos do curso tiveram mais de 60 horas, um curso longo, não lembro quais os módulos, e um dos módulos era sobre rede [...] e aí a gente se organiza, já no final do curso. No último módulo, eles foram divididos dessa forma, onde as pessoas estão sendo localizadas para essa distribuição geográfica, e daí surgem os pontos focais. (Entrevista 1)

O marco de constituição dos pontos focais, na perspectiva de dar mais um passo no processo de abrangência da Rede de Atenção, foi precisamente o potencial agregador e mobilizador do “Invertendo a rota”, e o curso de formação oferecido no âmbito de suas ações. Nesse sentido, a Rede de Atenção parece aproximar-se mais de uma configuração de movimento social focado na questão do “enfrentamento” à violência, sobretudo, aquela relacionada ao abuso e à exploração sexuais. Agora não se trata de instituições, mas de pessoas de referência, segundo a concepção de uma das profissionais que organizou a ação:

Os pontos focais são pessoas que a gente considera que são referências, são pessoas engajadas, são pessoas sensibilizadas, já passaram da fase de sensibilização, pessoas indignadas com as situações e [que] estão tentando resolver os problemas. E essas foram lideranças espontâneas. As pessoas se colocaram espontaneamente para serem essas referências. E aí nós tentamos criar uma outra coisa dentro da Rede, que são as chamadas redes primárias, ou seja, redes de relações. (Entrevista 1)

Embora o curso de formação tenha sido freqüentado, fundamentalmente, por profissionais ligados às políticas públicas setoriais, a ênfase atribuída pela entrevistada, quando se trata da formação da microrredes, recai na sua dimensão não institucional. O perfil apresentado, por sua vez, é o do próprio militante ou ativista, e a *rede* que se estabelece nesses termos carrega consigo os vínculos de conhecimento e reconhecimento, de amizade

e coleguismo, de identificação profissional. O conceito de redes primárias, acrescenta a entrevistada, é um conceito utilizado por “algumas pessoas que estudam a questão da rede”. Com base nisso, define que as redes primárias em cada região estariam sob a *liderança* do ponto focal.¹⁸ Vale ressaltar que, na primeira tentativa de contato com os membros das microrredes, formadas a partir do ano de 2004, no percurso de implementação da presente pesquisa, apenas uma pequena parcela desses puderam ser contatados. Os demais, em sua grande maioria, haviam sido remanejados da região em que trabalhavam, tinham deixado a instituição ou haviam mudado de cidade, em alguns casos para outros países. Na tentativa de mobilizar os membros das microrredes para realizar uma entrevista em grupo, foi possível reunir apenas dois de seus integrantes.

Esse fato se coloca como um grande desafio para a constituição de redes informais não institucionalizadas, visto que as pessoas não *são*, mas, por meio da instituição em que atuam, *estão* membros da rede. Não são pontos focais, mas *estão* pontos focais, caso se olhe para o caso específico dos grupos constituídos no ano de 2004 em Goiânia. Tais pontos focais, que são o sustentáculo aglutinador das microrredes, são marcados por um grau mínimo ou mesmo inexistente de institucionalização. Como os movimentos no momento inaugural – no seu estado nascente –, esses pontos focais têm uma identidade comum que os unifica, um questionamento a uma normativa do sistema, um adversário objetivo, uma crença em um destino comum, aliada a uma esperança que projeta um plano de mudança social em outras bases – no caso, para orientar as relações. Essas características de fluidez que marcaram a estruturação das microrredes são interpretadas pela entrevistada:

Mas [e] por que o sistema ainda não está funcionando assim! Nós estamos tentando ainda, esse curso de formação que nós fizemos agora, para de novo fortalecer as redes, as microrredes, chamar de novo as pessoas, colocar pra elas de volta, refazer toda a história e ajudá-las a compreender toda a dinâmica. (Entrevista 1)

Essa fala remete ao esforço típico dos heróis mitológicos gregos, como é o caso de Sísifo, condenado a rolar uma enorme pedra, morro acima, a qual, no percurso, se precipita constantemente, em direção ao ponto inicial. É o esforço por constituir uma organização que insiste em escapar ao modelo proposto de organização. Nesse caso, o risco que se corre é o de, caso o intento tenda a naufragar, as pessoas passem a não corresponder às expecta-

tivas das propostas apresentadas e estruturadas pelos propositores de um modelo de organização. Ao se buscar explicações, essas nem sempre são capazes de dar conta das causas reais que levam à desmobilização dos agentes. Na leitura de quem planejou a ação, tende-se a responsabilizar os que, supostamente, não responderam às propostas. A entrevistada busca explicar os motivos da desmobilização no não funcionamento do sistema, ou do microsistema:

As pessoas têm muita dificuldade de lidar com o tema [da violência e exploração sexual]; depois, têm dificuldades de natureza motivacional também, dentro da própria instituição, há problemas de gestão das instituições a que estão vinculadas, então há vários fatores que dificultam essa forma de organização de trabalho em rede. A gente está compreendendo que a rede ela tem que ir desde o macrossistema até o microsistema [sic] nessa dinâmica, e isso é muito difícil. (Entrevista 1)

E acrescenta:

Essas redes, elas se constituem e elas se desfazem. Ela é viva. Rede de pessoas é rede viva. Na mesma hora que a pessoa está a fim, ela não está. Na mesma hora que ela está aqui nesta região, ela não está mais, na mesma hora que você pensa que está todo mundo motivado, não está. Então é assim. Redes de pessoas são redes muito vivas [...] então é muito dinâmica. Então a gente vive muitas frustrações. Na mesma hora que você... parece que ela desaparece. Parece que você não vê mais ninguém, parece que ninguém fala mais nisso. De repente! Como na campanha dos taxistas, caminhoneiros, nós tivemos uma força da Rede, assim, muito interessante. De repente as pessoas chegavam, todo mundo querendo ir para a campanha, gente da saúde, da educação, da assistência, vinha gente de tudo quanto era lugar. Então ela foge a qualquer padrão de institucionalidade. Você não tem controle sobre isso. (Entrevista 1)

Analisando as informações oriundas da Rede de Atenção de Goiânia, percebe-se que ela possui algumas características de movimento reivindicativo, dada a sua dupla inserção, ao mesmo tempo agonista e antagonista, com relação ao aparato burocrático-institucional. Não obstante tais características, há indícios de fragilidade na mesma, no que diz respeito à identificação de seus integrantes com ela. A identificação com a Rede constitui um fator psicossocial importante para que ela se constitua e se fortaleça como tal. Pode-se mesmo afirmar que seus integrantes existem precisamente a partir do momento em que elaboram uma autoconsciência de pertencimento a

essa entidade abstrata, como se afirmou durante o percurso de realização deste trabalho.

Nessa perspectiva, algumas informações obtidas por meio de um levantamento realizado entre profissionais ligados às políticas públicas, que participaram de uma formação promovida por integrantes da Coordenação Executiva da Rede, ilustram de forma bastante significativa essa assertiva. Dentre as questões apresentadas, buscou-se avaliar o grau de envolvimento e o sentido de pertencimento à Rede por parte de profissionais ligados, sobretudo, às políticas de saúde, educação e assistência social.

Tomando as respostas apresentadas para as questões sobre o grau de pertencimento à Rede, pode-se constatar que, entre os profissionais que responderam à pesquisa, 117 (76,5%) ouviram falar da Rede; desses, 57 (37,3%) afirmaram dela participarem. Os que ouviram falar sobre a Rede e responderam não participarem dela perfizeram 60 casos (39,2%). Tais informações permitem desenvolver uma reflexão sobre o grau de sentimento de pertença por parte dos respondentes da pesquisa. Vale destacar que há uma compreensão entre os membros da Comissão Executiva da Rede de que essa formação foi direcionada a profissionais *que integravam* a Rede de Atenção, sobretudo a que atuava nas políticas públicas municipais. E, de fato, as informações levantadas por essa pesquisa identificam que 56,2% das pessoas entrevistadas estavam vinculadas a órgãos públicos municipais ou estaduais, levando-se em consideração que grande parte dessas pessoas possuem mais de um trabalho.

A questão que se coloca é precisamente a diferença entre a compreensão dos agentes centrais da Rede de Atenção e a dimensão subjetiva de pertencimento – o sentimento de pertença – por parte do conjunto de atores envolvido na formação. Quando metade dos participantes da formação que responderam à pesquisa afirmaram que, embora tivessem ouvido falar da Rede, não participavam dela, esses, efetivamente, podem vir a se constituir em agentes individuais de consolidação dessa entidade imaterial, ou simbólica (abstrata), que é a Rede. Podem vir-a-ser, na medida em que o sentimento de pertença à rede venha a estruturar um sentido para a ação.

No entanto, o recurso à formação como estratégia de consolidação da Rede de Atenção visa, dentre as formas de fortalecimento dessa idéia e ações, sobretudo às ações institucionais que materializam a intervenção pública nos casos de violência contra crianças, adolescentes e mulheres. Não por acaso, o tema dessa formação foi a Ficha de Notificação,²⁰ que esteve centrada

na dimensão do necessário compromisso e implicação de cada profissional para atuar na questão da violência. Nesse sentido, pode-se inferir que há uma estreita relação entre um sentimento de pertença à Rede e a prontidão para atuar, fazendo funcionar essa rede de informações e ações, por exemplo, por meio do preenchimento, com qualidade, da referida ficha e dos encaminhamentos relativos ao fluxo de atendimento.

O foco, neste caso – pensando-se em termos dos estudos sobre movimentos sociais –, se dá nas características dos atores individuais, em termos de sua concepção do mundo e de seus valores, o que, necessariamente, remete à dimensão cultural que envolve a ação. Essa dimensão é, sem dúvida, uma linha de investigação que pode contribuir substancialmente para equacionar e considerar os desafios implicados nessa forma de organização. Nesse sentido, pode ser oportuno apresentar uma questão: na concepção dos entrevistados, qual é a amplitude dos fins que a organização em rede almeja? Apresentamos a seguir alguns dos fins indicados pelos entrevistados como vinculados aos da Rede, na forma de categorias elaboradas com base nas respostas por eles apresentadas:

1. Instituição e/ou pessoas articuladas para a mudança social.
2. Instituições e/ou pessoas articuladas para a oferta de serviços preventivos.
3. Instituições e/ou pessoas articuladas para a oferta de serviços “remediativos”.
4. Instituições e/ou pessoas articuladas para a oferta de serviços preventivos e “remediativos”.
5. Instituições e/ou pessoas articuladas para a oferta de serviços preventivos e a mudança social.
6. Instituições e/ou pessoas articuladas para a oferta de serviços “remediativos” e a mudança social.
7. Instituições e/ou pessoas articuladas para a oferta de serviços preventivos, reediativos e a mudança social.
8. Organização engatinhando.
9. Organização iniciada pelo “Invertendo a rota”.
10. Articulação das redes com as microrredes.

Nessas informações, destacam-se algumas questões. Primeiro, a grande massa de respostas define a Rede como organização de *pessoas* e *instituições*. Essa é uma característica de destaque nas definições. O segundo aspecto é o das concepções sobre as finalidades da Rede. Dentre essas finalidades, se

destacam: a) oferta de serviço de cunho remediativo, ou seja, atender crianças, adolescentes e mulheres violentadas após o ocorrido; b) oferta de serviços preventivos, como a detecção precoce do risco de violência e o trabalho com a população em geral sobre o tema; c) fins referentes à mudança social. Esse último aspecto merece ser destacado, dada sua relação com o objeto principal deste trabalho.

Ora, a finalidade de produzir mudança social é precisamente uma das características mais importantes na definição de um movimento social, podendo ser entendida como mudança na qualidade das relações entre pessoas e grupos. Algumas afirmações se referem ao objetivo de *acabar com a prática da violência contra crianças, adolescentes e mulheres*, ou seja, uma meta muito clara de produzir mudanças sociais. Logo, na concepção dos participantes da formação, desconsiderando-se o alto percentual de questões prejudicadas pela forma da resposta dada, o que se revela é a dimensão da rede-movimento, cujas finalidades estão associadas à oferta de serviços e à promoção de atendimento e prevenção, aspectos que vão muito além da simples gestão intersetorial de serviços especializados.

Essa constatação permite considerar objetivos de curto prazo (atendimento dos casos), médio prazo (trabalhos de prevenção com a população) e longo prazo (erradicar a violência contra mulheres, crianças e adolescentes) para a Rede, o que a institui como algo além de uma organização intersetorial de serviços – talvez pelo próprio fato de contar com a participação de pessoas com histórico de ativismo/militância, inseridas nas políticas públicas e nas instituições que compõem a Rede. O que a faz caminhar no equilíbrio tenso entre o imediato das situações de violência e sua urgência e o horizonte da utopia que desenha um projeto de futuro e uma aspiração. A Rede de Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência da cidade de Goiânia é algo que reclama ainda uma definição e um conceito, visto que a clássica oposição público/privado, indivíduo/estrutura social, institucionalização/mudança carece de um crivo adequado para apreendê-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece haver uma relação muito estreita entre o modelo de participação da sociedade civil organizada e as políticas para a infância, ou seja, os espaços formais institucionalizados definidos pela legislação específica, como os conselhos de direitos e tutelares, legislação que reserva um lugar institucionalizado para a sociedade civil organizada. Nesse espaço institucionalizado,

a sociedade civil assume papel importante na gestão intersetorial das políticas para a infância – uma vez que a temática da infância ocupa, segundo os idealizadores dessa proposta, um tema transversal e horizontal em relação às políticas públicas. Transversal, porque pode ser o foco de uma política pública específica – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Sentinela –, ou horizontal, por ser foco sobretudo, mas não apenas, das políticas públicas setoriais – saúde, educação, assistência social – foco que estaria fundamentado na legislação para a infância que a define como prioridade absoluta: Convenção Internacional dos Direitos da Criança, Constituição Federal e ECA. Ou seja, há uma formalização de espaços *híbridos*, quando se pensa em termos da oposição entre Estado e sociedade civil. A idéia de gestão intersetorial passa pela compreensão surgida na década de 1980 e 1990, carregada de uma *desconfiança básica* em relação ao Estado, percebido como autoritário por excelência, e pela institucionalização de espaços nos quais a sociedade civil organizada (ONGs, movimentos, fóruns, etc.) tem assento, delibera e discute temas específicos.

No entanto, na base empírica deste trabalho (entrevistas, questionários, observações) é perceptível uma alternância na compreensão da Rede de Atenção como organização informal-formal ou formal-informal, ou mesmo como uma organização informal estruturada dentro de uma organização formal burocrática – como relações que se tecem por meio dos laços de amizade e da partilha de valores comuns da vida cotidiana, no interior de uma estrutura burocrática, cuja marca principal é a despersonalização das relações sociais (de atendimento de serviços) e de trabalho. A Rede de Atenção é meio serviço e meio movimento, meio institucional e meio informal. Meio *namoro* (não institucionalizado) e meio *casamento* (instituído), para usar a expressão de Alberoni (1968 e 1971). Efetiva-se na forma de serviços, buscando superar a fragmentação das políticas mediante o foco em um objetivo unificado que é a *atenção às vítimas de violência*. Busca intervir no conjunto dos atores envolvidos no episódio violento, algozes e vítimas, por meio do atendimento (sobretudo às vítimas) e da responsabilização (dos algozes). No entanto, o foco da formação dada aos atores da Rede, percebiam eles ou não que fazem parte dela, está voltado para o que a Rede define como *sensibilização*, entendendo por esse conceito algo como um preparo, não apenas para captar com maior acurácia os casos de violência, por meio de sinais (o que se vê) e sintomas (o que é possível captar pelas verbalizações), mas também como algo que motiva para intervir no caso, visando, como meta final, erradicar

os casos de violência perpetrados e centrados em mulheres, crianças e adolescentes.

Se entendermos o conceito de mudança social como as mudanças qualitativas no modo de dois grupos ou duas categorias identitárias (homens e mulheres, crianças e adultos) se relacionarem, a Rede tem como base de sua atuação a mudança social, o que é um critério que define e caracteriza os movimentos sociais. Por sua vez, a instituição tende, por excelência e por sua própria natureza, a ser conservadora, resistente à mudança, constituindo um aparato estruturalmente refratário a ela.

Talvez nesse encontro tenso da Rede (como proposta baseada na democracia participativa, não hierarquizada, cooperativa) com a instituição burocrática (a secretaria, na qual a hierarquia deve ser seguida à risca, onde funciona o *papel*) esteja se delineando uma nova forma de institucionalidade. Outra característica da Rede é o fato de ela ser sustentada organicamente por pessoas que, embora participem dos quadros institucionais, foram sensibilizadas no contexto dos movimentos sociais (populares, sindicais, feministas, pela infância, etc.). Esses são, por assim dizer, o coração da rede: os que lhe dão vida e a fazem pulsar.

NOTAS

- 1 Para maiores informações sobre a constituição da Rede de Atenção de Goiânia, consultar o texto de Maria Aparecida Alves, nesta mesma coletânea.
- 2 Arendt (2001, p. 16-17) afirma: O labor assegura a sobrevivência do indivíduo e da espécie. A natalidade e a mortalidade estão contidas na categoria labor. O trabalho e seus produtos, os artefatos humanos, emprestam permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero, ou seja, passageiro, do tempo humano. A ação empenhada em preservar os espaços da negociação não violenta de conflitos cria as condições para a lembrança e para a história.
- 3 Esse é um debate ao qual nos referiremos apenas indiretamente, visto que o tema merece tratamento específico e já foi discutido amplamente em outras obras de fácil acesso no Brasil (por exemplo, em Gohn, 1997). Embora central para determinar os caminhos e descaminhos da análise, merece discussão mais aprofundada e, no caso do presente trabalho, foge aos seus objetivos.
- 4 No presente texto, se utilizará Rede ou Rede de Atenção para designar a Rede de Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência no contexto da cidade de Goiânia. Nos casos em que o termo rede se refira a uma reflexão mais geral sobre o conceito, buscar-se-á explicitar isso.
- 5 Deve-se deixar claro que, não obstante toda a ordem de críticas à categoria classe social para se referir aos fenômenos coletivos de grupos, essa continua sendo

uma categoria fundamental para analisar os fenômenos relativos à ação social e, mais especificamente, aos movimentos sociais da atualidade. A discussão sobre o que há de “velho” ou de “novo” na constituição dos movimentos sociais contemporâneos revela um falso debate, visto que a categoria classe social, como herdada da tradição marxiana, ao se somar a outras categorias, de certa forma é refinada em sua capacidade de apreensão das nuances nas práticas de oprimir, por isso não se deve descartar essa categoria como obsoleta. Se a definição do feminino, por exemplo, representa um mediador da opressão da mulher em geral, não se pode afirmar que a experiência do ser mulher constitui algo universal. Logo, soa estranho falar de uma subalternidade centrada exclusivamente nessa forma de pertencimento sem que se recorra à categoria de classe social (ou mesmo à de etnia). Da mesma forma, deve-se ficar atento à crítica desenvolvida no interior do movimento negro, no qual muitas vezes se concebe a “emancipação” da mulher branca como realizada às custas da mulher negra (ver Nascimento, 2002). Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, consultar Eagleton, 1997.

- 6 Ver as críticas ao trabalho de Alberoni em Pasquini, 1997.
- 7 O termo é originário de Max Weber.
- 8 Conferência de Lideranças Cristãs do Sul.
- 9 Gohn (1997) nos auxilia a clarear a noção de sistema. A autora afirma que, no caso das ações coletivas, estão agrupados quatro grandes sistemas. O sistema de produção e de apropriação dos recursos de uma sociedade (o sistema econômico), o sistema político, que decide sobre a distribuição desses recursos, o sistema organizacional e, apropriando-se do termo habermasiano, o sistema do mundo da vida.
- 10 Vale ressaltar que os movimentos sociais definidos por Melucci (2001) como antagonistas foram em outros tempos definidos pelo autor como movimentos de classe. Com isso, Melucci marca seu abandono do referencial marxiano.
- 11 Hobsbawm (1970) indica que na diferença entre movimentos revolucionários e reformistas se inscrevem as diferenças fundamentais de organização, estratégia e tática. Na taxonomia de Melucci (2001) acerca do jogo de soma zero, o momento do movimento que insiste em transformar fundamentalmente as estruturas pode se aproximar mais da soma zero em sua pauta reivindicativa, ou seja, pode não se pautar em ganhos parciais, demarcados pela amplitude de suas demandas em relação a reações das estruturas (social, econômica, política, cultural). Ao deslocar o seu ponto de inflexão, saindo do jogo de soma zero, o movimento se direciona para o campo reformista, quando se insere, na classificação de Melucci, entre os movimentos reivindicativos e políticos.
- 12 Adotada por Melucci (2001) para definir uma das tantas estruturas a que se refere.
- 13 Por sociedade civil se entende, neste contexto, os grupos organizados sem um vínculo formal com a sociedade política – o Estado –, ou seja, a esfera das relações

entre indivíduos, grupos, classes sociais “que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais” (Bobbio, 1997, p. 1.210). Um significado bastante diferenciado dos que vigoraram no pensamento dos teóricos clássicos do Estado, para os quais a sociedade civil é, simplesmente, a sociedade em que existe um Estado, o estado civil, em oposição ao estado de natureza. Para uma discussão sobre o conceito, ver Bobbio, 1997 e 1999.

- 14 Deve-se resgatar que, como relatado por Maria Aparecida Alves nesta mesma coletânea, a Coordenação Executiva da Rede de Atenção – a Executiva da Rede, como é denominada por seus integrantes – consiste em um de seus instrumentos, sendo o outro o Planejamento Estratégico Situacional (PES), um modelo de planejamento voltado para a gestão compartilhada, orientada por objetivos. A técnica de moderação de sua constituição organizativa lembra o modelo “Ziel Orientiert Projekt Planung” (ZOOOP) – ou “Planejamento de Projetos Orientado por Objetivos” – desenvolvido pela Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ), empresa pública sem fins lucrativos do Governo Federal da Alemanha, experimentada em assessoria de projetos de cooperação técnica internacional (Daniel Filho, 1995, p. 76). Esse modelo é adotado pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente para orientar os gestores municipais que aderem ao prêmio Prefeito Amigo da Criança (PAC). Vale destacar que a gestão democrático-popular da prefeitura de Goiânia (2001-2004) aderiu a esse modelo em seu planejamento (Prefeitura de Goiânia, 2002).
- 15 A política setorial na qual a profissional está inserida faz neste caso, certa diferença, uma vez que as lutas históricas pela construção de uma política pública de saúde no Brasil, por exemplo, têm longa data, sendo, juntamente com a política da educação pública, a mais estruturada em termos de financiamento, gestão e controle social, possuindo plano de carreira, cargos e salários, e contando com uma rede de serviços descentralizados, hierarquizados e regionalizados, dentro do modelo do Sistema Único de Saúde (SUS); a saúde é a política pública modelo para as demais, o que não é o caso da política de assistência social, que somente com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foi concebida como política pública – e, mais recentemente, vem sendo estruturada como política em âmbito nacional. Essa última carrega em si as marcas da descontinuidade, da fragmentação e da ausência de plano de carreira, cargos e salários. Enfim, somente neste início do século XXI se tem buscado estruturá-la como uma política de direitos, seguindo o modelo da política de saúde, por meio de um Sistema Único de Assistência Social (Suas). Essa realidade impacta o modo como a Rede de Atenção se estruturará e o grau de inserção dos profissionais na mesma.
- 16 No ano de 2007, buscando implementar a organização da política municipal de assistência social – prevista na lei municipal nº 8.293, de 7 de dezembro de 2004, que regulamenta a política de assistência social no município –, em conjunto com outras questões de cunho político e jurídico, a Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário (FUMDEC) foi transformada em Secretaria

Municipal de Assistência Social – o que representa um passo importante para que a assistência social ganhe um *status* de política pública no mesmo patamar da saúde e da educação. Vale ressaltar que as eficiências e deficiências da Rede de Atenção estão relacionadas diretamente ao nível de estruturação das políticas públicas em termos de orçamento, gestão e controle social. Não por acaso, é na política de saúde municipal que a Rede tem suas bases mais consolidadas; por sua vez, é na política de assistência social que se faz mais fragilizada, em virtude, por exemplo, do alto número de cargos comissionados (em torno de 95% do quadro) e da sua estruturação em termos de regionalização e hierarquização.

- 17 Sobre essa questão, ver o texto de Luiz do Nascimento Carvalho e Sônia M. Gomes Sousa, nesta mesma coletânea.
- 18 Segundo a entrevistada, o número planejado de pessoas que estruturariam a microrrede era de doze pessoas, que estariam sob a liderança do ponto focal, mantendo entre si um sistema permanente de comunicação. O ponto focal seria o elo. As microrredes deveriam acolher as demandas, que buscariam resolver com os recursos existentes na própria região; caso seus recursos se esgotassem, procurariam outras redes para a busca por soluções e encaminhamentos dos casos.
- 19 Formação realizada entre 1º de novembro e 12 de dezembro de 2006. Ver texto de Maria Aparecida Alves, nesta coletânea.
- 20 Ficha de Notificação/Investigação de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências. Ver texto de Maria Aparecida Alves, nesta coletânea.

REFERÊNCIAS

- ALANEN, Leena. Estudos feministas / estudos da infância: paralelos, ligações e perspectivas. In: CASTRO, L. R. (org.). *Crianças e jovens na construção da cultura*. Rio de Janeiro: Nau, 2001. p. 69-92.
- ALBERONI, Francesco. *Movimento e istituzioni: teoria generale*. Bolonha: Il Mulino, 1981.
- _____. *Status nascendi: studi sui processi collettivi*. Bolonha: Il Mulino, 1968.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- BARNES, John A. Social networks. *Module in Anthropology*, n. 26, p. 1-29, 1972.
- BOBBIO, Norberto. Sociedade civil. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINI, Gianfranco (org.). *Dicionário de política*. 9. ed. Brasília: Editora UnB, 1997. p. 1.206-1.211.
- _____. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

- COSTA, Sérgio. *As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- DANIEL FILHO, Bruno J. Programas e ações integradas: por onde começar. In: SILVA, Luiz A. P. (org.). *Gestão da política da infância e da adolescência no Brasil: programa Prefeito Amigo da Criança e as possibilidades de transformação*. São Paulo: Fundação Abrinq, 1995. Disponível em: <<http://www.fundabrinq.org.br>>. Acesso em: 10 dez. 2006.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora da Unesp/Boitempo, 1997.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 64-89.
- GOHN, Maria da G. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GOMES, Fábio G. Conflito social e *welfare state*: Estado e desenvolvimento social no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 201-236, mar.-abr. 2006.
- HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HOBBSAWM, Eric. *Rebeldes primitivos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- MARTELETO, Regina M. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência de informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan.-abr. 2001.
- MARTINS, José de Souza. *Camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. *Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/ Editora da Unesp, 2002.
- MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. México, DF: El Colégio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 1999.
- _____. *Sistema politico, partiti e movimenti sociali*. 2. ed. Milão: Feltrinelli, 1990.
- MORGAN, David L. *Focus groups as qualitative research*. 2. ed. Thousand Oaks; London; New Delhi: Sage Publications, 1997. (Qualitative Research Methods, 16).

NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo: documento de uma militância pan-africana*. 2. ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Cultural Palmares, 2002.

NOVELLI, Mary D. P. *Manual para la excelencia en la investigación mediante grupos focales*. Washington: Academy for Educational Development, 1988.

OLIVEIRA, M.; FREITAS, H. M. R. Focus Group – pesquisa qualitativa: resgatando a teoria, instrumentalizando o seu planejamento. *Revista de Administração*, v. 33, n. 3, p. 83-91, jul.-set. 1998.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Olho d'Água, 1995.

PASQUINI, Gianfranco. Movimentos sociais. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINI, Gianfranco (org.) *Dicionário de política*. 9. ed. Brasília: Editora UnB, 1997. p. 787-792.

PREFEITURA de Goiânia. Estratégias democráticas de planejamento. *Revista Goiânia*, n. 1, 2002.

QUEIROZ, Imar D. As ações coletivas na sociedade contemporânea. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, Santa Catarina, v. 1. n. 1, ago.-dez. 2003. Disponível em: <<http://www.emtese.ufsc.br>>. Acesso em: 1º jun. 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (org.). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVEIRA, Fernando G.; SERVO, Luciana M.; MENEZES, Tatiane; PIOLA, Sérgio F. (org.). *Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007. V. 1.

SOARES, José A.; GONDIM, Linda. Novos modelos de gestão: lições que vêm do poder local. In: SOARES, José A.; BAVA, Silvio C. (orgs.). *Os desafios da gestão municipal democrática*. São Paulo: Cortez, 1998, p. 61-96.

TOURAINÉ, Alain. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 2007.



NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DOS CASOS DE VIOLÊNCIA
NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: CONTRIBUIÇÕES DE GOIÂNIA

Maria Aparecida Alves da Silva

Nos meses de novembro e dezembro de 2006, ocorreu o evento de capacitação denominado Rede de Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência de Goiânia,¹ cujo objetivo era sensibilizar os profissionais da Rede de Atenção de Goiânia sobre a importância da notificação compulsória dos casos de violência.² Para cumprir essa finalidade, fez-se um resgate histórico sobre a implantação da notificação de violência na cidade de Goiânia e expuseram-se as contribuições da experiência de Goiânia na construção da notificação nacional. Pesquisadores do projeto “Ações de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil em Goiânia e região metropolitana” (convênio nº 159/2005, firmado entre a Universidade Católica de Goiás (UCG), e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH-PR), que acompanharam como observadores as reuniões dessa capacitação, sugeriram, ao final, que o relato oral das contribuições de Goiânia fosse transformado em textos, para posterior publicação.

Transformar o relato oral de alguns participantes do processo de construção da notificação de casos de violência na cidade de Goiânia em memória escrita é a proposta deste artigo. Assim, como é costume entre os goianos, a história da notificação será contada meio que na forma de um “causo”, no qual se misturam personagens e eventos, baseados nos relatos orais de alguns protagonistas envolvidos. Vamos iniciar esclarecendo como foi organizada a mencionada capacitação. A referência central de toda a narrativa é a feita pela Rede de Atenção de Goiânia. Conta-se um pouco da história dessa rede, por meio de lembranças ainda vivas dos principais envolvidos e do suporte de documentos oficiais de diversas instituições

governamentais. E é com a Rede de Atenção de Goiânia que principia a criação da notificação goiana.

Os documentos oficiais do Ministério da Saúde (MS), da Secretaria Municipal da Saúde de Goiânia (SMS) e da Comissão Executiva da Rede de Atenção de Goiânia foram importante fonte de pesquisa. Além desses documentos, conta-se com depoimentos orais de técnicos e gestores envolvidos no processo, com relatos de Rurany Ester da Silva, ex-coordenadora do Fórum Goiano de Mulheres, da Divisão de Saúde da Mulher da SMS, e do Grupo de Trabalho da Referência e Contra Referência da Rede de Atenção de Goiânia, de Norma A. Cardoso, representante do Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (CEPAJ/IDF/PROEX/UCG), de Lucimarta Santana da Cunha, do Núcleo de Prevenção das Violências e Promoção da Saúde (NPVPS), e de Rafael Dídimo Santos, da Central de Informática, ambos da SMS de Goiânia. Conta-se, ainda, com depoimentos de Marta Maria Alves da Silva, da Área Técnica de Vigilância, Prevenção e Controle de Violências e Acidentes (VPCVA) do Ministério da Saúde, e de Otaliba Libânio de Moraes Neto, do Departamento de Análises de Situação de Saúde (DASIS) da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do MS.

Ainda que a Ficha de Notificação/Investigação de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências seja compreendida como uma conquista de muitos, mesmo assim relata-se o esforço goiano presente na construção da notificação nacional, cujo fio condutor será a Rede de Atenção de Goiânia, e a posterior implantação da ficha de notificação dos casos de violência desenvolvida em Goiânia no ano de 2004. A ênfase dada no texto à área da saúde deve-se ao fato de ser esse o campo de maior conhecimento e atuação da autora. No entanto, é importante deixar claro que essa área não foi o único, tampouco o principal, segmento social de Goiânia a contribuir com a notificação goiana.

A notificação dos casos de violência traz em si as forças sociais que a constituíram. É um produto coletivo. Ela representa um pensamento, uma forma de agir no mundo. Sua égide é a idéia de que todas as pessoas são iguais e de que ninguém tem o direito de tratar o outro como objeto – e de que a violência não é uma expressão “natural” do ser humano. Por isso, a violência deve ser identificada, prevenida e punida. Ao narrar a história da criação da Rede de Atenção de Goiânia e sua contribuição na construção da ficha nacional, o que se pretende é demonstrar como a história coletiva de um lugar, e de suas relações, pode ser formadora e transformadora. E, por

consequente, influenciar e afetar a atuação profissional de técnicos e gestores que posteriormente participaram da construção da Ficha de Notificação/Investigação de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências.

CAPACITAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA NOTIFICAÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA

O NPVPS da Secretaria Municipal da Saúde de Goiânia tem como rotina acompanhar todas as notificações compulsórias de casos de violência emitidas pelas unidades de saúde (municipais, estaduais e federais) de Goiânia. Apesar de a implantação da notificação nacional ter-se iniciado no mês de agosto de 2006 em Goiânia, esse acompanhamento revelou que existe ainda uma elevada subnotificação dos casos de violência. As notificações que chegavam ao NPVPS provinham, na maioria das vezes, dos mesmos serviços de saúde. Os serviços que mais notificavam apresentam duas características em comum: 1) contavam com profissionais ou equipes técnicas com um histórico de participação em várias formações da Rede de Atenção de Goiânia; e 2) possuíam uma baixa rotatividade em seu quadro funcional.

Essas características indicam uma correlação entre o número e a frequência de notificações enviadas ao NPVPS e o número de profissionais capacitados pela Rede de Atenção de Goiânia lotados nos serviços. Diante dessa correlação, o NPVPS compreendeu que era fundamental retomar a capacitação continuada feita pela Rede, organizando, portanto, um evento específico sobre a Ficha de Notificação/Investigação de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências.³ O seu público-alvo foram profissionais de serviços que compõem a Rede de Atenção de Goiânia que ainda não haviam passado por nenhum processo de capacitação, ou seja, de educação permanente.

Com base nessas informações do NPVPS, a Executiva da Rede identificou a necessidade de organizar uma capacitação com o objetivo de reduzir as sub-notificações dos casos de violência. Na avaliação dos responsáveis pelo planejamento e execução dessa capacitação, não cabia, naquele momento, dar explicações didáticas sobre a forma de preenchimento da ficha, tampouco descrever as implicações legais e administrativas decorrentes da não realização da notificação. A formação deveria resgatar as histórias da criação da Rede de Atenção de Goiânia e da notificação de casos de violência, implantada em Goiânia no ano de 2004, mostrar como a experiência de Goiânia colaborou na efetivação da ficha nacional e, por fim, discutir os dilemas que se apresentam no momento de notificar os casos de violência.

Como aquecimento da discussão dos dilemas, utilizou-se o filme *A escolha de Sofia*.

Para os organizadores da capacitação, a prioridade, naquele momento, era dar sentido e historicidade à notificação. O importante era que os participantes refletissem sobre o poder de suas escolhas; enfim, que percebessem as possíveis conseqüências, tanto no plano coletivo quanto individual, de suas opções. Com essa metodologia, pretendia-se evitar que os profissionais continuassem enxergando a notificação como mais um papel sem sentido a ser preenchido na rotina de seu trabalho. Na visão dos organizadores, era fundamental ressaltar a energia, a vida pulsante presente na notificação, pois a criação da notificação nacional dos casos de violência era o resultado de uma longa história de luta de mulheres e homens espalhados por todo o Brasil.

CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS AÇÕES E DOS INSTRUMENTOS DA REDE DE ATENÇÃO
A MULHERES, CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE
GOIÂNIA: PACTO PERMANENTE ENTRE OS ATORES

A Rede de Atenção de Goiânia tem suas raízes fincadas no solo fértil dos movimentos sociais organizados da capital goiana.⁴ Porém a Rede só se efetivou quando, na esfera do poder público municipal, houve gestores e técnicos comprometidos com as causas da cidadania, ou seja, quando esses integraram gestões de caráter democrático-popular e transformaram o seu compromisso em políticas públicas e em ações concretas para a garantia de benefícios à população a ser atendida pela Rede de Atenção de Goiânia.

Os dois pilares que sedimentaram a fundação da Rede de Atenção de Goiânia foram a força dos segmentos sociais organizados de Goiânia e a decisão política de técnicos e gestores comprometidos com a defesa dos direitos da criança, do adolescente e da mulher. No entanto, é importante ressaltar que muitos desses gestores e técnicos integram ou emergiram dos mesmos movimentos sociais que lutaram para a construção da Rede de Atenção de Goiânia. Esse fato permite uma possível interpretação: a de que a efetivação da Rede de Atenção de Goiânia deu-se mais pela influência dos movimentos de defesa de mulheres, crianças e adolescentes, do que por força das diretrizes políticas definidas nas gestões municipais.

Ao ser concebida, a Rede de Atenção de Goiânia trazia impressa em sua gênese, de forma indelével, a semente da participação democrática e do engajamento de vários atores sociais. Com a marca dessa origem democrática,

o conceito de rede adotado pelo Fórum Goiano pelo Fim da Violência Infanto-Juvenil e pelo Fórum Goiano de Mulheres a define como uma articulação política não hierárquica entre atores iguais e/ou instituições.⁵ Essa articulação se fundamenta no reconhecimento da importância dos demais parceiros institucionais, e na colaboração, cooperação e compartilhamento de saberes, ações, objetivos, projetos e poderes.

Para a então coordenadora do Fórum Goiano de Mulheres, Rurany Silva:

A articulação do Fórum Goiano pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil com o Fórum Goiano de Mulheres foi muito importante para a efetivação da Rede de Atenção de Goiânia. Antes, esses atores trabalhavam em espaços sociais distintos com a temática da violência. A partir da articulação, passaram a discutir e a buscar formas de viabilizar a construção da Rede, somando-se assim a força e o poder de pressão de cada Fórum.

No entendimento desses dois fóruns, a Rede de Atenção de Goiânia deveria ser constituída por laços institucionais ou por relações interpessoais. Ela teria como papel fundamental a elaboração de propostas de políticas públicas que promovessem o enfrentamento do fenômeno da violência. Outro papel estratégico seria o da articulação entre os atores sociais, governamentais e não governamentais, envolvidos na promoção dessas políticas públicas. Após definir seus princípios e dinâmicas norteadoras, a Rede de Atenção de Goiânia tinha como tarefa urgente promover a capacitação dos profissionais para o atendimento especializado de pessoas em situação de violência, seja de ordem física, psicológica ou sexual, ampliar e implantar serviços nessa área e otimizar os recursos humanos e materiais.

E como garantir tais metas no transcurso das rotinas dos serviços de atenção, seja governamentais ou não governamentais? Como articular serviços de natureza tão distinta? Como organizar as ações para que elas não se sobrepusessem umas às outras? Como padronizar fluxos e procedimentos no atendimento para que não se revitimisassem as pessoas envolvidas em situações de violência?

Visando alcançar tais objetivos, dois instrumentos foram construídos pela coordenação da Rede de Atenção de Goiânia: a) um com caráter organizativo interinstitucional permanente; e b) outro de planejamento integrado das ações desenvolvidas pelos atores da Rede de Atenção de Goiânia.

Foi criado um fórum deliberativo e executivo da Rede, que recebeu a denominação Comissão Executiva, cuja composição é paritária, para garantir a integração permanente entre os diferentes atores envolvidos na Rede de Atenção de Goiânia. As diversas instituições que formam essa rede têm assento permanente na sua Comissão Executiva. A principal missão da Executiva é acompanhar a implementação dos planejamentos conjuntos realizados pela Rede; seus encontros são ordinários e mensais.

O outro instrumento construído foi o Planejamento Estratégico Situacional (PES) da Rede de Atenção de Goiânia. Seu primeiro trabalho ocorreu em maio de 2001, em seis etapas distintas. A primeira etapa foi o da apresentação, de forma sistemática, dos atores envolvidos na Rede de Atenção de Goiânia. Cada instituição – governamental ou não governamental – realizou uma descrição detalhada de seus recursos físicos e humanos, bem como dos serviços oferecidos, e buscou saber do que as demais instituições que compunham a Rede de Atenção de Goiânia necessitavam. Esse momento tinha como objetivo o reconhecimento mútuo dos envolvidos na Rede, para que compartilhassem suas dificuldades e necessidades. A segunda etapa deu-se de forma mais operativa, pois teve como finalidade definir os níveis de atenção dos serviços prestados na Rede. Já a terceira etapa compreendeu a definição do nível de atenção, seguindo-se a padronização por níveis de complexidade adotada na saúde pública – atenção básica, secundária e terciária. Na quarta etapa do PES, apresentaram-se os principais problemas existentes nos serviços. Na quinta, procedeu-se à exposição das possíveis propostas de resolução e ao esboço de um fluxo preliminar para os encaminhamentos dos casos que envolviam situações de abuso sexual e estupro. Na sexta etapa, definiram-se as operações prioritárias do PES, a saber: a implementação de uma referência e contra-referência resolutiva, maior investimento na formação dos profissionais e a criação de um serviço de atendimento ao abusador.

A partir do PES, especificamente da operação que definia a implantação de uma referência e contra-referência resolutiva, inicia-se a construção da ficha de notificação⁶ dos casos de violência ocorridos em Goiânia. O entendimento das instituições representadas no Planejamento Estratégico Situacional era de que, sem um formulário único em que se notificassem os casos de violência, e sem um banco de dados que centralizasse as informações desse formulário, não se efetivariam uma referência e uma contra-referência eficazes.

Como ocorreu nas demais operações e subações, definiu-se no PES um grupo de trabalho que seria responsável pela efetivação da proposta do formulário único e da central de dados. Esse grupo foi composto por representantes do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi) Água Viva (da SMS de Goiânia), do Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (CEPAJ/IDF/PROEX/UCG), do Hospital Materno Infantil da Secretaria Estadual da Saúde (SES) de Goiás, do Centro Integrado Médico e Psicopedagógico (CIMP/SES) e do grupo Transas do Corpo. A coordenação do grupo ficou a cargo da Divisão da Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente da SMS de Goiânia.

A proposta de criação de uma ficha de notificação para os casos de violência ocorridos em Goiânia não surgiu de uma deliberação técnica administrativa do nível central da SMS de Goiânia, mas de uma necessidade concreta dos serviços de atenção que integravam a Rede de Atenção de Goiânia. Os profissionais desses serviços acreditavam que a ficha de notificação e a central de dados eram fundamentais para a qualificação dos encaminhamentos e o acompanhamento dos casos de violência pelos serviços de diferentes níveis de atenção.

Como a implantação da Rede de Atenção de Goiânia propiciou um aumento das denúncias e da demanda por atendimento dos casos de violência no município de Goiânia, sentiu-se a necessidade de organizar essa demanda de forma sistemática, conforme relata Norma Cardoso:

A Rede de Atenção passa a ter um fluxo de funcionamento, e uma outra demanda surge, a do registro do atendimento dos casos de violência que passam pelas unidades de atendimento que compõem a Rede. [...] Quando, na Rede, entra em pauta a discussão sobre o registro de dados do atendimento e a criação de um banco de dados, se coloca, então, a discussão da ficha de notificação.

Ao propor o registro dos casos de violência, a preocupação central dos serviços era a de não revitimizar as pessoas envolvidas. A notificação deveria viabilizar um encaminhamento adequado, para evitar que os usuários perambulassem por muitos serviços sem receber atenção prioritária para o seu caso. Com isso, evitar-se-iam constrangimentos e novos agravos à saúde, caso ocorresse demora na realização de procedimentos como o da contracepção de emergência e da profilaxia de DST/Aids.

A proposta da central de dados tinha como principal objetivo o monitoramento dos casos, diante das preocupações com a estruturação de

um registro estatístico mais fidedigno dos casos de violência. Porém, não era essa a principal demanda dos serviços. O mais importante para esses era que a central de dados viabilizasse um monitoramento eficiente dos casos atendidos dentro da própria Rede de Atenção de Goiânia, a fim de que eles não se perdessem, propondo-se, assim, a criação da ficha de notificação e da central de dados dos casos de violência, para qualificação da referência e contra-referência dos casos atendidos nos serviços prestados pelas entidades que compunham a Rede.

O GRUPO DE TRABALHO REFERÊNCIA/CONTRA-REFERÊNCIA: SUB-AÇÃO FORMULÁRIO ÚNICO⁷ E CRIAÇÃO DA CENTRAL DE DADOS

A primeira tarefa do grupo de trabalho responsável pela elaboração da proposta do formulário único e da central de dados foi conhecer todos os tipos de registros existentes nos serviços da Rede de Atenção de Goiânia. Logo de início, percebeu-se a diversidade de informações priorizadas em cada registro, diante das características distintas dos atendimentos, o que constituiu um dos maiores obstáculos enfrentados pelo grupo de trabalho na tarefa de propor uma ficha de notificação única e padronizada. A delimitação das informações que seriam priorizadas na notificação só foi concluída depois de longa negociação entre os serviços da Rede de Atenção de Goiânia. Um outro desafio foi conciliar, em um mesmo formulário, informações que contemplassem os segmentos que atendiam crianças e adolescentes e os que atendiam mulheres.

Rurany Silva considera:

A construção de consensos sobre o fenômeno da violência, por meio de um processo de muito diálogo e reflexão entre os dois Fóruns, foi muito importante. Assim, na construção da Rede de Atenção de Goiânia foi contemplada a multiplicidade e a especificidade de cada grupo populacional, seja ele de crianças, adolescentes ou de mulheres que viviam situações de violência. E isso já aparece de forma concreta na primeira proposta da ficha de notificação construída pelo grupo de trabalho da referência e contra-referência. Estabelecer consensos sobre a relação de gênero como um elemento estruturante da Rede foi uma difícil, mas crucial tarefa do movimento de mulheres.

Depois de selecionadas as informações que integrariam a ficha de notificação, propôs-se um modelo-piloto para ser avaliado pela Comissão

Executiva da Rede, cuja base foi a ficha de Atendimento Multidisciplinar à Pessoa em Situação de Violência Sexual.⁸ Além disso, foram fundamentais a contribuição do modelo Ficha de Acolhimento, do CAPSi Água Viva, e as discussões do grupo de trabalho responsável pela formação dos profissionais da Rede. Sobre essas contribuições, a representante do CEPAJ ressalta:

Este modelo foi modificado, ampliado, a partir das experiências das entidades que tinham seus próprios registros. O grupo de trabalho que era responsável pelo planejamento e execução das formações da Rede de Atenção de Goiânia também contribuiu com a elaboração da ficha, ao indicar aspectos importantes que deveriam comparecer nesse novo registro.

No entendimento dessa representante, o processo de construção da ficha de notificação e da central de dados contribuiu para o movimento de efetivação e fortalecimento das ações da Rede de Atenção de Goiânia. No entanto, trata-se de um processo que não seguiu um movimento linear de avanços, pois houve também alguns retrocessos:

Foi difícil a construção de um instrumento único que satisfizesse as necessidades de cada instituição. A utilização de um instrumento único também implicava mudanças naquelas instituições que já tinham algum tipo de registro ou que não faziam nenhum registro [...]. De forma lenta, esse processo contribuiu para avançar na constituição da própria Rede de Atenção, ajudando na articulação de seus atores, pois esses tinham de conhecer e utilizar um instrumento único.

A conclusão da proposta da ficha de notificação do grupo de trabalho ocorreu no final do segundo semestre de 2002, sendo o modelo-piloto entregue à Comissão Executiva da Rede de Atenção de Goiânia, que o aprovou, e deliberou, por conseguinte, que a implantação da ficha e a posterior criação da central de dados seriam de responsabilidade técnica da SMS de Goiânia. Com isso, foi considerado extinto o grupo de trabalho constituído para aquela finalidade.

IMPLANTAÇÃO DA FICHA MULTIDISCIPLINAR DE NOTIFICAÇÃO DE SUSPEITA OU CONFIRMAÇÃO DE VIOLÊNCIA NA REDE DE SAÚDE DE GOIÂNIA

De acordo com a técnica responsável do NPVPS da SMS de Goiânia, o processo de implantação da ficha de notificação dos casos de violência iniciou-se com o trabalho de sensibilização dos gestores e técnicos dos distritos

sanitários (DS), que, por sua vez, realizaram o mesmo trabalho nas unidades de saúde. Em seguida a esse trabalho, realizou-se uma ação mais operativa, de orientação para o preenchimento da ficha e o encaminhamento adequado dos casos de violência identificados na rede de saúde.

A ficha de notificação foi implantada em toda a rede de saúde de Goiânia no ano de 2004. As unidades de urgência e emergência receberam uma atenção especial, pois nelas se identificava, historicamente, um número maior de ocorrência de casos de violência. Estabeleceu-se um acompanhamento permanente das equipes dessas unidades, considerando-se que era fundamental atualizar as informações e acompanhar os encaminhamentos realizados pelos profissionais. Para a técnica do NPVPS da SMS de Goiânia, essa priorização foi estratégica, pois, com o tempo, as unidades de urgência e emergência tornaram-se uma referência para as outras unidades de menor porte e complexidade.

Todo o processo de sensibilização e adesão das unidades de saúde à Ficha Multidisciplinar de Notificação de Suspeita ou Confirmação de Violência⁹ iniciou-se no segundo semestre de 2003. A ficha de notificação, nesse período de implantação, tinha a função de agilizar a identificação dos casos de violência e qualificar os encaminhamentos. Sobre tal característica da ficha de notificação de Goiânia, Lucimarta Cunha afirma:

Na época, a nossa preocupação era ter um instrumento que orientasse os profissionais de saúde em seu trabalho. O usuário, que sofreu alguma forma de violência, não deveria sair das unidades sem um atendimento adequado em relação à sua saúde. Na verdade, tinha embaixo da ficha o protocolo de DST, que dava orientação para os profissionais sobre os exames que precisavam ser feitos, o tempo necessário dos exames. Então, para nós, naquele momento, o importante, a preocupação maior era com o atendimento.

Para formalizar a implantação da referida ficha e ampliá-la para os serviços da rede conveniada e privada, a SMS de Goiânia expediu a portaria nº 152, em 5 de maio de 2004, cujo artigo primeiro determina:

Todos os estabelecimentos de saúde públicos e privados no município de Goiânia são obrigados a preencher e encaminhar à Secretaria Municipal da Saúde de Goiânia a “Ficha de Notificação de Suspeita ou Confirmação de Violência contra a Mulher, a Criança e/ou o Adolescente”. (Goiânia, 2004b)

Na visão da técnica do NPVPS, a referida portaria foi fundamental para a implantação da ficha, uma vez que informava a todos os profissionais de saúde da Rede que a notificação não era apenas uma deliberação de uma área técnica específica, mas uma diretriz da gestão da Secretaria de Saúde. Desse modo, toda a rede do SUS – rede pública, privada e conveniada da saúde –, obrigatoriamente, deveria efetuar a notificação dos casos de violência, os quais não se restringiam a crianças e adolescentes, mas também incluíam as mulheres.

EFETIVAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA: BANCO DE DADOS MUNICIPAL

Com a implantação e regulamentação da Ficha Multidisciplinar de Notificação de Suspeita ou Confirmação de Violência, tornou-se urgente a elaboração de um sistema de informação que registrasse os dados coletados na notificação. De acordo com Rafael Dídimo, técnico da Central de Informática da SMS de Goiânia, o sistema foi desenvolvido na linguagem Delphi 7.0, utilizando-se o banco de dados Interbase. Trata-se de sistema composto por cinco tabelas de dados, os quais permitem a entrada dos seguintes tipos de informação: 1) fonte notificadora (unidade de saúde, DS, profissional responsável pela notificação); 2) características das vítimas de violência; 3) tipo de violência; 4) características do provável autor da agressão; e 5) encaminhamentos e condutas.

Para a emissão dos relatórios estatísticos, desenvolveu-se uma rotina de exportação de dados, mediante a transferência dos dados do banco Interbase para o formato DBF, utilizado para tabulação de dados pelo TABWIN. O setor de informática da SMS de Goiânia desenvolveu ainda arquivos de definições (DEFs) e conversões (CNVs) para o TABWIN. Com essa medida, facilitava-se a análise dos dados digitados.

O sistema de informação implementado na SMS de Goiânia permitiu um melhor monitoramento e compreensão dos dados identificados na Ficha Multidisciplinar de Notificação de Suspeita ou Confirmação de Violência. A primeira apresentação oficial dos relatórios do banco de dados dos casos notificados ocorreu no dia 12 de agosto de 2004, no seminário realizado pelo Hospital de Urgências de Goiânia, da SES de Goiás, em cujo evento contou-se com a presença de um representante do Ministério da Saúde, que solicitou o encaminhamento dos dados e das informações sobre a ficha de notificação de Goiânia à área técnica do ministério. Dessa forma, Goiânia

passou, a partir de então, a compor a equipe que construiria a ficha nacional de notificação dos casos de violência.

PARTICIPAÇÃO DE GOIÂNIA NA CONSTRUÇÃO DA NOTIFICAÇÃO NACIONAL DOS CASOS DE VIOLÊNCIA

O movimento pela construção de políticas públicas, em Goiânia, para atuação na prevenção da violência e na atenção a mulheres, crianças e adolescentes que viviam situações de violência foi uma expressão local de uma luta comum tanto no plano nacional quanto no internacional. A efetivação da Rede de Atenção de Goiânia, com a posterior implantação da Ficha Multidisciplinar de Notificação de Suspeita ou Confirmação de Violência, estava em consonância com as recomendações da Conferência Internacional de População, realizada no Cairo em 1994, bem como com as da Conferência Internacional da Mulher, evento ocorrido em Beijing em 1995, e ainda com as da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, que teve lugar também em Beijing, no mesmo ano, e as da convenção realizada em Belém do Pará, denominada Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, realizada em 1995.

Além disso, contemplava as resoluções do Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e de Adolescentes, transcrito em Estocolmo no ano de 1996, e as determinações do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, definidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) em 2000. Esse movimento encontrava também expressões em espaços governamentais ligados à área da saúde pública. A partir de 2000, ganha força no Ministério da Saúde a proposta de implantação de uma política nacional de redução de morbimortalidade por causas externas – acidentes e violências.

No sentido de efetivar essa política, o Ministério da Saúde publica, em 2001, a portaria de nº 737/GM/MS (Brasil, 2001a), que instituiu a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências, e a portaria de nº 1.968/GM/MS (Brasil, 2001b), que regulamentava a obrigatoriedade da notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes no SUS. Para implementar o propósito e as diretrizes definidas por essa política nacional, o MS instituiu, no âmbito do SUS, a Rede Nacional de Núcleos de Prevenção das Violências e Promoção de Saúde, que foi regulamentada pela portaria nº 936, de 2004 (Brasil, 2004a).

A partir de demandas sociais, particularmente do movimento feminista, o presidente da República promulga, em 2003, a lei de nº 10.778, de 24 de novembro (Brasil, 2003a), que institui a notificação compulsória de violência contra a mulher. Essa lei foi regulamentada no MS pela portaria nº 2.406 MS/GM, de 5 novembro de 2004 (Brasil, 2004b). Com as duas regulamentações, tornou-se imprescindível a construção de um instrumento padronizado de coleta para o registro das notificações de violência contra crianças, adolescentes e mulheres.

A portaria nº 2.406 já incluía em seu anexo uma proposta de instrumento de notificação a ser utilizado pelos profissionais de saúde. Esse instrumento foi elaborado pela equipe técnica das coordenações de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e de Análises e Informações Epidemiológicas, do Departamento de Análises de Situação em Saúde da Secretaria de Vigilância em Saúde do MS. Apesar de sistematizada, a notificação proposta pela portaria ainda não havia passado por uma testagem. No ano de 2005, o MS selecionou serviços que tinham experiência acumulada em notificações de casos de violência para testar a ficha nacional.

De acordo com Otalíbia Morais, diretor do DASIS/SVS/MS, duas experiências em âmbito nacional eram exemplos de sistemas de notificação de violência: a de Curitiba e a de Goiânia. A experiência de Curitiba, que vem de longa data, tem uma inserção estruturada nos serviços de saúde. O que diferencia a experiência de Curitiba é o consolidado trabalho de vigilância em saúde, com um banco bem estruturado, e no qual os dados coletados pela notificação passam por uma constante e sistemática análise. A ficha de Curitiba é um instrumento utilizado nas escolas, no S.O.S. Criança e nos demais serviços de assistência social. As 109 redes locais, coordenadas por regionais intersetoriais, viabilizam uma melhor organização dos encaminhamentos e, conseqüentemente, reduzem a subnotificação dos casos de violência contra crianças e adolescentes.

Desde 2004, o município de Goiânia já realizava a notificação de violências contra crianças, adolescentes e mulheres em toda a sua rede de saúde (Goiânia, 2004b). Apesar de, comparada com a de Curitiba, a experiência de Goiânia ser mais recente, ela apresentava uma característica inédita no País. A ficha de notificação incluía a notificação de violências contra a mulher em todas as unidades de saúde de Goiânia, mesmo antes da regulamentação do MS. Em maio de 2005, a SMS de Goiânia é selecionada para participar do pré-teste da ficha de notificação nacional proposta pelo

MS. Participaram também dessa testagem as Secretarias Municipais de Saúde de Florianópolis e de Ribeirão Preto.

Em 9 de junho de 2005, realizou-se a oficina de avaliação do pré-teste da ficha nacional, processo coordenado pela Área Técnica de Vigilância, Prevenção e Controle de Violências e Acidentes, Coordenação Geral de Doenças e Agravos Não Transmissíveis (CGDANT) do DASIS/SVS/MS. Essa oficina de avaliação contou ainda com a participação da Área Técnica de Saúde da Mulher/Departamento de Ação Programática Estratégica da Secretaria de Atenção em Saúde/MS, de representantes da Secretaria Estadual de São Paulo e das Secretarias Municipais de Campinas e Belo Horizonte, além de representante da ONG Ipas Brasil, com sede no Rio de Janeiro.

Exclusões, inclusões e modificações de alguns campos foram propostas pelos participantes da oficina de avaliação do pré-teste. A representante do NPVPS da SMS de Goiânia sugeriu a inclusão de alguns dados que já eram coletados na ficha de notificação de Goiânia. A coordenadora Marta Silva, da Área Técnica de Vigilância, Prevenção e Controle de Violências e Acidentes do Ministério da Saúde, afirma que a participação de Goiânia na oficina foi muito importante, pois o município apresentou sugestões que

[...] foram fundamentais para a modificação na ficha e contribuíram para a versão final da ficha nacional. Um dos pontos que vale destacar foi a necessidade de que a ficha incorporasse também as notificações de violências contra pessoas do sexo masculino e não somente mulheres, o que já vinha ocorrendo em Goiânia em relação a crianças e adolescentes tanto do sexo feminino quanto do masculino.

Entre maio e novembro de 2005, muitos ajustes foram feitos na ficha de notificação nacional. O seu *layout* foi alterado para que seguisse a padronização do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Essa padronização permitiria, no futuro, o georreferenciamento das informações e uma posterior inclusão dos dados da ficha de notificação de violência no sistema de informação do SINAN. Acrescentou-se, na ficha, um campo que informava se a violência notificada era uma suspeita ou se já estava confirmada. Marta Silva ressalta que, após a avaliação do pré-teste, houve um processo de discussão e pactuação com várias áreas internas do MS. Por consenso foi

aprovado que a ficha atenderia às especificidades relacionadas a cada ciclo de vida, independente do sexo e considerando as várias tipologias e naturezas das violências, fossem elas interpessoais ou autoprovocadas.

A ficha nacional atenderia, ainda, às demandas existentes, inclusive no que diz respeito à obrigatoriedade de notificação de violências contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos. Segundo Marta Silva, com essa proposta única, o MS tinha como meta a substituição dos anexos das portarias nº 1.968/2001 e nº 2.406/2004, que obrigam a notificação de violências contra crianças e adolescentes, e contra mulheres, respectivamente.

Dessa forma, a ficha assumiu a sua versão final, sendo denominada Ficha de Notificação/Investigação de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências. Ela foi implantada no País inicialmente em 39 secretarias de saúde municipais localizadas nas 27 unidades federativas, e a coleta dos dados se iniciou em agosto de 2006. Para viabilizar essa implantação, houve um incentivo financeiro do MS, repassado pela portaria nº 1.356/2006. Em agosto de 2006, a SMS de Goiânia substituiu a sua ficha de notificação local e passou a utilizar a Ficha de Notificação/Investigação de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências, aprovada pelo MS.

Além da participação no pré-teste da ficha de notificação nacional, a SMS de Goiânia participou também da implantação do projeto Vigilância de Violências e Acidentes em Serviços Sentinela (Viva), proposto pela CGDANT/DASIS/SVS/MS. Esse projeto, apresentado em março de 2006 para a SES e a SMS, possui dois componentes: vigilância contínua de violência doméstica, sexual e/ou outras violências; e vigilância de violências e acidentes por meio de pesquisa de demanda e inquérito, realizada em serviços de urgência e emergência. A ficha nacional apresentada nessa ocasião seria o instrumento de notificação do componente da vigilância contínua.

Nesse mesmo mês, a SMS de Goiânia aderiu ao projeto Viva e, em parceria com o Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP) da Universidade Federal de Goiás (UFG), deu início à pesquisa sobre as ocorrências de acidentes e violências no Hospital de Urgências de Goiânia (HUGO) da SES. A coleta de dados foi feita por amostragem e ocorreu durante todo o mês de setembro. Trata-se de pesquisa que adotou as fichas preconizadas pelo MS, cujos resultados foram enviados ao Ministério da Saúde em março de 2007.

IMPORTÂNCIA DA EXPERIÊNCIA GOIANIENSE NA EFETIVAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO NACIONAL DOS CASOS DE VIOLÊNCIA

A experiência de implantação da Ficha Multidisciplinar de Notificação de Suspeita ou Confirmação de Violência de Goiânia teve importante papel na formação de técnicos e gestores que atuaram diretamente na implementação da notificação nacional. O atual diretor do DASIS/SVS/MS destaca sua participação na implantação da notificação de casos de violência em Goiânia como gestor municipal. De acordo com ele, a experiência de Goiânia lhe proporcionou uma perspectiva positiva em relação à efetivação da notificação nacional. Ele entende que a experiência de Goiânia gerou um cenário de facilidades na operacionalização da implantação da ficha de notificação nacional.

Primeiro, porque foi uma experiência formadora, que auxiliou-me a compreender que a notificação é um importante instrumento de intervenção e vigilância. Segundo, por demonstrar que é viável no âmbito da gestão colocar a questão da violência como uma prioridade e, a partir daí, fazer com que isso seja implementado e operacionalizado na prática, com a notificação, com a montagem da Rede, com a articulação intersetorial. Acho que isto foi a grande contribuição de Goiânia.

A implantação da vigilância na área da violência já era preconizada desde 2001, com a aprovação da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências. Era também uma exigência legal definida pelo ECA (Brasil, 1990), pelo Estatuto do Idoso (Brasil, 2003a) e pela lei de nº 10.778, de 24 de novembro de 2003 (Brasil, 2003b), que instituiu a notificação compulsória de violência contra a mulher. Apesar de todas essas bases legais, até 2004 o processo de implantação da notificação de casos de violências ainda não estava em curso. Para Otalíbia Morais, a experiência de Goiânia deu-lhe

[...] mais condições de priorizar e, de uma forma mais rápida, implementar e buscar outras parcerias no âmbito do Ministério da Saúde, no âmbito de outros órgãos governamentais, como a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e, a partir daí, iniciar o processo de implantação da ficha de notificação no País.

A coordenadora da Área Técnica de Vigilância, Prevenção e Controle de Violências e Acidentes destaca que a experiência de Goiânia teve muita influência no trabalho que desempenhou junto ao MS. Em Goiânia, ela

participou do processo de implantação da anticoncepção de emergência (Goiânia, 1996a) e do atendimento especializado às crianças, adolescentes e mulheres vítimas de violência sexual e doméstica (Goiânia, 1996b). No período de 2003 a 2004, participou também do processo de implantação da ficha de notificação dos casos de violência (Goiânia, 2004b) e da criação do NPVPS (Goiânia, 2004c) da SMS de Goiânia. No MS, coordenou o processo de construção, pactuação e implantação da Vigilância de Violências e Acidentes em Serviços Sentinela e da ficha nacional de notificação de casos de violência do Ministério da Saúde. Sobre essa influência, ela ressalta:

Apesar de ser sensível e motivada a trabalhar questões relacionadas às violências, estas experiências possibilitaram-me viver vários desafios, pensá-los e propor medidas de intervenção relacionadas às violências, como a anticoncepção de emergência e o aborto legal, a necessidade de implementar a rede de assistência às vítimas de violência e a notificação destes agravos, a formação de recursos humanos e a estruturação de redes de proteção social. A partir de minhas vivências e experiências em Goiânia, acertos e desacertos, é que fui incumbida de conduzir este processo em nível nacional, exercendo a função de coordenadora da Área Técnica de Vigilância, Prevenção e Controle de Violências e Acidentes do Ministério da Saúde.

O trabalho desenvolvido pelo DASIS/SVS/MS teve uma ampla articulação intra e intersetorial. A implantação da notificação nacional, como ocorreu em Goiânia, foi uma construção coletiva. O processo de discussão, análise, avaliação e pactuação da ficha de notificação compulsória de violência contra a mulher (e outras violências interpessoais) contou com uma ampla participação de técnicos e gestores de diferentes áreas do Ministério da Saúde (áreas técnicas da saúde da mulher, da criança e adolescente, do idoso, do trabalhador, do portador de deficiência mental, bucal e dos programas de DST/Aids). A articulação intersetorial envolveu ainda a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República. A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, também vinculada à Presidência da República, foi outra instância governamental que contribuiu com esse processo. Para Marta Silva, esse processo:

[...] foi um grande desafio, pois precisávamos superar a fragmentação e as superposições entre as várias áreas técnicas e chegar a um produto final

que atendesse às especificidades das áreas, às demandas legais e às necessidades das pessoas vítimas de violência. Tínhamos de vencer a burocracia, as vaidades e os guetos, e construir e pactuar uma ficha que atendesse às necessidades dos cidadãos, das pessoas. Este era o sentido. Construção coletiva é um processo demorado, permeado de conflitos, mas muito rico. No final, todos se reconhecem no produto. A ficha é reconhecida por todos e todos são responsáveis por ela.

Para a coordenadora da Área Técnica de Vigilância, Prevenção e Controle de Violências e Acidentes (VPCVA/DASIS/SVS/MS), o processo de efetivação da ficha de notificação não foi fácil nem rápido. Ele demandou várias reuniões e oficinas. A construção democrática da Ficha de Notificação/Investigação de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências exigiu dos técnicos envolvidos a capacidade de “saber ouvir e balizar as diferenças entre vários pensamentos e conceitos envolvidos”. Em 27 de novembro de 2006, a Área Técnica de Vigilância, Prevenção e Controle de Violências e Acidentes (VPCVA/DASIS/SVS/MS) apresenta a primeira análise preliminar dos registros da Ficha de Notificação/Investigação das Violências Doméstica, Sexual e Outras Violências. Dos 39 entes federados, 33 secretarias municipais de saúde,⁵ secretarias estaduais de saúde e o Distrito Federal, que aderiram à proposta da vigilância contínua em serviços sentinelas, 29 conseguiram enviar os seus relatórios ao MS até 24 de novembro de 2006. De agosto a setembro de 2006, 931 notificações foram registradas no sistema de vigilância contínua do MS.

A ficha de notificação fornece, uma enorme riqueza de informações entre elas dados sobre a incidência de casos de violência, de acordo com a faixa etária.

Além desse dado, o levantamento da ficha de notificação registra os casos de violência, categorizando-os conforme o tipo de violência observado. A tabulação de dados realizada pela Notificação Nacional confirma a realidade observada, em Goiânia, pelos conselhos tutelares e pelas unidades de saúde de urgência e emergência: a violência física ainda é a mais freqüente.

O resultado da pesquisa por amostragem realizada nas unidades de urgência e emergência foi apresentado em 11 de maio de 2007. Até essa data, 47.263 fichas de notificação foram registradas no Sistema de Vigilância de Acidentes e Violências do MS. Nas unidades de emergência, pesquisaram-se os acidentes e os casos de violência interpessoais, e os dados indicam que os acidentes superam as violências interpessoais na faixa etária que vai de 0

a 9 anos. A partir dos 10 até os 39 anos, predominam as violências interpessoais. Na faixa etária que vai dos 40 aos 60 anos, os acidentes voltam a ter maior freqüência nos registros das notificações.

Com relação ao tipo de ocorrência e ao sexo da vítima, essa pesquisa identificou uma maior incidência no sexo masculino, tanto nos acidentes quanto nas violências. Dos 37.692 casos registrados na Ficha de Notificação de Acidentes e Violências em Unidades de Urgência e Emergência até setembro de 2006, o sexo masculino representou 66% das vítimas de acidentes e violências, e o sexo feminino, 34%. Mas o mesmo resultado não aparece nos dados da Ficha de Notificação/Investigação das Violências Doméstica, Sexual e Outras Violências - Vigilância Contínua. Dos 587 casos registrados entre agosto e setembro de 2006, o sexo feminino representou 64% das vítimas de violência e o sexo masculino, 36%. Uma análise qualitativa dos dados apresentados nas duas fontes de registros poderá explicitar melhor como a violência e os acidentes se expressam nos diferentes sexos.

AVANÇOS E DESAFIOS EM GOIÂNIA

A implementação da Ficha de Notificação/Investigação de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências no SUS é uma importante conquista. Como todo instrumento de vigilância em saúde, ela deverá passar por adaptações e ajustes. Com certeza um bom tempo transcorrerá até que ela realmente seja incorporada na cultura institucional e na rotina dos serviços de saúde do País. Predomina ainda uma grande resistência por parte dos profissionais em relação à notificação compulsória. Alguns profissionais temem retaliações por parte dos agressores e seus familiares, ou não querem se comprometer com possíveis tramitações judiciais. Outros se preocupam com o rompimento do vínculo terapêutico ou com a exposição que as pessoas envolvidas possam sofrer. Mas a própria obrigatoriedade da notificação faz essas discussões tomarem corpo e se aprofundarem, evitando assim a tradicional posição de naturalização e desresponsabilização com os casos de violência.

Em Goiânia, apesar de o processo de notificação ter-se iniciado em 2004, ainda existe subnotificação dos casos de violência. Acredita-se que, com um trabalho permanente de acompanhamento e educação permanente das equipes, este grave problema possa ser minimizado. A notificação de violências em Goiânia está estendida a toda a rede de saúde, incluindo a atenção básica e o Programa de Saúde da Família (PSF). Assinale-se que, em

2006, as unidades regionais da SME de Goiânia passaram a utilizar a Ficha de Notificação/Investigação de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências. As primeiras notificações foram entregues ao NPVPS em 12 de dezembro de 2006. As notificações realizadas na rede de educação municipal seguem o mesmo fluxo das notificações da saúde. Até o final do primeiro semestre de 2007, os programas Sentinela da área da assistência social estarão utilizando o mesmo instrumento.

A intenção, ao integrar a área da assistência social e da educação no processo de notificação, é ampliar o trabalho de vigilância, permitindo um registro mais fidedigno dos casos de violência ocorridos em Goiânia. A extensão da notificação a essas áreas visa também à identificação, em fases mais precoces, dos casos de violência. Essa extensão tem como finalidade última dar qualidade à assistência a ser oferecida às pessoas que vivem situações de violência.

Salienta-se que, no caso de violência contra crianças e adolescentes, é sempre enviada uma cópia da ficha de notificação ao conselho tutelar. No caso da violência contra o idoso, os DS enviam um relatório para o Ministério Público de Goiás. O NPVPS/SMS de Goiânia, em conjunto com a Rede de Atenção de Goiânia, tem mantido uma articulação permanente junto ao Ministério Público, ao Fórum de Justiça de Goiás e à Secretaria Estadual de Segurança Pública de Goiás. Essa articulação tem o objetivo de garantir a atenção integral e humanizada, os direitos e a proteção social das pessoas que sofrem violência. Uma conquista recente é a implantação da sala de inquirição especial para os julgamentos que envolvem violência contra crianças, mulheres e adolescentes, que ocorreu em 25 de janeiro de 2007 em Goiânia.

NOTAS

- 1 Todas as vezes que fizermos referência à Rede de Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência de Goiânia, utilizaremos apenas a expressão Rede de Atenção de Goiânia.
- 2 A capacitação foi dirigida aos profissionais da área de saúde, de educação e de assistência social do município de Goiânia. Os encontros ocorreram em cinco regiões diferentes da cidade, e foram planejados e organizados pelo que se denomina Grupo de Trabalho, que é responsável pela educação permanente da Rede de Atenção de Goiânia. A execução e o financiamento ficaram a cargo do Núcleo de Prevenção das Violências e Promoção da Saúde (NPVPS) da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia (SMS), do Ministério da Saúde e do projeto

“Ações de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil em Goiânia e região metropolitana” (UCG/SEDH-PR).

- 3 A designação Ficha de Notificação/Investigação de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências foi criada pelo Ministério da Saúde, em 2006, a partir de pactuações internas e externas, e constitui um dos instrumentos de notificação da Vigilância de Violências (Viva).
- 4 Para maior aprofundamento sobre o histórico da fundação da Rede de Atenção de Goiânia, ver o texto de Luiz do Nascimento Carvalho, Iraídes Campos da Luz e Noemi Assis, que também compõe esta obra.
- 5 O Fórum Goiano pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil e o Fórum Goiano de Mulheres são os dois segmentos sociais que coordenam a Rede de Atenção de Goiânia.
- 6 No relatório final do Planejamento Estratégico Situacional (PES) de 2001, a idéia de uma ficha de notificação dos casos de violência ainda não estava sedimentada. Essa é a razão por que, na época, os participantes propuseram uma ficha denominada Formulário Único de Acolhimentos dos Casos de Violência. Todos os registros desse formulário deveriam ser condensados em uma central de dados informatizada.
- 7 No texto, esse termo foi substituído por ficha de notificação, pois, na compreensão da autora, ele contempla melhor o sentido do que foi proposto pelos participantes do PES de 2001.
- 8 Essa ficha é citada no depoimento de Norma Cardoso, mas não foi encontrado nenhum exemplar dela, e nem registro que informasse a sua origem.
- 9 Em todos os documentos impressos da SMS de Goiânia, a notificação de casos de violência é denominada Ficha Multidisciplinar de Notificação de Suspeita ou Confirmação de Violência. Vale ressaltar que na portaria SMS nº 152, de 5 de maio de 2004, que regulamenta a notificação em Goiânia, não aparece o termo “multidisciplinar”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Proposta da Campanha Nacional Pelo Fim da Exploração, Violência e do Turismo Sexual contra Crianças e Adolescentes*. Brasília, 1995.

_____. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: Congresso Nacional, 1990.

_____. Ministério da Saúde. Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências. Portaria nº 737 MS/GM, de 16 de maio de 2001. *Diário Oficial da União*, n. 96, seção 1E, 18 maio 2001a.

_____. Ministério da Saúde. *Portaria nº 1.968 MS/GM, que regulamenta a notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes no Sistema Único de Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2001b.

_____. Lei nº 10.741, de 10 de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Congresso Nacional, Brasília, 2003a.

_____. Lei de nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, que institui a notificação compulsória de violência contra a mulher e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Congresso Nacional, Brasília, 2003b.

_____. Ministério da Saúde. *Portaria nº 936 MS/GM, de 19 de maio de 2004, que institui a Rede Nacional de Núcleos de Prevenção das Violências e Promoção da Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004a.

_____. Ministério da Saúde. *Portaria nº 2.406 MS/GM, de 5 de novembro de 2004, que institui o Serviço de Notificação Compulsória de Violência contra a Mulher, e aprova instrumento e fluxo para notificação*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004b.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria da Atenção à Saúde. *Violência faz mal à saúde*. Coordenação de Cláudia Araújo de Lima et al. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

_____. Ministério da Saúde. *Portaria nº 687 MS/GM, de 30 de junho de 2006, que aprova a Política Nacional de Promoção da Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

GOIÂNIA. Secretaria Municipal da Saúde de Goiânia. Coordenação de Rede Básica. Núcleo de Assistência à Saúde da Mulher, Criança e Adolescente. *Memorando nº 75, de 26 de setembro de 1996, que comunica a implantação da anticoncepção de emergência e dá outras providências*. Goiânia: Secretaria Municipal da Saúde, 1996a.

_____. Secretaria Municipal da Saúde de Goiânia. Coordenação de Rede Básica. Núcleo de Assistência Integral à Saúde da Mulher, Criança e Adolescente. *Memorando nº 791, de 3 de dezembro de 1996, que comunica a implantação do serviço de acompanhamento psicológico a mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e abuso sexual*. Goiânia: Secretaria Municipal da Saúde, 1996b.

_____. Secretaria Municipal da Saúde de Goiânia. Coordenação de Rede Básica. Divisão de Atenção à Saúde da Mulher, Criança e Adolescente. *Projeto da Rede de Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência*. Goiânia: Secretaria Municipal da Saúde, 2000.

_____. Secretaria Municipal da Saúde de Goiânia. Coordenação de Rede Básica. Divisão de Atenção à Saúde da Mulher, Criança e Adolescente. *Apresentação do fluxo da Rede de Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência de Goiânia*. Goiânia: Secretaria Municipal da Saúde, 2004a.

_____. Secretaria Municipal da Saúde de Goiânia. *Portaria nº 152, de 5 de maio de 2004, que institui a Ficha de Notificação de Suspeita ou Confirmação de Violência contra a Mulher, a Criança e o Adolescente*. Goiânia: Secretaria Municipal da Saúde, 2004b.

_____. Secretaria Municipal da Saúde de Goiânia. *Portaria nº 698, de 24 de novembro de 2004, que institui o Núcleo de Prevenção das Violências e Causas Externas e Promoção da Saúde*. Goiânia: Secretaria Municipal da Saúde, 2004c.

CAMPANHA EDUCATIVA PELO FIM DA EXPLORAÇÃO SEXUAL
DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA EXPERIÊNCIA
DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM GOIÂNIA

Maria Luiza Moura Oliveira

A gente quer viver pleno direito;
a gente quer viver todo respeito;
a gente quer viver uma nação;
a gente quer é ser cidadão.

Gonzaguinha

INTRODUÇÃO

Considerada uma das situações mais graves dos tempos atuais, a violência sexual¹ contra crianças e adolescentes, em suas variadas manifestações, é uma das violações dos direitos humanos que, como todas outras, deixa marcas profundas e severas na vida das pessoas por ela afetadas, comprometendo significativamente a condição cidadã dos sujeitos.

Não há como ignorar o fenômeno, pois a violência contra crianças e adolescentes é uma realidade em nosso País. Essa situação se insere num contexto histórico-social de violência endêmica, demarcada por questões peculiares cujos traços socioculturais a tornam um sério problema para a sociedade. Os agravos causados na saúde da população infanto-juvenil afetam tanto os aspectos físicos quanto os psicológicos, causando graves obstáculos para o desenvolvimento saudável da infância e da adolescência, além de constituir flagrante violação aos direitos humanos.

A violação dos direitos das pessoas não é novidade, pois vive-se em uma sociedade historicamente violenta, marcada pelas desigualdades de classe, gênero, raça e etnia. Essa violência tem várias facetas: abrange desde as desigualdades econômico-sociais até a prática do extermínio. Nesse sentido, pode-se dizer que a sociedade está diante de um fenômeno multicausal, pois

a violência não se origina de um único ponto, sendo várias as razões que facilitam e desencadeiam sua ocorrência. Portanto, a violência não é um fenômeno único, e sim múltiplo.

Dentre as diversas formas de violência cometidas contra o público infanto-juvenil, destaca-se a violência sexual, que, em suas diversas modalidades (abuso sexual, exploração sexual comercial, pornografia, turismo sexual, tráfico de pessoas, etc.), caracteriza-se por ser uma das mais perversas formas de violação de direitos humanos, ainda mais quando se refere a essa população etária do sexo feminino.

A violência sexual infanto-juvenil configura-se, há bastante tempo, não só como relevante problema social para a família e a sociedade em geral, mas também como um enorme desafio para os gestores do poder público, por envolver as áreas de saúde, educação, segurança pública, econômica, política, jurídica e cultural. Assim, trata-se de um fenômeno desafiador que assume dimensões socialmente alarmantes, permeadas por dinâmicas complexas, principalmente por desenvolver-se em cenários envolvendo diversos atores, bem como variados fatores.

Além disso, a violência sexual muitas vezes perpetua-se encoberta por pactos silenciosos, freqüentemente responsáveis pela manutenção de situações violadoras de direitos humanos para inúmeras crianças e adolescentes brasileiros. Tal violação nega-lhes direitos fundamentais, como o direito à vida, à dignidade, à liberdade e ao respeito, direitos que asseguram o amadurecimento da sexualidade em harmonia com sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. As seqüelas da violência invariavelmente deixam marcas físicas, psicológicas e sociais na vida das pessoas, e interferem no crescimento humano, pois produzem efeitos negativos na vida dos sujeitos e, por consequência, têm repercussão na construção de vínculos pessoais e sociais.

O presente texto tratará da sistematização das ações de combate à exploração sexual, pela promoção de campanhas a partir do eixo de mobilização e articulação previsto no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (Brasil, 2002a), aprovado em 2000. Será abordada a temática da violação dos direitos sexuais e reprodutivos de crianças e adolescentes entendida como uma das formas de violência mais aviltante presente em nossa sociedade.

Dentre as formas de enfrentamento desta situação, encontram-se as campanhas educativas, aqui consideradas uma das estratégias de mobilização social com capacidade capilar de articular diversos setores da sociedade,

visando assegurar a proteção de crianças e adolescentes em situação ou em risco de violência sexual. Apresentar o processo de construção da Campanha Educativa pelo Fim da Exploração Sexual Infanto-Juvenil, realizada em Goiânia, é compreendê-la como estratégia de caráter sociopedagógico dirigida a ações de prevenção e de orientação da população no que diz respeito ao combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Como referência, serão também apresentados aspectos relevantes observados na metodologia de construção coletiva fundada na parceria e na interlocução com a Rede de Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência,² especialmente na execução dessa campanha educativa, realizada sob a coordenação do Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (CEPAJ),³ um programa de extensão universitária vinculado ao Instituto Dom Fernando (IDF) e à Pró-reitoria de Extensão e Apoio Estudantil (PROEX) da Universidade Católica de Goiás (UCG).

Vale destacar que a referida campanha educativa integra as ações previstas no plano de trabalho do projeto “Ações de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil em Goiânia e região metropolitana”, convênio nº 159/2005, firmado entre a Universidade Católica de Goiás e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH-PR). No conjunto das metas estabelecidas, foi planejada a realização de campanha educativa destinada preferencialmente a taxistas, mototaxistas, caminhoneiros, motoristas e cobradores de transporte coletivo urbano, proprietários de hotéis, motéis, bares e similares, e de postos de gasolina e frentistas. Esses segmentos específico de trabalhadores foram escolhidos pelo fato de os mesmos, muitas vezes, desenvolverem suas atividades bem próximo de áreas onde ocorrem inúmeras situações de violência sexual, o que os faz testemunhas de acontecimentos que tornam visível o mundo sombrio da exploração sexual infanto-juvenil. Nesse contexto, esses grupos de trabalhadores comparecem em posição de bastante proximidade e convivência com tal realidade. Por essa razão, os mesmos também foram sensibilizados no sentido de “vestir a camisa” e abraçar a iniciativa do programa como parceiros ativos no combate a essa forma de exploração de crianças e adolescentes em nossa cidade e País.

Breve contexto – marcos legais no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes

Crianças e adolescentes, pela sua condição de seres humanos e sujeitos sociais, possuem direitos e deveres próprios, previstos em diversos instru-

mentos internacionais e na legislação brasileira, o que conclama a todos a proteger os direitos da criança e do adolescente de todas as formas de violação. Conceber crianças e adolescentes como sujeitos de seu processo histórico demandou, e ainda demanda, da sociedade profundas mudanças de visão, atitude e posicionamento perante padrões já cristalizados, portanto preconcebidos, em relação ao significado de ser criança e adolescente. Assumir tais mudanças significa romper com preconceitos e revisar as concepções tradicionais, que colocam esse sujeito numa condição inferior, incapaz de sentimentos e de protagonizar a vida social.

As reflexões que, ao longo da história, vêm tomando força e, passo a passo, ocupam espaço na agenda social e política do País têm priorizado a inclusão desse debate na pauta da garantia dos direitos humanos. Configura-se um cenário que, ao tomar essas proporções, expressa preocupações materializadas em importantes documentos oficiais, como o I Relatório Brasileiro Referente ao Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Pornografia Infantil, que assinala:

A violação dos direitos sexuais e reprodutivos contra crianças e adolescentes no Brasil teve sua expressão política na década de 1990, quando o fenômeno, fruto das desigualdades sociais, de gênero, de raça e etnia, foi incluído na agenda da sociedade civil como questão relacionada à luta nacional e internacional pelos direitos humanos de crianças e de adolescentes, preconizados na Constituição da República do Brasil, no Estatuto da Criança e do Adolescente (lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990) e na Convenção Internacional dos Direitos da Criança. Este período foi marcado por um forte processo de articulação, mobilização e por experiências consolidadas que fortaleceram a sociedade para assumir a denúncia como forma de enfrentamento da violência sexual, o que significou um marco histórico na luta dos direitos da criança e do adolescente. (Brasil, 2006, p. 4)

O trecho citado comprova a visibilidade que o tema vem assumindo na sociedade brasileira, principalmente a partir da década de 1990, revelando diferente configuração, com um acentuado deslocamento em relação ao lugar de anonimato até então designado à temática da violência sexual contra crianças e adolescentes. Esse tipo de violência muitas vezes se perpetua devido ao próprio ocultamento dessa realidade, que raramente é vista, e tampouco assumida. A opacidade da violência se revela na indiferença social e política para enfrentá-la enquanto questão social, e portanto pública, que afeta a

privacidade e a intimidade da sociedade inteira. Romper com esse sigilo social foi um passo fundamental para serem oficialmente selados compromissos internos e externos de proteção e defesa da vida com dignidade desse grupo etário.

Talvez em virtude de sua complexidade, essa temática por si só já imponha vários desafios, que exigem um esforço coletivo para evitar que situações de violência sexual ocorram e se multipliquem na vida das pessoas. No Brasil, a Constituição Federal, em seu artigo 227, é clara, ao conceder a crianças e adolescentes absoluta prioridade, exigindo, para tanto, uma lei específica que regulamente seus direitos. Essa lei é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 8.069, aprovada em 13 de julho de 1990 (Brasil, 1990), que passou a garantir-lhes saúde, educação, convivência familiar e comunitária, lazer, profissionalização, liberdade e integridade como direitos fundamentais. No texto da lei, encontra-se incorporada e bem delimitada a responsabilidade compartilhada, ao se afirmar o “dever de todos” (Estado, família e sociedade) de livrar e proteger a criança e o adolescente de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) situa-se como marco jurídico fundamental por afirmar os direitos humanos no País. Tem-se, na Constituição Federal, a expressão nacional responsável pela articulação de diversos segmentos da sociedade civil organizada que fizeram a defesa intransigente dos direitos de cidadania para crianças e adolescentes. E foi justo nesse compasso estreito de sintonia com os tratados internacionais dos direitos humanos, que a formulação de nossa Lei Maior foi capaz de reconhecer a igualdade e o respeito para com o segmento infanto-juvenil, como determina o *caput* do artigo 227 da CF/88:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, como absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

No parágrafo 4 do mesmo artigo 227, o texto da lei é bastante claro quanto à questão da violência cometida contra a criança e o adolescente, estabelecendo: “A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.”

Vale salientar que há somente 17 anos, quando se deu a aprovação do ECA, a população infanto-juvenil brasileira passou a ser juridicamente considerada sujeito de direitos, assumindo perante a lei condição diferente da anterior, definida no Código de Menores de 1979, que a considera incapaz e inferior, portanto com obrigações de obediência e submissão. Essa mudança de lugar e de condição pode ser observada pelo exposto no artigo 5 do ECA:

Art. 5. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Dessa maneira, o ECA, fundamentado na doutrina da proteção integral, instalou um marco divisor importante, introduzindo mudanças profundas na construção de uma nova cultura de proteção e respeito aos direitos humanos de crianças e adolescentes.

O ECA está embasado na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, de 1989, ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990, que estabelece em seu artigo 19.I:

Estados-parte deverão estabelecer medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto estiver sob a guarda dos pais, do representante legal ou qualquer pessoa responsável por ela. (Fundo das Nações Unidas para a Infância, 1989)

A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, ao declarar que crianças e adolescentes são pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, reforça o tratamento legal a elas dispensado, o de prioridade absoluta da família, da sociedade e do Estado. Com isso, padrões, condutas e posturas usados no relacionamento com crianças e adolescentes que possam implicar violações de direitos, evidenciando a antiga postura de tratá-los como objeto de tutela, passaram a ser repudiados e não mais aceitos.

Para se enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, exigiu-se do conjunto da sociedade intenso esforço político e social, que se ancorou na formulação de marcos referenciais importantes como a Constituição Federal de 1988 e o ECA, de 1990. A partir do surgimento

desse conjunto de normativas nacionais e internacionais, a sociedade se manifestou e assumiu, gradativamente, a denúncia como maneira eficaz de desvelar situações de violência sexual contra essa faixa da população. A denúncia passou a ser um divisor de águas na nova luta por direitos humanos de uma legião de infante-juvenis, libertando-os de situações graves, as quais, caso não interrompidas, poderiam eternizar-se por anos a fio ou por uma vida inteira.

Além dos documentos legais, todas as reflexões acerca dessa realidade complexa geraram uma nova postura, com desdobramentos na sociedade, na família e no poder público. Esse desnudamento da situação acionou um sinal de alerta e promoveu maior encorajamento para que a sociedade se mobilizasse na efetivação de denúncias, levando à percepção da necessidade de formação de redes de proteção com base em ações intersetoriais e de criação e ampliação de serviços especializados de proteção e atendimento a essa demanda.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA RUMO AO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

No Brasil, a luta por justiça e cidadania de crianças e adolescentes sempre se valeu da força oriunda da participação social. Essa participação trouxe o problema da violência sexual para a agenda nacional, levando-o a ser incorporado, gradativamente, pelo poder público, com a elaboração de políticas públicas que assumissem essa realidade social como algo de interesse superior, especialmente por se tratar de crianças e adolescentes, vistos agora como sujeitos sociais e prioridade nacional absoluta.

Com o passar do tempo, torna-se mais clara na sociedade brasileira a ocorrência de situações de violência sexual sofridas por crianças, adolescentes e jovens, fenômeno que comparece como fato ultrajante e merecedor de providências por parte da sociedade e do Estado. A violência sexual contra crianças, adolescentes e jovens assumiu uma magnitude tal que passou a mobilizar vários segmentos da sociedade, especialmente os que se ocupam diretamente desse público.

A intensa mobilização de diversos atores sociais, que há 17 anos viabilizou a elaboração do ECA, também propiciou avanços no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Toda essa mobilização acabou culminando na criação, no ano de 1993, de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) na Câmara dos Deputados, destinada a

investigar esses crimes. A instalação dessa CPMI desencadeou uma intensa movimentação, promovendo ações que deram visibilidade ao fenômeno, por meio de estudos, pesquisas, mapeamentos, realização de campanhas e construção de bancos de dados. Com isso, o tema ganhou maior destaque na imprensa nacional, gerando uma pauta social que levou ao aprimoramento das ações de intervenções jurídica e social, com a elaboração e a regulamentação de legislações específicas, o surgimento de programas de atendimento, a formação de agentes sociais, entre outras.

Outra conquista importante decorrente desse processo foi a que resultou na elaboração, no ano de 2000, do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil,⁴ construção coletiva da sociedade civil e do Estado, e instrumento de garantia e defesa de direitos de crianças e adolescentes que prevê a criação, o fortalecimento e a implementação de ações que assegurem a proteção integral da criança e do adolescente em situação ou em risco de violência sexual.

Referenciado no ECA e na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil reafirma a doutrina da proteção integral e os princípios fundamentais preestabelecidos nesses documentos, com vistas a assegurar, a crianças e adolescentes, sua condição de sujeitos de direitos.

O Plano Nacional definiu como objetivo central o estabelecimento de ações articuladas entre organismos governamentais e não governamentais que permitissem a intervenção técnica, política e financeira para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes nos planos federal, estadual e municipal. Estruturado em princípios estratégicos, o Plano Nacional se organiza em seis eixos estratégicos – que definem os parâmetros básicos para a construção de ações, serviços e programas –, divididos da seguinte forma:

1) **Análise de situação:** ações que buscam conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes por meio de elaboração de diagnósticos, estudos analíticos, análises orçamentárias e financeiras das ações voltadas para o enfrentamento da violência sexual, a produção e análise de dados e informações sobre as situações de violência sexual e o monitoramento e avaliação.

2) **Mobilização e articulação:** ações que buscam fortalecer redes nacionais, regionais, estaduais e municipais, comprometendo poderes públicos e sociedade civil como responsáveis pelo enfrentamento da violência sexual

contra crianças e adolescentes. No âmbito internacional, fortalecer as redes que visam impedir crimes transnacionais, como o turismo sexual, a pornografia e o tráfico para fins sexuais, bem como divulgar o posicionamento do Brasil acerca desses fenômenos de violência na dimensão da violação de direitos humanos.

3) **Defesa e responsabilização:** ações que buscam combater a impunidade na violação dos direitos humanos e proteger as vítimas. Desenvolver serviços de denúncia e notificação de casos de violência sexual, de cooperação com os conselhos tutelares, de especialização do sistema de garantia de direitos para processamento da justiça criminal e de registro e tratamento de dados sobre o fenômeno da violência sexual.

4) **Atendimento:** ações que buscam garantir o atendimento especializado, institucional e profissional às vítimas e às situações de violência sexual, tendo como concepção a atuação em rede.

5) **Prevenção:** ações que buscam assegurar às crianças e adolescentes o direito à informação sobre educação sexual e sexualidade, possibilitando o desenvolvimento da sua sexualidade de forma segura e protegida, livre de preconceitos, abusos e violências.

6) **Protagonismo infanto-juvenil:** ações que buscam levar a temática de violência sexual ao movimento da juventude no ambiente escolar, nas ações voltadas para os direitos humanos de crianças e adolescentes, na comunicação feita por adolescentes e jovens dentro dos movimentos sociais. Ou seja, trazer a juventude, no seu modo próprio de ser e agir, como parceira executora e monitoradora do Plano Nacional.

O Plano Nacional, com o objetivo de se estruturar numa perspectiva de abrangência e alcance nacional, estadual e municipal, sinaliza, em suas metas, a necessidade da criação de planos estaduais e municipais.

No mês de novembro de 2001, o CONANDA realizou, em Brasília, a IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o lema “Violência é covardia, as marcas ficam na sociedade”, ocasião que serviu para a estruturação e o fortalecimento das ações de enfrentamento das várias situações e formas de violência a que está exposta e submetida a população infanto-juvenil em nosso País. Nessa conferência, foi aprovado o Pacto pela Paz, documento construído coletivamente, por meio das conferências municipais e estaduais dos direitos da criança e do adolescente.

A aprovação do Pacto pela Paz nasceu da capacidade de articulação e mobilização social das conferências municipais, estaduais e nacionais dos direitos da criança e do adolescente, que, ao tomarem essa temática como

pauta, chamaram a atenção dos operadores do sistema de garantia dos direitos e, sobretudo, da sociedade. Com isso, houve um compromisso do Estado brasileiro de erradicar a violência sexual contra crianças e adolescentes, mediante a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil.

É importante situar o Pacto pela Paz nesse contexto histórico, como um instrumento com potencial social e político capaz de catalisar e multiplicar ações em toda a sociedade, visto que contribuiu fundamentalmente para deflagrar a construção das estratégias políticas e das propostas de políticas sociais para o combate à exploração sexual. Com essa perspectiva, iniciou-se um amplo plano de ação sobre a questão da violação dos direitos sexuais de crianças e adolescentes, que priorizou a efetivação do Plano Nacional, aprovado pelo CONANDA desde julho de 2000. O Plano Nacional passou a ser incorporado então como importante referência para ações dirigidas à proteção, à promoção e à defesa de crianças e adolescentes no que concerne à temática da violação dos direitos sexuais.

Para conhecer o fenômeno da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes e dar visibilidade a essa situação pouco analisada em nosso País, iniciaram-se estudos e pesquisas. Dentre esses, destaca-se a pesquisa sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes, realizada sob a coordenação nacional do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA), que cumpriu papel fundamental, ao estudar de forma inédita as diversas faces desse fenômeno.

Pesquisas demonstram que estamos diante de um fenômeno em expansão, fato confirmado não só pela existência de redes organizadas de exploração sexual de crianças e adolescentes em diversas regiões do Brasil, mas também pelo tráfico realizado para outros países com essas finalidades. A ocorrência de situações de exploração sexual em território brasileiro foi muito bem caracterizada na Pesquisa Nacional sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (PESTRAF), divulgada pelo Ministério da Justiça em meados de 2002 (Brasil, 2002b).

A condução dessa pesquisa promoveu uma coalizão entre organismos e agências internacionais, que se uniram à determinação da sociedade e do Governo brasileiros para se lançar ao combate a todas as formas de violência contra mulheres, crianças e adolescente. Além disso a pesquisa revelou seu entrelaçamento com as proposições expostas no eixo “Análise

de situação”, definido como uma das importantes linhas de ação prevista no Plano Nacional. Esse eixo defendia a necessidade da realização de estudos estratégicos que tornassem visível uma realidade ocultada pelas redes de exploração sexual comercial, desvelamento que comprometeu a sociedade e o Governo.

A PESTRAF comprovou, pelo levantamento realizado, dimensões até então não reveladas do problema, como a existência, no Brasil, de um total de 241 rotas de tráfico humano, englobando vias terrestres, aéreas, fluviais e marítimas, todas utilizadas como vias facilitadoras da exploração sexual de mulheres, adolescentes e crianças. Desse total, 131 são rotas internacionais, 78 interestaduais e 32 intermunicipais. Tal panorama revelou o funcionamento de um sistema organizado em uma espécie de rede nacional, que opera em conexão com os mantenedores da exploração sexual, os quais cooptam crianças e adolescentes, principalmente nas rotas intermunicipais e interestaduais, para levá-los até as fronteiras secas de países limítrofes com o Brasil.

No âmbito regional, apurou-se que, na região Centro-Oeste, o estado de Goiás apresenta situação de maior gravidade, seguindo-se o Paraná e Minas Gerais, conforme aponta a pesquisa nacional realizada.

Desta forma, Leal e Leal (2002) afirmam que a pesquisa científica, por meio do estudo mais aprofundado, traduz-se em subsídios legítimos às políticas públicas para o enfrentamento do fenômeno, no plano nacional e global, constituindo-se em um instrumento político de defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

As iniciativas citadas traduzem o esforço e a determinação da sociedade civil e do poder público de atuarem conjuntamente num processo de mobilização e articulação para que os direitos previstos possam alcançar a totalidade das crianças e adolescentes, principalmente aqueles ocultos em virtude não apenas das dimensões continentais do território nacional, mas também da omissão de parcelas significativas da sociedade que, ao negarem essa dura realidade da violência sexual, contribuem para que o problema continue marcando a vida das pessoas no plano individual e coletivo.

Nesse contexto, as campanhas educativas constituem iniciativa com possibilidades concretas de contribuir para a formação de posturas mais críticas e proativas, ou seja, para fazer que a sociedade se manifeste e se oponha à cultura do medo, da opressão e da submissão.

AS CAMPANHAS EDUCATIVAS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: COMO TUDO COMEÇOU

A partir da década de 1990, o quadro da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil sofreu profundas transformações. Foi exatamente nessa década que o País começou a avançar na luta pela garantia dos direitos de meninos e meninas. Essas conquistas iniciaram-se com a aprovação do ECA, em 1990, período em que começaram a ser delineadas e materializadas diversas ações de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Desde então, o Brasil passou a conceber as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos e não como uma “propriedade” da família ou do Estado. A intensa mobilização de diversos atores sociais na viabilização e elaboração do ECA também gerou iniciativas para o enfrentamento da violência sexual contra a população infanto-juvenil.

Nesse momento histórico específico, revela-se a gravidade da violência sexual, em suas múltiplas manifestações. No entanto, tipos de violação considerados mais tradicionais e seculares, como o abuso intrafamiliar e as agressões, acabam sendo subsumidos pelas expressões mais hegemônicas, o que termina por engrossar a lista da subnotificação. Assim, é particularmente relevante o desenvolvimento de campanhas educativas como meio de romper com a visão cristalizada com que a sociedade lida com a temática.

Fazendo um breve apanhado sobre o momento histórico em que foi deflagrado o processo de tornar público o tema da exploração, pode-se assinalar que, em 1994, o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan (CEDECA-BA), realizou uma pesquisa em Salvador, intitulada “Meninas de Salvador”, que revelou a existência de uma rede interestadual de exploração sexual infanto-juvenil no Brasil. Esse estudo foi o ponto de partida para a organização da primeira edição da Campanha contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil, lançada no ano seguinte (1995) em Salvador-BA, com o lema “Quem cala, consente”.

Amorim (2003) avalia que a campanha se destacou por sua capacidade de promover a articulação entres setores estratégicos da sociedade. Foi esse um de seus pontos fortes: a capacidade de levar à mobilização organizações governamentais e não governamentais, bem como conseguir a adesão de artistas de expressão nacional em torno de uma causa, a exemplo do que ocorrera em Salvador.

Ao tratar dos impactos da campanha realizada pelo CEDECA-BA em Salvador, Amorim acrescenta:

O slogan “Quem cala, consente” ganhou o País, incentivando a denúncia de casos de exploração infanto-juvenil. Em apenas um ano de campanha, foram recebidas 3,4 mil ligações através do Disque-denúncia, sendo abertos 300 inquéritos na Bahia. A campanha acabou impulsionando a instituição de três novas leis, duas municipais (lei nº 5.024/1995 e nº 5.037/1995) e uma federal (decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995), específicas no combate à violência sexual infanto-juvenil. (2003, p. 91)

Sobre a mobilização social, percebe-se ser essa uma estratégia decisiva, ao dar visibilidade a temas pouco abordados, como a exploração sexual, freqüentemente carregados de estereótipos e preconceitos culturalmente construídos.

A campanha avançou, tomando todo o País e incentivando a denúncia de qualquer tipo de exploração sexual de crianças e adolescentes. Para isso, foram divulgados telefones, meio pelo qual a população se manifestou. A campanha obteve resultados expressivos e reveladores. Um dos principais foi o engajamento da sociedade, levada a discutir o tema, que também se tornou pauta freqüente nos veículos de comunicação, desencadeando o registro de denúncias e a articulação de ações intersetoriais visando a elaboração de políticas básicas de atenção à criança e ao adolescente.

Precursora no País, a Campanha contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil reuniu, desde o momento de sua concepção, parceiros de diversos setores sociais, cumprindo assim um papel essencial de articulação. Como resultado desse movimento, foi constituído, em 2002, na Bahia, o Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Reunindo cerca de 35 organizações governamentais e não governamentais, o comitê assumiu a missão de monitorar e avaliar a implementação do Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes naquele estado.

Quando se destaca o processo inaugural da efetivação de uma campanha como a realizada pelo CEDECA-BA, revelam-se não só os efeitos e impactos, mas também a importante lição aprendida sobre o alcance decorrente dessa estratégia para o fortalecimento da sociedade como co-responsável pelo cuidado com a infância e a adolescência.

Incentivados pelo movimento pioneiro de Salvador, muitos aderiram à iniciativa, e várias campanhas surgiram, conforme assinala Dos Santos:

Em 1995, o Governo Federal, através da Secretaria de Justiça e Cidadania do Ministério da Justiça, começa uma campanha de igual teor. Neste

mesmo ano, organizações da sociedade civil e organismos governamentais lançam a Campanha Nacional Pelo Fim da Exploração, Violência e Turismo Sexual contra Crianças e Adolescentes, tendo como lema “Exploração sexual infanto-juvenil: não dá pra engolir”. (2004, p. 111)

A mobilização da opinião pública e a conscientização da população sobre determinada temática são os alvos preferenciais a serem atingidos em um projeto de campanha. Nesse sentido, campanhas educativas devem ser reconhecidas como políticas de atendimento, como as previstas no ECA, artigo 88, inciso VI, visto que por meio das mesmas é possível reunir diversos segmentos sociais em uma grande rede pelos direitos infanto-juvenis. Pautando-se por essa linha de ação, o IDF, da UCG, por meio do programa do CEPAJ, vem desenvolvendo ações orientadas para estratégias de mobilização e sensibilização social, materializadas na Campanha Educativa para o Fim da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

ALDEIA JUVENIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A luta pelo fim da violência praticada no dia-a-dia contra crianças e adolescentes tem sido motivo prioritário das ações do CEPAJ/IDF/PROEX/UCG, levando, inclusive, a um redirecionamento de sua atuação, estudos e atendimentos destinados a essa parcela da população.

No final da década de 1990, precisamente em 1999, a equipe técnica do CEPAJ redimensionou sua ação, por meio de uma reflexão coletiva que permitiu a elaboração da “Proposta de atuação na problemática da violência física, sexual e psicológica contra a criança e o adolescente” (Universidade Católica de Goiás, 1999), documento que passou a nortear as ações e as intervenções, agora delimitadas por esse recorte temático.

Em permanente consonância com o ECA, o CEPAJ tem fundamentado sua atuação na doutrina da proteção integral. Nessa perspectiva, também incorporou os planos nacional e estadual de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil na elaboração de suas ações. Com isso, com base no foco estratégico do eixo “Mobilização e articulação”, realizou, em outubro de 2006, da Campanha Educativa pelo Fim da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

No estado de Goiás, vários foram os momentos e ações voltados para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. São

pontos marcantes na trajetória de inserção da temática da exploração sexual no estado os seguintes:

- criação, em novembro de 1995, do Fórum Goiano pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil;
- instauração, em Goiânia, no ano de 1997, pela Câmara Municipal, de uma Comissão Especial de Investigação (CEI) para apurar a situação de crianças e adolescentes envolvidos com a rede de prostituição, constatando-se a existência de aliciamento de meninas para a prostituição e o tráfico para outros estados do País e o exterior;
- participação da elaboração, em 2000, do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil pela sociedade civil e o governo estadual;
- criação, em 2000, da Rede de Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência, resultado de uma articulação do Fórum Goiano pelo Fim da Violência Sexual Infanto-Juvenil e do Fórum Goiano de Mulheres com as instituições/órgãos e entidades das áreas jurídica, de saúde, assistência social e educação;
- definição e aprovação do Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, em 2001;
- participação, em 2001, da Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial, que apontou o estado de Goiás como o maior “exportador” de mulheres para a Europa, principalmente Espanha.

Desde 1999, o CEPAJ tem-se dedicado ao atendimento especializado a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, produzindo conhecimento e metodologias de atendimento, principalmente no que se refere ao abuso intrafamiliar. Participa também como membro do Fórum Goiano pelo Fim da Violência Sexual Infanto-Juvenil desde a criação dessa instância, e vem contribuindo na discussão sobre a necessidade de construção de metodologias para o atendimento de adolescentes em situação de exploração sexual comercial, posto que a rede de serviços ainda não conseguiu atingir essa população.

Em decorrência desse trabalho do CEPAJ, evidenciou-se a urgência da efetivação de ações, para retomar a investigação sobre a existência de rotas da exploração sexual de adolescentes em Goiânia e em sua região metropolitana. Nesse sentido, pensou-se na elaboração e apresentação de projeto no formato de pesquisa-ação, com a finalidade de avaliar e sistematizar

a implementação de um programa de enfrentamento dessa problemática e de construir metodologias de trabalho para os serviços organizados em rede. É nesse cenário que se insere a criação/implementação do projeto de pesquisa-ação “Invertendo a rota: ações de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil na região metropolitana de Goiânia”, em 2004, pelo CEPAJ/IDF/PROEX/UCG.

O projeto “Invertendo a rota” levantou, em 2004, junto aos órgãos oficiais, a existência de pontos de exploração sexual infanto-juvenil em Goiânia e em sua região metropolitana. No intuito de comprovar essas informações, realizou-se um levantamento, dividido em três etapas. Pelas informações iniciais, o número de pontos com suspeita de prática da exploração sexual infanto-juvenil perfazia 170 locais. Na segunda etapa do projeto, os pesquisadores se dedicaram a comprovar *in loco* a existência de exploração sexual nesses locais, confirmando-se a existência de 120 locais com esse tipo de prática. Na terceira etapa, efetuou-se a observação dos pontos e espaços, e, por fim, realizaram-se as abordagens, confirmando-se que a prostituição infanto-juvenil, entendida como abuso e exploração sexual comercial infanto-juvenil, é uma realidade no estado de Goiás e na região metropolitana de Goiânia.

A CAMPANHA EDUCATIVA PELO FIM DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A primeira campanha educativa em Goiás foi lançada em 1998, com o lema “Essa carona pode acabar mal”, coordenada pelo Fórum Goiano pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil. A campanha foi trabalhada utilizando-se a foto dos pés de uma criança, calçando sapatos de salto alto com numeração de adulto; os pés simulam a entrada na cabine de um caminhão. Sua divulgação concentrou-se em postos de gasolina e ao longo das rodovias.

Após esse período, foi organizada a segunda campanha educativa que resultou dos dados revelados na pesquisa realizada pelo CEPAJ por meio do projeto “Invertendo a rota”, ao se constatar o expressivo número de 120 pontos de exploração sexual na cidade de Goiânia e em sua região metropolitana. As etapas de delineamento de todo o processo de construção da campanha educativa foram registradas em relatório parcial do convênio nº 159/2005, firmado entre a SEDH-PR e o CEPAJ/IDF/PROEX/UCG (Universidade Católica de Goiás, 2006).

Inicialmente, elaborou-se plano de trabalho para a realização da campanha educativa, destinada aos trabalhadores dos setores de transportes e de bares, hotéis e similares, público que, muitas vezes, presenciam situações que envolvem exploração sexual infanto-juvenil.

No desenvolvimento de todo esse processo, isto é, da concepção à execução da campanha, as decisões foram pensadas em conjunto com a Comissão Executiva da Rede de Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência. Destacamos, a seguir, alguns momentos desse processo:

- participação em reuniões da comissão de trabalhos da Comissão Executiva da Rede de Atenção, com o objetivo de discutir, planejar e realizar a campanha educativa, dirigida aos facilitadores da exploração sexual infanto-juvenil;
- levantamento dos segmentos organizados que compõem a Rede do Transporte de Passageiros e Cargas em Goiás, bem como dos órgãos representativos das classes de proprietários e trabalhadores do ramo hoteleiro de Goiânia;
- visitas sistematizadas aos órgãos levantados, na perspectiva de envolvê-los na parceria para a realização da campanha;
- realização de pré-lançamento da campanha em conjunto com a Rede de Atenção, no Auditório do Ministério Público, com a participação de 250 pessoas;
- participação no Comando de Saúde Preventiva (CSP), juntamente com a Polícia Rodoviária Federal, o Serviço Social do Transporte (SEST) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), no município de Itumbiara (GO). Foram abordados em torno de 250 caminhoneiros, já como parte da programação da Campanha Educativa pelo Fim da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes;
- lançamento oficial da campanha, na Universidade Católica de Goiás, com a apresentação do filme *Anjos do Sol*, seguida de debate sobre o filme e a realidade da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. A cerimônia contou com a participação da coordenadora do CECRIA, Neide Castanha, da professora Renata Coimbra Libório, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), e da professora Mônica Barcellos Café, psicóloga do CEPAJ/IDF/PROEX/UCG.
- realização de abordagens junto aos trabalhadores do transporte e de hotéis, motéis e similares. Nessa abordagem, contamos sempre com a

presença de vários integrantes da Rede de Atenção, ou seja, trabalhadores da saúde, educação e assistência social, que se dividiram em equipes nos diferentes turnos. As abordagens aconteceram nos turnos matutino e vespertino. Do turno matutino, participaram, em média, vinte educadores; do turno noturno, em média, oito educadores;

- os pontos escolhidos para as abordagens foram locais conhecidos como regiões onde ocorre exploração sexual de crianças e adolescentes em Goiânia. De uma maneira geral, as pessoas abordadas foram receptivas ao trabalho, comentando sobre a necessidade de se empreenderem ações efetivas para mudar a realidade da exploração sexual infanto-juvenil. Nas abordagens, foi enfatizado o novo número do Disque-denúncia: o ligue 100;

- contato com os sindicatos dos diferentes públicos-alvo, a fim de apresentar a campanha e mapear seus espaços de atuação;

- formação das pessoas que trabalharam na campanha, tendo em vista seu caráter de informação e sensibilização, e, ainda, definição, em conjunto, das estratégias de divulgação e da abordagem do público-alvo;

- significativa cobertura da imprensa, que divulgou todas as etapas da campanha, desde seu lançamento até as abordagens.

Nas rodovias federais, em todas as abordagens, contou-se com a parceria da Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal, na forma de apoio para a realização das atividades, em que se buscou sensibilizar condutores de caminhões e carros de passeio que transitavam nas BR-153 (saída para São Paulo) e BR-060 (saída para Rio Verde) no dia 18 de maio.

Em relação à concepção da campanha educativa, seu lema era “Exploração sexual, neste jogo criança sempre perde”, mensagem disposta na forma de caça-palavra. O material confeccionado, produzido e distribuído consistiu de 4.000 cartazes, 2.500 camisetas com estampas (Figura 3.1), 2.500 *nécessaires* e 4.000 adesivos para veículo com a mensagem de sensibilização, além de informativos, orientando sobre a utilização do Disque-denúncia nacional 100. A campanha também foi veiculada em cartões telefônicos da Brasil Telecom (Figura 3.2), com tiragem de 350.000 cartões, utilizados durante o mês de outubro, em todo o estado de Goiás.

Em cada abordagem realizada, foi destacada a orientação referente à importância da denúncia como uma forma de proteção, com a divulgação do Disque-denúncia nacional, número 100.



Figura 3.1

A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes é Crime 40

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais.
Art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Denuncie a violência contra crianças e adolescentes: disque 100 disque gratuito

Rede de Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência - Estado de Goiás criação: @code100

Para informações sobre mídia em cartões:
mediacard@brasiltelecom.com.br

1388-03-0713
ANATEL (01) 07898903203047

Não dobre nem amasse este cartão.

Cartão Indutivo
Certificado e tarifado pelo 14 "a mensagem publicitária contida neste cartão é única e exclusivamente de responsabilidade do anunciante"

Tecnologia CPqD COMANDA
BrasilTelecom iCE 00003821 Tiragem: 250.000
0036030065 10/2006

Figura 3.2

“POR UM BRASIL SEM VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE DISQUE 100” E AS CAMPANHAS EDUCATIVAS

Vale salientar que, desde a circulação das primeiras campanhas educativas, as mesmas veicularam informações sobre algum serviço de discagem para a realização de denúncias por meio telefônico. O primeiro número a ser anunciado em âmbito nacional foi o número 0800-990500, coordenado pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência.

Atualmente, o Disque-denúncia é um serviço de discagem direta e gratuita disponível para todos os estados brasileiros. O serviço é coordenado e executado pela SEDH, em parceria com a Petrobras e o Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes.

O serviço de denúncia tem como objetivo acolher denúncias de violência contra crianças e adolescentes, buscando interromper a situação denunciada. Outro tipo de denúncia acolhido pelo serviço é o do crime de tráfico de pessoas, independentemente da idade da vítima. Esse tipo de denúncia é repassado imediatamente à Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal.

O Disque-denúncia nacional funciona diariamente, de 8 às 22 horas, inclusive nos finais de semana e feriados. As denúncias recebidas são analisadas e encaminhadas aos órgãos de defesa e responsabilização, conforme competência e atribuições específicas, num prazo de 24 horas, mantendo-se em sigilo a identidade do denunciante. O serviço realiza, em média, 2.257 atendimentos diários. Em 2007, foram feitos 304.689 atendimentos (até 15 de maio), tendo o mesmo recebido e encaminhado, de maio de 2003 a 15 de maio de 2007, 32.979 denúncias de todas as partes do País.

Veicular esse serviço de denúncia em campanhas educativas tem sido uma estratégia para viabilizar encaminhamentos necessários às pessoas que dele necessitem. Como serviço de âmbito nacional, criaram-se condições que facilitam o acesso de todos ao sistema de garantia de direitos nos casos específicos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Dessa forma, o CEPAJ, ao lançar essa campanha educativa, reafirma seu apoio permanente a todas as ações que defendam justiça e vida digna para todas as crianças e adolescentes brasileiros. Continua sua luta cotidiana por uma cidade e um País sem violência!

NOTAS

- 1 A violência sexual, principalmente contra crianças, é uma das piores formas de violação de direitos que possa existir. Ela acontece quando crianças ou adolescentes são usados para a satisfação sexual de um adulto. Tanto meninas quanto meninos são vítimas desse tipo de violência. Por violência sexual contra crianças e adolescentes considera-se todas as formas de violação de seus direitos sexuais e reprodutivos.
- 2 Neste texto, quando mencionada, a Rede de Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência será denominada Rede de Atenção.
- 3 Neste texto, referir-se-á ao Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil como CEPAJ/IDF/PROEX/UCG e, em certos contextos, como CEPAJ.
- 4 O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil foi criado em junho de 2000, na cidade de Natal-RN, para coordenar a articulação de todos os principais atores voltados para a área da criança e do adolescente vulneráveis à violência sexual. Elaborou um texto que foi aprovado pelo CONANDA em julho do mesmo ano.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Simone. Sob o signo da mobilização. In: CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE YVES DE ROUSSAN (CEDECA-BA). *Construindo uma história: tecnologia social de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes*. Salvador: Cedeca-BA, 2003.

BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. Lei federal nº 8.069. Brasília: Congresso Nacional, 1990.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Plano nacional de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil: uma política em movimento*. Relatório do monitoramento 2003-2004. Organização de Neide Castanha. Brasília: Ministério da Justiça/Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Departamento da Criança e do Adolescente. *Plano nacional de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil*. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002a.

_____. Ministério de Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. *Relatório nacional da pesquisa sobre tráfico de crianças, adolescentes e mulheres para fins de exploração sexual comercial no Brasil*. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002b.

CEDECA-BA. *Histórico do levantamento dos eventos e campanhas*. Disponível em: <<http://www.cedeca.org.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2007.

DOS SANTOS, Benedito Rodrigues. Contribuições para um balanço das campanhas de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. In: LIBÓRIO, Renata M. Coimbra; SOUSA, Sônia Margarida G. (org.). *A exploração*

sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo; Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2004.

DOS SANTOS, Benedito Rodrigues; NEUMANN, Marcelo; IPPOLITO, Rita (org.). *Guia escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.* 2. ed. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Ministério da Educação, 2004.

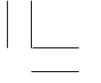
FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). *Convenção sobre os direitos da criança.* UNICEF, 1989. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/dir_cri.htm>.

LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Fátima (org.). *Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil.* Brasília: Cecria, 2002.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. (org.). *Violência sobre o olhar da saúde. A infrapolítica da contemporaneidade brasileira.* Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2003.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. *Proposta de atuação na problemática da violência física, sexual e psicológica contra a criança e o adolescente.* Goiânia, 1999. (Mimeografado).

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. *Relatório parcial de atividades do projeto Ações de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil em Goiânia e Região Metropolitana.* Universidade Católica de Goiás, 2006. (Mimeografado).



PARTE II





PERFIL DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA CONDENADA POR CRIMES
DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES, CRIANÇAS
E ADOLESCENTES EM GOIÁS: AUTORES, VIOLÊNCIA E VÍTIMA

Luiz do Nascimento Carvalho
Sônia M. Gomes Sousa

INTRODUÇÃO

Vários estudos realizados no Brasil têm buscado revelar as faces da violência praticada contra mulheres, crianças e adolescentes, enfatizando suas implicações na pessoa vitimizada (Gomes, 1994; Drezett et al., 1999; Faúndes et al., 2000; Andrade et al., 2001; Lopes et al., 2004; Pfeiffer e Salvagni, 2005). São estudos sobre o quadro de violência em ato nos quais duas imagens públicas se destacam: a vítima e seu algoz. No entanto, permanece um hiato nas pesquisas quando se trata de investigar o *outro* envolvido na cena de violência sexual: o indivíduo que perpetrou o ato de violência em um (ou vários) momento determinado.

A imagem pública, no contexto da sociedade do espetáculo, em que a violência cotidiana veiculada pela mídia cumpre um papel, também, espetacular (Baudrillard, 1995), não é o melhor referencial para se realizar estudos que visem ir além do território da aparência.

Assim, considera-se necessário interrogar os atores da produção do conhecimento no campo das ciências humanas e sociais, especialmente no Brasil, acerca do silêncio que paira sobre o sujeito escondido na *doxa* da imagem pública e das palavras que identificam, referenciam e fornecem uma identidade virtual àqueles que se envolveram como algozes na(s) cena(s) de violência de natureza sexual.

O presente texto, ao mesmo tempo em que constata o vazio dos estudos que focalizam esse *outro* da cena de violência sexual no Brasil, visa implementar uma primeira aproximação a esse sujeito. As informações que se seguem foram extraídas de prontuários de detentos que cumprem pena na Agência Goiana do Sistema Prisional (AGSP) cuja detenção tem como

motivos legais registrados as práticas de crimes de atentado violento ao pudor e de estupro. Essas duas categorias são definidas, nos âmbitos jurídico e policial, como crimes hediondos (Lei Federal nº 8.072/1990).¹

Vale destacar que o significado da palavra hediondo suscita sentimentos de repugnância. No vernáculo, o que é hediondo é sujo, provoca náusea, asco, repulsa, causa medo e assusta. Logo, buscar o sujeito real e concreto escondido por trás dessa máscara conceitual e estigmatizada implica tomar por base outros parâmetros que não se absolutizem como mera questão legal. Trata-se, vale lembrar, de sujeito que subsume sob o significado fossilizado (Vygotsky, 1991)² do estuprador, ou seja, um significado que passou por longo processo de consolidação ao longo de um percurso histórico-social.

Em estudo do conteúdo das divulgações sobre violência sexual na mídia impressa ao longo do século XX, Landini (2006) busca evidenciar sentimentos sociais quanto ao tipo de crime presentes nos textos de divulgação jornalística, e observa uma mudança na forma de entender a violência sexual cometida contra pessoas com menos idade. No primeiro quarto do século XX, o problema era relacionado à desigualdade entre homens e mulheres. Já no último quartel do século, à desigualdade entre crianças e adultos, com uma passagem do enfoque de gênero para o de geração nas narrativas sobre violência sexual.

Landini (2006) identifica dois sentimentos distintos, expressos pelo noticiário, ao longo do século XX. Quando se tratava de notícias referentes à prostituição e aos crimes contra a honra, definidas pelo conteúdo das notícias, não geravam qualquer tipo de repugnância ou asco. O julgamento era moral. Por exemplo, a relação sexual antes do casamento e a prostituição qualificavam a desonra das moças, definindo, assim, sua reputação ou conceito de mulher. Já os textos sobre estupro e incesto reportavam a sentimentos de horror e asco, como crimes execráveis contra os costumes, não contra a pessoa.

Nesse último caso, em grande parte as notícias não informam explicitamente o tipo de crime ocorrido, recorrendo a expressões como “atos repugnantes, torpes, revoltantes, infamantes” para se referir ao fato veiculado pelo noticiário. Quanto à figura do estuprador, a autora afirma que, na contraparte do linchamento potencial pela população externa ou interna das prisões, o próprio jornal já o perpetrava, na medida em que transformava tais “casos em escândalo jornalístico, esmiuçando a vida da pessoa em reportagens em série” (Landini, 2006, p. 237).

Esse estudo identifica um exemplo típico de formação histórico-social com significado fossilizado. Carregada de sentimentos pavorosos, a modalidade de violência sexual definida como estupro e seu agente (o estuprador) são capazes de provocar sentimentos distintos aos de outras modalidades de violência sexual mais recentemente presentes no noticiário jornalístico a partir da década de 1990 – a pornografia infantil e a pedofilia (Landini, 2006).

A pedofilia é caracterizada como doença, o que contribui para esvaziar do significado desse conceito o caráter torpe e asqueroso reputado e já fossilizado no conceito de estupro e no seu agente, o estuprador. Ambos os conceitos são capturados e utilizados em um viés de classe social, o que se explicita no noticiário jornalístico sobre as violências sexuais praticadas por pessoas famosas: “Ao *explicar* esses crimes com base em problemas psicológicos dos acusados, o jornal acabou por fazer um recorte de classe: os autores de crimes sexuais são denominados de uma forma diferente de acordo com a classe social a que pertencem. (Landini, 2006, p. 244).

Para o Prêmio Nobel de Medicina Daniel Gajdused, para o filósofo Gerard Lebrun ou o autor britânico Arthur C. Clarke, trata-se o fato como um caso de saúde/doença, ou, no caso de membros da classe subalterna, como um problema de polícia, com o conseqüente ingresso do autor na prisão.

Nesse sentido, de acordo com o levantamento realizado sobre o perfil das pessoas condenadas por violência sexual nas prisões – como é o caso aqui –, tende-se a captar os dados sob o viés da classe que chega ao encarceramento, ou seja, da parcela da população definida e condenada por crimes hediondos.

Sob o ponto de vista da investigação sistemática que busca revelar as faces do sujeito real e concreto, a palavra “hediondo” mais esconde, caricaturiza, obscurece o fenômeno, do que revela. De modo que, por meio de uma aproximação, a imagem pública do algoz passa a mostrar mais sobre a sociedade que a produz do que sobre o sujeito que se busca. Por isso, ela constitui um aspecto importante para o entendimento do fenômeno.

Contudo, a imagem pública deve ser colocada em seu devido lugar e em sua fonte primária, ou seja, não deve ser utilizada como premissa para efetuar a leitura do sujeito, a fim de se evitar categorias de análise estigmatizadas. Ao contrário, deve ser levada em conta como um desafio, sobretudo em sua trajetória no interior da prisão, para o desenvolvimento de uma identidade viável à sobrevivência naquele contexto. Não se deve

esquecer que a prisão é um local onde o risco de violação da integridade física é real. Assim, nas prisões de São Paulo, um dos poucos estados a monitorar informações sobre os assassinatos de internos, entre 1999 e 2005 foram assassinados 416 presos, uma média de 60 casos por ano (Macaulay, 2006), ou uma morte por semana, revelando a teia que complexifica a discussão sistemática do tema.

VIOLÊNCIA SEXUAL: DEFINIÇÕES E CATEGORIAS DE ANÁLISE

Ainda que definir a violência sexual represente um desafio específico, parece razoável qualificá-la a partir do modo como se dá o contato sexual segundo a característica de sua efetivação, ou seja, sem o consentimento de uma das partes. Convergindo com essa definição, qualquer contato de natureza sexual em que um dos envolvidos não consentiu, isto é, em que não houve exercício livre de escolha pelo contato sexual, caracteriza uma violência.

Sob outras bases, nos termos propostos por Marilena Chauí (1985) a partir da noção de liberdade de Espinosa (1632-1677), define-se violência como uma relação de dominação em que o sujeito é tratado como coisa. Nesse caso, desloca-se o foco da transgressão de leis para a qualidade das relações, mediante circunstâncias em que a violência suprime a autonomia do sujeito, cuja liberdade é entendida como a capacidade de autodeterminação para o pensar, o querer e o agir.

Conceber a violência sexual com base nesses pressupostos supõe que ela suplanta a liberdade individual ou coletiva de autodeterminação de uma pessoa ou de um grupo no que se refere ao exercício da sexualidade. É tratar sujeitos de vontade e de desejo como coisa, como objeto das vontades de outrem.

Com base nesse princípio, podem-se determinar algumas variações da categoria violência sexual. A depender da idade do violentado, têm-se o abuso sexual e a exploração sexual de crianças e adolescentes como duas delas. Abuso sexual é o que pode ocorrer com ou sem contato físico. Já a exploração sexual pode ser subdividida em pornografia, turismo sexual, exploração sexual comercial e tráfico de pessoas para fins sexuais (Fundo das Nações Unidas para a Infância et al., 1996).

A categorização dos tipos de violência sexual coloca em questão a definição do termo estritamente relacionado ao contato sexual não consentido, o que, por sua vez, restringe a definição de violência a um quadro

específico de uma relação interpessoal com as qualidades de não-consentimento, ou seja, pelo uso da força em uma relação assimétrica de poder, traduzida na clássica imagem da relação entre senhor e escravo. Nesse sentido, retém e direciona o significado do conceito para o âmbito da relação entre indivíduos, embora se possa trabalhar com o pressuposto de que essa relação é intermediada por dimensões não individuais. Ela ganha o seu significado pela associação com uma categoria mais abrangente, em termos de relações de gênero por exemplo, como é definida originalmente pela literatura feminista.

A definição de violência sexual por meio do critério de contato sexual não consentido torna-se, porém, pouco abrangente para apreender a violência sexual pelo viés das trocas econômicas e sociais, dentro da racionalidade empresarial, ou seja, quando o sexo e sua materialidade mais visível – o corpo – se traduzem em mercadoria no processo de reprodução do capital em uma de suas formas mais predadoras e degradantes. Isso porque reeditam-se, nos tempos hodiernos, formas históricas anteriores do uso de pessoas como coisa – como é o caso da forma de escravidão registrada ao longo da história do Brasil quando comparada com a forma de escravidão traduzida pelo tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.

Se o critério do contato sexual reduz a abrangência do conceito e sua capacidade de captar as variadas formas de expressão da violência, isso não ocorre com a definição proposta por Chauí (1985), para quem todas as variações na violência sexual infligida a crianças e adolescentes pressupõem uma relação de heteronomia, dominação e coisificação do sujeito, relação que, em última instância, reduz as capacidades de autodeterminação desse, ou seja, sua liberdade em relação à vivência da própria sexualidade. Esse caráter limitador na apreensão das formas de violência sexual está presente nos fundamentos legais que definem os crimes de natureza sexual, restringindo-os às modalidades de estupro e atentado violento ao pudor. Ambos são definidos pelo Código Penal brasileiro como crimes contra os costumes, ou seja, contra a coletividade, e não contra a pessoa. Porém, o estupro deveria ser caracteristicamente definido como uma violência praticada contra a mulher, especificando uma violência de gênero, ou seja, aquela fundada na assimetria de poder existente entre homens e mulheres.³

A compreensão dessa modalidade de violência sexual com base na categoria de gênero, e também na sua visibilidade enquanto tal, está intimamente relacionada à apresentação do tema na arena pública pelo movimento

feminista a partir da década de 1970, no contexto das denúncias da violência presente nas relações entre os sexos. Foi inserido como pauta das pesquisas com o desenvolvimento do chamado feminismo acadêmico (Alanen, 2001), que colocou, em sua primeira fase, a questão do estupro para a ciência, juntamente com temáticas, como incesto, trabalho doméstico, agressão conjugal, dentre outras. Atualmente, as teorias feministas da violência sexual estão entre as que se valem do conceito de cultura para entender tal fenômeno, ou seja, buscam evidenciar a dimensão cultural da violência sexual, em que os fatores estruturais e dinâmicos são relacionados à definição de mulheres e crianças de forma negativa ou positiva e sua expressão, traduzida na materialização do abuso sexual.

As análises feministas sobre o abuso sexual de crianças, por exemplo, tratam dos aspectos culturais da socialização de gênero e das influências culturais na etiologia, gênese e manutenção de crimes sexuais. Com relação a esse tema, destacam-se três teorias feministas – radical, pós-modernista e sociológica – na definição de Ward, Polaschek e Beech (2006).

A teoria feminista radical concebe o abuso sexual de crianças como decorrente da existência de um modelo patriarcal de sociedade nas culturas ocidentais. O patriarcado é definido como o poder que todo homem exerce, implícita ou explicitamente, sobre toda mulher. Nessas bases, o abuso sexual de crianças ganha seu significado na condição de expressão concreta do poder que o homem exerce sobre a mulher nessas sociedades.

Como todo homem adquire, por meio da socialização de gênero, pensamentos e comportamentos que têm como consequência a constituição de regras culturais que facilitam a ocorrência da violência sexual, os pensamentos acerca da pessoa sexualmente abusada, por exemplo, seriam indícios da socialização de gênero de todo homem, não apenas de alguns, concebidos como *sex offenders*.⁴ Assim, o gênero é concebido por essa teoria como o fator primordial na determinação do abuso sexual de crianças, de modo que todo homem é um *sex offender* em potencial.

Vale ressaltar, na teoria feminista radical, o papel do Estado para a manutenção da violência sexual, instância definida como a que efetivamente controla as práticas de violência sexual entre seus cidadãos, ao permiti-las ou proibi-las. Nesse caso, as respostas políticas e legislativas do Estado a essa questão estão enviesadas pelos interesses masculinos, gerando, conseqüentemente, uma estrutura de tolerância institucional formal em relação ao abuso sexual de crianças. Em suma, o Estado é concebido como atuando em

defesa dos interesses do homem. Ward, Polaschek e Beech (2006) citam o exemplo da teoria freudiana da disfunção familiar, em que o incesto é concebido como um de seus sintomas, como exemplo apresentado pela teoria feminista radical (Breckenridge, 1992) para argumentar em favor dos mitos fornecidos pelo Estado sobre o abuso sexual, mitos esses capazes de manter o *status quo* falocêntrico. A tríade gênero-poder-patriarcado, segundo a teoria feminista radical, forma a moldura das práticas de abuso sexual de crianças.

As contribuições da teoria feminista radical em relação ao abuso sexual consistem no fato de dirigir o olhar para o viés de gênero presente nas leis, ao buscar identificar as respostas políticas de gênero por parte do Estado às questões relativas à violência sexual ou domésticas (Ward, Polaschek e Beech, 2006).

Dentre os problemas presentes na teoria feminista radical, está o de, ao explicar a violência sexual por um único fator – a socialização de gênero –, ela apresentar uma limitação em termos de uma explicação sobre a gênese ou etiologia do abuso sexual. Por sua vez, ao explicá-lo por meio do poder e do sentimento de propriedade que todos os homens teriam sobre todas as mulheres, essa teoria hiper-simplifica a dinâmica da relação gênero-poder, uma vez que é próprio do poder seu caráter relacional, complexo e instável *per se*. Destarte, para Ward, Polaschek e Beech (2006), a proposição de que o homem tem sempre mais poder do que qualquer mulher apenas em virtude do gênero é absolutamente insustentável, na medida em que é facilmente constatável o fato de muitas mulheres assumirem posição de poder na arena pública e privada. Por fim, essa idéia termina por se configurar em uma teoria que, além de conspiratória, é também insustentável diante da seguinte pergunta: se todos os homens estão predispostos a abusar sexualmente de crianças, por que apenas uma pequena parcela deles efetivamente o faz?

O feminismo pós-modernista rejeita a perspectiva do feminismo radical, considerando-a simplista, ao definir o abuso sexual de crianças como simples exercício do poder masculino. Critica também as explicações universalizantes e insuficientemente autocríticas. As pós-modernistas estão mais interessadas em descobrir os efeitos da opressão, do que em descobrir causas universais, e buscam alterar a noção de gênero e poder como elementos fixos e inevitáveis, acusando a teoria feminista radical de ser dogmática e incoerente. Para o feminismo pós-modernista, a noção de gênero é um conceito relacional, porque masculinidade e feminilidade constituem-se reciprocamente.

Além disso, o feminismo pós-modernista acusa o discurso feminista anterior de possuir uma série de lacunas e omissões relacionadas a sentimentos contraditórios no que diz respeito ao abuso sexual de crianças. A crítica também é estendida ao fato de se considerar o comportamento e o poder masculino abusivos, e a se perceber a mulher como passiva, virtuosa e com pouco poder. Para Lancaster e Lumb, “no processo de explicação existe uma variedade de níveis [de análise], e a violência sexual não pode ser explicada como sendo simplesmente uma parte da natureza do homem” (1999, p. 120).

Em relação ao conceito de gênero, as pós-modernistas têm-se ocupado da noção de mudança, opondo-se ao conceito de gênero por entendê-lo como fixo e inevitável, e por trazer em si, por exemplo, a concepção dos homens como agressivos e das mulheres como passivas. Essas autoras enfatizam, assim, a existência de uma pluralidade e uma diversidade de homens em termos de experiências, atitudes, circunstâncias e valores. Divergem também quanto ao suposto poder que todo homem tem sobre toda mulher e criança, defendendo que poder, como gênero, é sempre relacional, e questionam a noção absoluta de poder e de espaço de poder na apropriação do Estado pelo homem, como sugere a perspectiva radical (Ward, Polaschek e Beech, 2006).

O mérito da perspectiva construtivista pós-modernista tem sido o de rejeitar as explicações simplistas para o abuso sexual de crianças propostas pelas feministas radicais, defendendo que gênero é mutuamente constitutivo e que poder é relacional. Ela tem focado, no entanto, mais na compreensão de experiências, do que na explicação das causas do fenômeno, o que redundava em problemas de coerência interna em relação aos achados empíricos. Também constitui um ponto crítico dessa visão a questão do ceticismo e do relativismo típico do pós-modernismo, ao conceber que a realidade consiste em jogos de linguagem, que a teoria é uma interpretação da realidade e que, por conseguinte, altera o significado atribuído ao fenômeno. Nesse sentido, afirma-se que a violência sexual deve ser desconstruída.

Uma terceira perspectiva, que diverge da teoria feminista radical sobre o abuso sexual de crianças, consiste na teoria da potência/impotência⁵ de Cossins (2000). Para essa autora, o abuso sexual de crianças constitui uma forma de os homens aliviarem suas experiências de impotência e estabelecerem sua masculinidade e seu poder. Como os homens se engajam em certas práticas sociais que reforçam tais atributos (a masculinidade e o poder), isso favoreceria a criação e a manutenção desse tipo de relação entre homens e entre homens e mulheres.

Nesse sentido, aspectos como idade, classe social, etnia, dentre outros, vinculam-se a experiências de poder e criam diversidade entre os homens, ao passo que a sexualidade constitui o máximo da similaridade entre eles, assim como certas práticas esportivas, tidas como fatores que permitem criar laços, ou uma comunicabilidade nas expectativas em relação à sexualidade masculina. O centro da masculinidade é a sexualidade, mais especificamente o ideal heterossexual ou heróico que confirma o gênero por meio de suas infinitas conquistas. Afirma Cossins:

Essa masculinidade pode ser reproduzida e afirmada por meio do abuso sexual de crianças, em um contexto cultural em que as características de um objeto de desejo com menos poder inclui submissão, conformismo, delicadeza, boa vontade. Em suma, características de crianças. (2000, p. 115)⁶

Para Cossins (2000), as práticas de exploração sexual constituem a expressão da sexualidade normativa masculina, socialmente construída e, por extensão, o abuso sexual de crianças está relacionado a uma normatividade masculina sobre as práticas sexuais, as quais estruturam as relações de poder.

A sexualidade masculina é autocentrada, predatória, falocêntrica, dominante, sexualmente bem-sucedida, distante, secreta e imoral, e, ao mesmo tempo, minimiza o impacto das práticas sexuais abusivas, ou seja, o abuso sexual de crianças. Para Cossins (2000), ao abusarem sexualmente das crianças, os homens alcançam um sentido de masculinidade e superam as experiências de impotência freqüentemente presentes ao competirem e interagirem com outros homens. Portanto, a explicação para o abuso sexual crônico de crianças deve ser buscada nas experiências de potência e impotência – poder e não-poder – dos homens.

Dentre as incongruências apresentadas por Ward, Polaschek e Beech (2006) para a teoria de Cossins (2000), destacam-se as informações advindas da literatura psicológica sobre as razões que levam os homens a se envolverem sexualmente com crianças. Dentre elas, três perfis se destacam: a) autocentrado; b) com foco na vítima; c) com foco mútuo. As relações em que se destaca o aspecto dominante do *offender* centrado exclusivamente em suas necessidades sexuais se dão naqueles cujo foco é autocentrado. Os centrados na criança vitimada concebem o contato sexual como benéfico para a criança, e aqueles em que o foco é mútuo concebem o contato sexual como estando

em um contexto “amoroso”, enfatizando a idéia de reciprocidade. Assim, a teoria de Cossins (2000) descreve exclusivamente os casos autocentrados, que, se comparados aos demais, apresentam características mais predatórias. Para Ward, Polaschek e Beech (2006), a teoria de Cossins apresenta dificuldades do ponto de vista da coerência externa e, também, pela ausência de suficientes dados de pesquisa.

Apesar das considerações anteriormente expostas sobre as teorias feministas do abuso sexual, trata-se de pressupostos aplicáveis em um modelo de saúde pública que esteja focado no tema do abuso sexual de crianças, no qual podem ser incorporadas as questões culturais de gênero a outras de caráter psicossocial, na prevenção em níveis primário, secundário e terciário. No nível primário, podem ser enfocadas as estratégias de relacionamento não sexistas, além do fato de as análises feministas contribuírem para identificar possíveis focos de mudança social/cultural relacionados com as relações de gênero. Podem também contribuir no nível secundário, para que a comunidade seja capaz de detectar sinais que indiquem interesses sexuais por crianças ou possíveis atividades sexuais com crianças. Ainda no nível terciário, pode fazer parte de programas de acompanhamento de *sex offenders* em programas de saúde mental e em prisões.

VIOLÊNCIA SEXUAL: REGISTRO DE INCIDÊNCIA NA POPULAÇÃO CARCERÁRIA NO BRASIL E NO MUNDO

As fontes oficiais de dados sobre o sistema penitenciário brasileiro carecem de informações que possam ser avaliadas dentro de uma taxonomia, ou seja, não existe um sistema classificatório dessa população segundo as razões jurídicas que levaram à sua inserção no conjunto da população carcerária. Os dados oficiais apresentados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) do Ministério da Justiça (Brasil, 2006b) trazem informações muito superficiais sobre o perfil dessa população, com um quadro geral do sistema penitenciário brasileiro por unidades da federação, que contém informações por sexo, em números absolutos (de acordo com o regime a que o detento está submetido: fechado, semi-aberto, aberto, provisório e medida de segurança), além da população geral do sistema penitenciário, da quantidade de vagas, da população vinculada às secretarias de segurança pública e da população prisional dos estados.

Apesar de os dados oficiais não apresentarem o percurso que deu origem a essas informações, elas são importantes, na medida em que, no

caso de Goiás, permitem acompanhar, por exemplo, ao longo dos anos de 2004 e 2005, o aumento de 26% na população carcerária. Trata-se de documento que registra um aumento progressivo do percentual da população encarcerada; no entanto, o estado de Goiás não é um caso isolado. Essa tendência se evidencia em vários países do mundo, sob o auspício do que Wacquant (2000) denominou Estado-penitência. O retraimento do Estado na arena econômica e social e sua ampliação no campo repressivo e penal emergem como a nova tendência que se espraia de Washington para o mundo, tendo como uma de suas conseqüências o aumento no percentual da população confinada em prisões.

As informações obtidas pelo DEPEN também permitem avaliar o déficit de vagas e as demandas para alcançar o padrão mínimo estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em relação às condições dos encarcerados. No entanto, são números tão absolutos, e tratam os dados tão genericamente, que não informam rigorosamente nada sobre a diversidade e também a unicidade que caracteriza essa população, vale dizer, diversidade de trajetórias e especificidade dos que estão incluídos e representados como massa uniforme nos dados oficiais. Embora as informações demográficas tenham caráter genérico, por sua própria condição e por trabalhar com grandes números populacionais, poderiam ser mais acuradas na elaboração dos perfis, ou seja, elas deveriam trazer outras informações, além das categorias de sexo e de regime prisional, sobre quem está submetido no interior das prisões.

O fato é que os números oficiais acerca da população penitenciária brasileira não contribuem para que se conheça com maior precisão a incidência de condenações por práticas de violência sexual, em comparação com outros crimes. Se a lei do silêncio vigora internamente nas penitenciárias, da mesma forma ela também se revela na falta de precisão dos dados que fazem sua radiografia. Constitui um consenso em vários relatos de pesquisa a deficiência existente na organização das informações sobre o sistema prisional brasileiro (Vasques, 2001; Macaulay, 2006), apesar de algumas tentativas fracassadas de introduzir o trabalho do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no processo de constituição de um banco de dados mais sistemático e confiável.

Não obstante o modo deficitário como estão construídas as informações sobre a população carcerária brasileira, a condenação por crimes de violência sexual é evidenciada em todo o mundo, nos países do Sul e do Norte, no Ocidente e no Oriente, com registro ao longo de toda a história

da civilização, o que significa afirmar que a falta de informação não significa a não-incidência de práticas caracterizadas como tal, embora só recentemente se tenha empreendido algum esforço no sentido de mapear a história do ataque sexual violento (Porter, 1992; Tomaselli e Porter, 1992).

Diante da falta de informações confiáveis e da subnotificação, consequência da própria natureza do fenômeno, recorre-se às estimativas para tentar preencher esse vácuo. Assim, estima-se que, anualmente, 12 milhões de pessoas sofram violência sexual no mundo (Brasil, 2005). Em estudos populacionais realizados em vários países, 20% das mulheres entrevistadas revelaram terem sido abusadas sexualmente quando crianças (Lopes et al., 2004; Krug et al., 2002).

Estudo realizado em hospital público de Curitiba para avaliar características sociodemográficas e intervalo de atendimento hospitalar a mulheres vítimas de violência identificou 134 casos registrados em um período de 23 meses, o que corresponde a uma média de seis casos de violência sexual por mês no período estudado (Andrade et al., 2001). Outro estudo, em um projeto de atendimento a vítimas de violência sexual, registrou, no período de março de 2002 a março de 2003, 102 casos de violência que se enquadravam na categoria jurídica de estupro, atentado violento ao pudor ou violência presumida (Lopes et al., 2004), representando, pelo registros da instituição, uma média de um caso de violência sexual a cada 3,7 dias.

Estudos desenvolvidos em prisões inglesas e no País de Gales têm identificado, entre a população carcerária, um crescimento do percentual de pessoas condenadas por crimes de violência sexual, que subiu de 4,7% da população carcerária, em 1980, para 7,7%, em 1989, o que caracteriza um crescimento do número de encarceramentos, nesses países, da ordem de 60% de casos (Beech et al., 1998a). Tais informações indicam que, no Brasil, para que se efetive o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (Brasil, 2006a), é necessário incluir no eixo de análise da situação tanto a identificação quanto o conhecimento e a avaliação da população carcerária com esse perfil.

Informações referentes ao ano de 1997, no entanto, indicam que, dos motivos de condenações apresentados pela população carcerária brasileira, 5,3% são crimes de natureza sexual – no caso, o estupro (Vasques, 2001) –, índice que coloca esse tipo de crime abaixo de outros, como roubo, homicídio, tráfico de entorpecentes e furto.

PERFIL DOS CASOS REGISTRADOS EM PRONTUÁRIOS DA AGÊNCIA GOIANA DO SISTEMA PRISIONAL

Na primeira fase de um percurso de pesquisa-ação, procedendo-se a um levantamento nos prontuários dos detentos da Penitenciária Odenir Guimarães (POG) – anteriormente conhecida como Centro Penitenciário Agroindustrial de Goiás (Cepaigo) –, ligada à Agência Goiana do Sistema Prisional (AGSP), procurou-se aproximar dessa fatia da população carcerária. Identificaram-se 125 prontuários em que as razões apresentadas para a condenação, isolada ou associada com outras infrações, consistiam em estupro ou atentado violento ao pudor.

Geografia dos casos

A população geral da Penitenciária Odenir Guimarães contabiliza 1.424⁷ detentos em regime fechado. Os 125 casos identificados em que há pelo menos uma condenação isolada, ou em conjunto com outras, que registra prática de violência sexual representam 5,6% da população carcerária.

Segundo Schwaebe (2005), no interior desse tipo de instituição, em razão da prática de violência sexual, o indivíduo é marcado, em geral, por uma identidade altamente estigmatizada, negativa e subalternizada nas prisões de todo o mundo. Os condenados por esse tipo de crime vivem como uma casta de párias, aos quais os demais prisioneiros infligem uma série de abusos e violências. Nas sociedades dos presídios, esses detentos constituem, na visão do conjunto da população carcerária, um dos poucos grupos aos quais se atribui o chamado crime hediondo, atribuição que não segue os critérios utilizados pelos legisladores que o tipificam. Recorrendo-se ao discutido anteriormente sobre o significado fossilizado do crime de violência sexual no imaginário social, e seu substrato emocional, trata-se de um sentimento compartilhado pelos internos do sistema prisional e pelo conjunto da população.

A realidade de vida desses *sex offenders* foi estudada por meio da análise de dados qualitativos (informações verbais, entrevistas), com o objetivo de verificar as estratégias utilizadas por eles para constituir uma identidade viável no contexto prisional. Julgamos necessário esse tipo de trabalho para avaliar os limites e desafios que estão relacionados à implementação de um programa de tratamento realizado no interior das prisões (Schwaebe, 2005).

Fazendo um mapeamento dos casos, na época da prisão (N = 124),⁸ 93,6% dos casos residiam no estado de Goiás, sendo 78,4% desses casos na

região metropolitana de Goiânia,⁹ a saber, 56% deles nessa cidade, 19,2% na cidade de Aparecida de Goiânia e 3,2% na cidade de Senador Canedo. Como podemos notar, os casos registrados irradiam da região mais populosa do estado, tendo como centro a cidade de Goiânia e sua região metropolitana. É importante ressaltar que o fato de fazer o mapeamento desses casos não significa afirmar que os casos de violência sexual, como de outras formas de violência, possuam um lugar circunscrito no qual possam ter uma pretensa raiz.

Nos estudos sobre violência, há uma tendência equivocada que busca caracterizar uma categoria geoespacial ou de idade, por exemplo, para concluir por um lugar físico ou social, ou por uma categoria geracional em que a violência está situada – ao se falar da “violência urbana”, dos “bairros violentos” ou mesmo da “delinqüência dos jovens”. Nada prova que seja próprio do urbano ou do jovem o caráter de violento *per se*. Trata-se de objeto aparente (Wacquant, 2000) ou não essencial. A mesma ressalva deve ser feita quando se avaliam as informações apresentadas sobre o local de residência na época da prisão dos detentos.

Ao separar as informações com base nas regiões de planejamento da cidade de Goiânia, foi possível localizar os registros, desconsiderando-se os casos referentes a outras cidades e a outros estados. Identificaram-se 67 casos distribuídos pelas regiões de Goiânia.¹⁰ Considerando-se apenas os prontuários referentes a Goiânia (N = 67), os percentuais são, respectivamente, para cada uma destas regiões: Noroeste, 19,4%; Sul, 17,9%; Leste, 14,9%; Campinas, 10,4%; Mendanha e Sudoeste II, 8,9%.

Os estados de origem também foram mapeados nos prontuários (N = 125), registrando-se que 71,2% dos casos referem-se a pessoas originárias do estado de Goiás, seguindo-se em número de casos o daquelas originárias de Minas Gerais (5,6%) e Tocantins (4,8%). Os demais casos estão distribuídos por estados como Piauí (3,2%), São Paulo (2,4%), Maranhão, Distrito Federal, Paraná, Pará e Bahia (1,6%) e Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba (0,8%).

Cruzando-se as variáveis estado de origem e local de residência na época da detenção, constatou-se que 69,6% dos casos envolveram pessoas naturais do estado de Goiás e que também nele residiam. Dos demais, os que eram naturais de outros estados e residiam em Goiás constituíam 24%, e os naturais de outros estados e residentes em outros estados perfaziam 6,4%.

Informações de natureza sociocultural

No quadro 4.1 pode ser visualizado o estado civil dos detentos condenados por crimes de natureza sexual, segundo os prontuários levantados na pesquisa.

QUADRO 4.1 ESTADO CIVIL QUANDO DETIDO
(N = 124)

ESTADO CIVIL	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Solteiro	67	54,1
Casado	20	16,1
União estável	29	23,4
Viúvo	3	2,4
Divorciado	4	3,2
Desquitado	1	0,8
Total	124	100,0

A concentração se dá entre os prontuários que registram estado civil solteiro, seguida dos casados e por último dos em união estável, nessa ordem. Embora o teor descritivo do presente trabalho não permita estabelecer com segurança algumas relações, o fato de que mais da metade dos detentos se identificou, na época da prisão, como solteiro não deixa de se mostrar significativo. Acrescentando-se a esses dados, as informações presentes no quadro 4.2, sobre a faixa etária do detentos, essa informação fica mais precisa.

QUADRO 4.2 FAIXA ETÁRIA DOS DETENTOS, SEGUNDO OS PRONTUÁRIOS
(N = 125)

FAIXA ETÁRIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
19 a 29 anos	40	32,0
30 a 39 anos	49	39,2
40 a 49 anos	28	22,4
50 a 59 anos	5	4,0
60 a 69 anos	2	1,6
70 a 79 anos	1	0,8
TOTAL	125	100,0

Em termos de idade, essas se concentram entre a faixa de 19 a 49 anos, na qual se encontram 93,6% dos detentos.

No quadro 4.3 é possível avaliar as informações sobre a quantidade de filhos dos detentos em 58 prontuários apenas, os quais continham essa informação. Nos outros 67, não foram encontrados tais dados.

QUADRO 4.3 DISTRIBUIÇÃO DOS CASOS NOS QUAIS HAVIA INFORMAÇÃO SOBRE A QUANTIDADE DE FILHOS
(N = 58)

QUANTIDADE DE FILHOS	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
1	25	43,1
2	13	22,4
3	14	24,1
4	2	3,5
6	3	5,2
9	1	1,7
TOTAL	58	100,0

A maioria dos prontuários contendo esse tipo de informação indica a existência de um filho. Os intervalos que vão de um a três filhos constituem a maior parte dos casos nos quais se informa sobre a existência de filhos.

QUADRO 4.4 ESCOLARIDADE DOS DETENTOS SEGUNDO OS PRONTUÁRIOS
(N = 94)

ESCOLARIDADE	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
SEM ESCOLARIDADE	7	7,4
1ª fase do ens. fund. incompleta	50	53,2
2ª fase do ens. fund. incompleta	27	28,7
Ensino médio incompleto	7	7,4
Ensino médio completo	2	2,2
Graduação incompleta	1	1,1
TOTAL	94	100,0

Em termos de escolaridade, 53,2% dos prontuários registravam escolaridade até a primeira fase do ensino fundamental incompleta (1ª à 5ª série) 28,7%, a segunda fase do ensino fundamental incompleta (5ª à 8ª série); sem escolaridade e com o ensino médio incompleto, 7,4% dos casos; registro de ensino médio completo, 2,2%; e curso de graduação incompleto (universitário), 1,1% (um caso). Em 31 prontuários, os registros ficaram prejudicados, por falta de informação.

Em termos de filiação religiosa, e nos prontuários que traziam essa informação, 57,1% (N = 77) dos registros apontam a religião católica e 28,6%, a evangélica; aqueles que informaram não possuir religião representam 11,7% dos casos que trazem essa informação no prontuário; 2,6% dos casos identificados informaram pertencerem a outras religiões.

O registro da profissão anterior ao ingresso na penitenciária foi aglutinado, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (Brasil/MTE/DCBO, 2002), nos grandes grupos (N = 122). Dessa forma, dentre os trabalhadores da produção de bens e serviços industriais, identificaram-se 45,9% dos casos. Constituíam 17,2% os casos de detentos anteriormente empregados nas categorias de trabalhadores em serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados. Em seguida, registraram-se, na categoria trabalhadores de reparação e manutenção, 13,9% dos casos, seguidos dos trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca, com 9,8% dos casos. Vale ainda destacar os trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e os profissionais das ciências e das artes, incluindo a ocupação de líderes religiosos – padres, pastores, pais-de-santo –, que representam 4,1% dos casos, além dos técnicos de nível médio, perfazendo 3,3% dos casos, e dos membros superiores do poder público, dirigentes e gerentes de empresas, com 1,6% (dois casos).

Informações de caráter processual penal

Vários prontuários registram um ou mais processos penais envolvendo a pessoa (N = 125). Dos indivíduos, 64,8% respondem por um processo; 16%, por dois; 8,8%, por três; 4%, por quatro processos; 1,6%, por sete e oito processos; e 0,8%, com seis a dez processos. Colocados por intervalos, percebe-se que 66,4% dos casos registrados referem-se a indivíduos com um a três processos; 14,4%, com de quatro a seis; 10,4%, com de sete a nove; 0,8%, com acima de dez processos.

Em 40,4% dos casos há referência, exclusivamente, a um caso caracterizado como de violência sexual. No entanto, 24,4% dos casos de violência sexual estão incluídos no rol de outras formas de transgressão. Isso

significa que os perfis apresentados nos prontuários diferem em termos de registro do histórico de transgressões. Essa informação indica que é preciso empreender um exame mais acurado dos casos distintos aos quais os prontuários se referem.

Dentre os processos, os registros de violência sexual são distribuídos da seguinte forma: em 64,8% dos casos há registro de um caso de violência sexual; em 16%, de dois casos; e em 8,8%, de três casos. Por intervalos, registra-se que 80,8% dos prontuários indicam entre um e dois casos de violência sexual; em 12,8%, entre três e quatro processos. De cinco a seis processos, há um caso (0,8%), e de sete a oito, 3,2% de casos. Há também um caso (0,8%) de registro que corresponde ao quantitativo de nove a dez eventos de violência sexual. Com tais informações percebe-se que há também perfis bastante distintos, com processos cuja referência é única, e também repetidos registros de casos de violência de caráter sexual, o que pode ser um critério de distinção dos perfis de violência registrados nos prontuários.

No quadro 4.5 registra-se o tempo total da pena dos indivíduos condenados por violência sexual isolada ou associada a outras formas de transgressões legais.

QUADRO 4.5 DISTRIBUIÇÃO DAS INFORMAÇÕES PELO TEMPO TOTAL DA PENA
(N = 123)

TEMPO DA PENA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
2 A 10 ANOS	36	29,3
11 a 20 anos	27	22,0
21 a 30 anos	25	20,3
31 a 40 anos	12	9,8
41 a 50 anos	10	8,1
51 a 60 anos	4	3,2
61 A 70 ANOS	4	3,2
81 a 90 anos	3	2,4
91 a 100 anos	0	0,0
101 A 110 ANOS	1	0,8
111 A 120 ANOS	1	0,8
TOTAL	123	100,0

Com base nesse quadro, percebe-se que as penas individuais variam de dois a cento e vinte anos de prisão. A maior concentração dos casos, no entanto, situa-se, respectivamente, nas condenações que vão de dois a dez anos (29,3%), de onze a vinte anos (22,0%) e vinte um a trinta anos de prisão (20,3%). Há acentuado decréscimo à medida que os anos de condenação vão aumentando.

Essa informação, do ponto de vista da proposta de acompanhamento e da resposta à intervenção psicoterapêutica,¹¹ apresentou-se como um fator interveniente significativo, pois, na medida em que a expectativa de deixar a prisão diminui, há diferenças substanciais no contexto do atendimento e no próprio foco dos temas, deslocando-se para o sistema prisional e seus métodos de intervenção.

Caracterização das vítimas na situação

Os prontuários registram, na maioria dos casos, uma situação que justifica a condenação e a pena. Por isso, buscou-se identificar, em cada situação, para os casos em que há registros de várias, a quantidade de vítimas de violência sexual. Após essa decisão, optou-se, entretanto, por apresentar os casos referentes à primeira situação (situação 1), registrados nos prontuários.

QUADRO 4.6 NÚMERO DE PESSOAS QUE FORAM ALVO DE VIOLÊNCIA SEGUNDO A PRIMEIRA SITUAÇÃO NARRADA NO PROCESSO
(N = 121)

NÚMERO DE PESSOAS	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
1	82	67,8
2	32	26,4
3	4	3,3
4	2	1,7
5	1	0,8
TOTAL	121	100,0

No quadro 4.7, a seguir, apresentam-se as categorias de idade nas quais se inserem cada uma das pessoas que foram alvo de violência registrada nos prontuários.

QUADRO 4.7 CATEGORIA DE IDADE DAS PESSOAS IDENTIFICADAS COMO ALVO DA VIOLÊNCIA, SEGUNDO A PRIMEIRA SITUAÇÃO NARRADA NOS PROCESSOS (N = 82)

CATEGORIA DE IDADE	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
CRIANÇA	31	37,8
Adolescente	21	25,6
Adulto	24	29,3
Criança e adolescente	2	2,4
Criança e adulto	4	4,9
TOTAL	82	100,0

Sobre as categorias de idade da(s) vítima(s) na primeira situação, constata-se que 37,8% das categorias de idade representadas nos prontuários referem-se a crianças como alvo da violência, seguidas de adolescentes (25,6%) e adultos (29,3%). Cruzando-se as informações sobre o número de pessoas que foram alvo da violência e a categoria de idade na qual essa está inserida, verifica-se que 29,3% dos casos em que a vítima era criança os prontuários fazem referência a ela exclusivamente como tendo sofrido violência sexual, o que poderia sugerir a tipificação de abuso sexual de crianças. Em 17,0% dos casos em que uma pessoa foi alvo da violência, trata-se de adolescentes e, na mesma proporção, de adultos.

QUADRO 4.8 IDADE DAS PESSOAS IDENTIFICADAS COMO ALVO DA VIOLÊNCIA SEGUNDO A PRIMEIRA SITUAÇÃO NARRADA NOS PROCESSOS (N = 69)

INTERVALOS DE IDADE	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
2 A 6 ANOS	11	15,9
7 a 11 anos	23	33,3
12 a 17 anos	26	37,6
18 a 24 anos	5	7,2
25 a 31 anos	2	3,0
39 a 45 anos	1	1,5
53 anos e acima	1	1,5
TOTAL	69	100,0

O quadro 4.8 mostra a distribuição dos registros relativos à pessoa que foi alvo da violência sexual, por intervalos de idade.

Quando a referência é por grupos de idade determinada, a maior concentração continua sendo de violência contra crianças: as idades de 2 a 6 e de 7 a 11 somadas constituem 49,2% dos casos registrados no primeiro processo, seguindo-se os casos envolvendo adolescentes, com 37,6 % dos casos em que há registro nos prontuários (69 casos de 125). Já em termos do sexo da vítima na primeira situação (N = 123), aparece claramente um recorte de gênero, no qual a maioria das pessoas que foram alvo da violência é do sexo feminino (91,6%), como mostra o quadro 4.9.

QUADRO 4.9 SEXO DAS PESSOAS IDENTIFICADAS COMO ALVO DE VIOLÊNCIA SEGUNDO A PRIMEIRA SITUAÇÃO NARRADA NOS PROCESSOS (N = 123)

SEXO	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Masculino	11	8,9
Feminino	112	91,0
TOTAL	123	100,0

Cruzando-se as informações sobre a categoria de idade da pessoa alvo da violência e o sexo, verifica-se que, das 31 crianças vitimizadas, 5 eram do sexo masculino e 26 do sexo feminino; na categoria adolescente, 18 eram do sexo feminino e 3 do sexo masculino; e, na categoria adulto, uma pessoa era do sexo masculino e 22, do sexo feminino. No caso específico da violência cometida contra adulto do sexo masculino, trata-se de violência ocorrida no contexto prisional. Foi também possível extrair informações do prontuário dos detentos a respeito da fatalidade da cena de violência, mostrando que em 89,6% dos casos não houve morte da vítima, contra 5,6% dos casos que traziam essa informação e nos quais a violência causou a morte da pessoa vitimizada (em apenas dois casos há registro de idade, uma vítima com 7 e outra com 11 anos; em 5 casos, não consta a idade).

Vínculo social entre o detento e a pessoa que foi alvo da violência interpessoal segundo os prontuários

Procuraram-se também registros referentes ao vínculo social existente entre o indivíduo condenado e a pessoa que foi alvo da violência interpessoal. Nesse caso, os vínculos podem ser avaliados pelo grau de proximidade social

e afetiva entre os envolvidos na cena descrita no prontuário, podendo variar de vínculos mais estreitos, como é o caso das relações de parentesco (pai, tio, padrasto...), que são pessoas mais propensas ao convívio diário, passando por vínculos de amizade, vizinhança, chegando a casos em que não se evidencia nenhum tipo de vínculo anterior ao ato narrado. O maior vínculo social é marcado pela condição de parentesco e amizade, chegando aos casos de não haver nenhum vínculo, quando se trata de uma pessoa desconhecida. O estranho caracteriza o menor vínculo social ou sua ausência; no outro extremo, o pai representa o maior vínculo. Em tese, a definição de vínculos sociais e afetivos carrega um componente subjetivo, que é central na sua definição, o que exige ter acesso aos significados e sentidos elaborados pelo próprio sujeito sobre a qualidade do vínculo em questão.

QUADRO 4.10 PROXIMIDADE SOCIAL DO DETENTO COM AS PESSOAS IDENTIFICADAS COMO ALVO DA VIOLÊNCIA SEGUNDO A PRIMEIRA SITUAÇÃO NARRADA NOS PROCESSOS (N = 109)

PROXIMIDADE SOCIAL	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Parentesco	21	19,3
Vizinhança	7	6,4
Ocupacional	2	1,8
Amizades	5	4,6
Nenhuma proximidade	74	67,9
TOTAL	109	100,0

As informações constantes nos prontuários indicam que, na grande maioria dos casos, há ausência de vínculos entre a pessoa que foi condenada e a que foi alvo da violência interpessoal. Em 67,9% dos casos, não há nenhum vínculo social entre eles: trata-se de pessoas que eram desconhecidas entre si. Essa informação corrobora outros estudos que buscam realizar levantamentos relacionados à pessoa que foi agente da violência sexual interpessoal. Nas estatísticas oriundas dos órgãos policiais e dos serviços de saúde, são distintos os estudos populacionais, pois investiga-se a população em geral, verificando-se o predomínio da ausência de vínculo entre a pessoa que cometeu a violência interpessoal e a que foi atingida por ela. No caso dos estudos que são extraídos de dados relacionados com a população em geral,

predominam pessoas do ambiente de convivência, particularmente os membros da família (Andrade et al., 2001).

Embora em menor quantidade, deve-se ressaltar que há registro, em 19,3% dos casos, de relações de parentesco, o que denota a existência de vínculos sociais mais estreitos. Dentre os vínculos e papéis sociais identificados na categoria de parentesco, 12 casos são pais, 7 são padrastos e 2 casos são tios, contabilizando 21 casos (19,3%, como antes mencionado). Os espaços primários de socialização, como a família, são o contexto que circunda a cena narrada de violência, o que coloca em evidência a qualidade das relações no cotidiano da vida privada e das pessoas mais próximas, com vínculos mais estreitos, como agentes de atos violentos.

Cruzando-se as informações referentes ao vínculo e à categoria de idade da pessoa atingida pela violência, verifica-se que 15 delas eram crianças e 6 eram adolescentes com quem o agressor tinha vínculos de parentesco. Quando se trata de pessoas desconhecidas, identificam-se 5 crianças como tendo sido atingidas pela violência, predominando, nessa categoria, adultos e adolescentes.

É possível que o fato de estarem mais vinculados ao ambiente privado da casa e de suas imediações (a rua contígua às residências), quando associado à própria condição de reduzida autonomia da criança, tenha como resultado a notificação reduzida dos casos de violência sexual nessa categoria, isto sem contar o aspecto recatado que caracteriza algumas famílias. No entanto, as pesquisas têm demonstrado que o contexto familiar destaca-se como cenário de pessoas promotoras da violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O simples registro e a descrição de um perfil elaborado com base em prontuários de uma instituição total (Goffman, 1974) inserem-se no contexto de discussão de uma temática complexa, cuja compreensão plena, ou mesmo explicação, se mostra sempre aquém dos desafios que a realidade coloca. Sem dúvida, existem dezenas de teorias que levantam hipóteses parcialmente promissoras sobre o fenômeno da violência em geral, e mais particularmente da violência associada a expressões da sexualidade, como no caso do estupro e de todas as variações de categorias que expressam especificidades do conceito de violência sexual. O que se apresentou neste trabalho foi um retrato em aberto, no qual se buscam categorias mais gerais para constituir formas inteligíveis de apreender esse fenômeno.

Compreender a questão carcerária e toda a problemática que constitui o sistema operacional da Justiça no Brasil, com a busca por apreender as violências visíveis e invisíveis, mais especificamente a violência sexual, constitui um desafio. E, fazer um retrato real da violência significa revelar também os fazeres institucionais que a tem – a violência – como marca de seus procedimentos na mortificação do eu (Goffman, 1974).

NOTA

- 1 Estão incluídas na categoria jurídica de crimes hediondos as práticas de violência como homicídio, latrocínio, extorsão qualificada pela morte da vítima, extorsão mediante seqüestro e, na forma qualificada, estupro, atentado violento ao pudor, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais, tráfico ilícito de entorpecentes, tortura e terrorismo. Com exceção dos crimes de tortura (o que deve ser um ponto de reflexão e questionamento: por que os crimes de tortura foram abrandados na regulamentação da progressão de regime, diferentemente dos demais?), os demais foram definidos como devendo ser cumpridos em regime integralmente fechado ou após o cumprimento de dois terços da pena.
- 2 Vygotsky (1991, p. 23) utiliza o sentido figurativo que remete ao fóssil, ou resto de matéria orgânica extraída da terra, para se referir a processos histórico-sociais do desenvolvimento de determinadas funções automatizadas do psiquismo. Segundo ele, trata-se de “processos que passaram através de um estágio bastante longo do desenvolvimento histórico e tornaram-se fossilizados [...] dadas as suas origens remotas, estão agora sendo repetidos pela enésima vez e tornaram-se mecanizados”. O preconceito, ou conceito que tem sua gênese em um período histórico remoto, pode ser incluído no rol dos processos fossilizados da conduta humana. Particularmente na dimensão dos pensamentos e sentimentos compartilhados por membros de uma sociedade.
- 3 O recurso à categoria gênero na análise da violência tem-se desdobrado do caso específico da violência contra a mulher para abranger tanto o sexismo, ou postura de repulsão mórbida ao sexo oposto, mais freqüentemente associado à atitude de discriminação em relação à mulher (Smigay, 2002), como a homofobia, ou rejeição e medo à homossexualidade (Weinberg, 1972). Nesse sentido, a violência de gênero pode ser mediada tanto pelo sexismo quanto pela homofobia, que se traduzem em formas de negação do ideal de masculinidade (Smigay, 2002).
- 4 Optou-se por manter a definição no original, em inglês, dada a problemática presente na tradução para o português do conceito, que pode ser transladada como *delinqüente sexual*, ou mesmo *abusadores sexuais*, como o faz, por exemplo, a Associação Brasileira para o Tratamento das Ofensas Sexuais (ABTOS), o que

individualiza, patologiza e fixa o sujeito na identidade estigmatizada, aprisionando-o neste rótulo. A tradução do termo por autores de violência sexual tem como desvantagem ser pouco econômico em caracteres, mas não resolve a questão da violência atribuída a um indivíduo seguindo as exigências liberais do sujeito jurídico pessoalizado. Manter o termo na expressão original (*sex offenders*) pelo menos respeita uma tradição de pouco mais de quarenta anos de seu uso na literatura.

- 5 No original *power/powerlessness*.
- 6 No original: “These masculinities can be reproduced and affirmed through child sex offending in a cultural environment where the characteristics of less powerful objects of desires include willingness, compliance, petitiveness, submissiveness. In short, the characteristics of children”.
- 7 Registro interno da POG no qual se identificam o nome do detento, a ala e a cela em que está localizado. Trata-se do denominado Relatório de Reeducação Geral da AGSP/POG. Esse quantitativo foi identificado em 22 de março de 2007.
- 8 Foram consultados 125 prontuários, no entanto, como nestes havia muitas lacunas de preenchimento (em branco ou com informações prejudicadas) a apresentação dos quadros considerou apenas as informações válidas dos prontuários em que havia tais informações. Em razão da escolha de trabalhar apenas com as informações válidas, em alguns quadros o valor “N” se altera. Em suma, são apresentados a quantificação apenas das informações constantes no prontuário.
- 9 A Região Metropolitana (RM) de Goiânia abrange todos os municípios da área de conurbação da cidade, ou seja, encontro de áreas urbanas de municípios limítrofes. Ela foi instituída no ano de 1999, por meio da Lei estadual nº 27, de 30 de dezembro de 1999, incluindo na RM todas as cidades que fazem fronteira com o município de Goiânia (GOIÂNIA/SEPLAN, 2005; Moysés, 2004).
- 10 Goiânia foi dividida em onze regiões administrativas: regiões Campinas, Central, Leste, Mendanha, Noroeste, Norte, Oeste, Sudeste I, Sudeste II, Sul e Vale do Meia Ponte.
- 11 Não se deve deixar de considerar que este perfil foi pré-condição para a elaboração de critérios de acompanhamento psicoterapêutico posterior.

REFERÊNCIAS

- ALANEN, Leena. Estudos feministas/estudos da infância: paralelos, ligações e perspectivas. In: CASTRO, L. R. *Crianças e jovens na construção da cultura*. Rio de Janeiro: Nau, p. 69-92, 2001.
- ANDRADE, Rosires P.; GUIMARÃES, Ana Cecília P.; FILHO, Álvaro F.; CARVALHO, Newton S. de; ARRABAL, José S.; ROCHA, Denise M. da; MEDEIROS, Juarez M. Características demográficas e intervalo para atendimento

em mulheres vítimas de violência sexual. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, São Paulo, v. 23, n. 9, p. 583-587, out. 2001.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade do consumo*. Lisboa: Edições 70, 1995.

BEECH, Anthony R.; FISHER, David.; BECKETT, Richard. C. *Step 3: An Evaluation of the Prison Sex Offender Treatment Programm*. Londres: HMSO, 1998a. Disponível em: <http://www.homeoffice.gov.uk/rds/pdfs/occ-step3.pdf>. Acesso em: 28 set. 2006.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Congresso Nacional, 1990.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Plano nacional de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil: uma política em movimento*. Relatório do Monitoramento 2003-2004. Organização de Neide Castanha. Brasília: Ministério da Justiça/Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006a.

_____. Ministério da Justiça (MJ). Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). *Sistema penitenciário no Brasil: dados consolidados*. Brasília, DF, 2006b. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/depen>. Acesso em: 18 nov. 2006b.

_____. Ministério da Saúde. *Norma técnica, prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes*. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Divisão de Classificação Brasileira de Ocupações (DCBO). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Classificação Brasileira de Ocupações (CBO, 2002)*. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2006.

BRECKENRIDGE, Jan. An Exotic Phenomenon? Incest and Child Rape. In: _____; CARMODY, M. (org.). *Crimes of Violence: Australian Responses to Rape and Child Sexual Assault*. Sydney: Allen and Unwin, 1992.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. *Perspectivas antropológicas da mulher*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 23-62, 1985.

COSSINS, Annie. *Masculinities, Sexualities and Child Abuse*. The Hague: Kluwer Law Internacional, 2000.

DREZETT, Jefferson; BALDACINI, Iara; NISIDA, Isabela V. V.; NASSIF, Valéria C.; NÁPOLI, Patrícia C. Estudo da adesão à quimioprofilaxia anti-retroviral para a infecção por HIV em mulheres sexualmente vitimadas. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, São Paulo, v. 21, n. 9, p. 539-544, out. 1999.

FAÚNDES, Aníbal; HARDY, Hellen; OSIS, Maria José; DUARTE, Graciana. O risco para queixas ginecológicas e disfunções sexuais segundo história de violência sexual. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 153-157, abr. 2000.

FUNDO das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Organização Internacional do Trabalho (OIT); Oficina Internacional Católica de la Infancia (BICE); End Child

Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purpose (ECPAT). *First World Congress Against Commercial Sexual Exploitation of Children Report*. Estocolmo, 1996.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (Seplam). *Goiânia: divisão territorial e sócio-econômica*. Goiânia, 2005. (CD-ROM).

GOMES, Romeu. A violência enquanto agravo à saúde de meninas que vivem nas ruas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 156-167, 1994.

KRUG, Etienne G. et al. *The World Report on Violence and Health*. Genebra: World Health Organization, 2002.

LANCASTER, E; LUMB, J. Bridging the Gap: Feminist Theory and Practice Reality in Work with the Perpetrators of Child Sexual Abuse. *Child & Family Social Work*, v. 4, n. 2, p. 119-129, 1999.

LANDINI, Tatiana S. Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração. *Cadernos Pagu*, São Paulo, n. 26, p. 225-252, jun. 2006.

LOPES, Ione M. R. S.; GOMES, Keila, R. O.; SILVA, Benedito B. da; DEUS, Maria C. B. de; GALVÃO, Elisa Rosa de C. G. N.; BORBA, Daniele C. Caracterização da violência sexual em mulheres atendidas no projeto Maria-Maria em Teresina-PI. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetícia*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 111-116, mar. 2004.

MACAULAY, Fiona. Prisões e política carcerária. In: PAULA, Renato S. de L. L. (org.). *Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo o seu papel?* São Paulo: Contexto, p. 15-30, 2006.

MOYSÉS, Aristides. *Goiânia: metrópole não planejada*. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

PFEIFFER, Luci; SALVAGNI, Edila P. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, v. 81, n. 5, p. 197-204, nov. 2005.

PORTER, Roy. Estupro: será que ele tem um significado histórico? In: TOMASELLI, Sylvana; PORTER, Roy (orgs.). *Estupro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992. p. 207-226.

SCHWAEBE, Charles. Learning to Pass: Sex Offenders Strategies for Establishing a Viable Identity in The Prison General Population. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, Nova York, v. 49, n. 6, 2005. Disponível em: <http://www.periodicosapes.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2007.

SMIGAY, Karen L. V. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 32-46, jun. 2002.

TOMASELLI, Sylvana; PORTER, Roy (org.). *Estupro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992. p. 207-226.

VASQUES, Leandro D. *Capacitação profissional dos detentos do sistema penitenciário do estado do Ceará: possibilidade de adaptação dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT's) no estabelecimento, visando habilitar o egresso para o mercado de trabalho*. Recife, 2001. Dissertação (Mestrado em Direito Público) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos superiores*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WACQUANT, Lóic. *As prisões da miséria*. Lisboa: Celta, 2000.

WARD, Tony; POLASCHEK, Devon L. L.; BEECH, Anthony R. *Theories of Sexual Offending*. West Sussex, Inglaterra: John Wiley & Sons, 2006.

WEINBERG, George. *Society and the Healthy Homosexual?* Nova York: Saint Martin Press, 1972.

“TINHA PAVOR EM PENSAR QUE ALGUÉM PUDESSE DESCOBRIR”: O SENTIDO DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA PARA AUTORES DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Karen Michel Esber

INTRODUÇÃO

A ocorrência do fenômeno da violência¹ sexual contra crianças e adolescentes não é recente. Há relatos desse tipo de prática desde a Antiguidade (Demause, 1974) até a contemporaneidade.

No Brasil, tal violência começa a ter visibilidade apenas a partir da década de 1980 (Ferrari, 2002), o que, no meio acadêmico brasileiro, coincide com a luta que se trava pela defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, contempladas pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990.

Desde então, diversos estudos têm tido como foco principal o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes, abordando, prioritariamente, a vítima ou os progenitores não abusivos. O autor² de violência sexual aparece secundariamente, retratado por meio de perfis sociodemográficos (Azevedo e Guerra, 1988; Faleiros, 2003; Habigzang et al., 2005).

Neste texto, busca-se superar a forma tradicional como os estudos sobre violência sexual contra crianças e adolescentes têm abordado a questão. O autor da violência sexual é figura central de nossa análise.

As informações aqui apresentadas referem-se aos atendimentos psicoterapêuticos realizados no ano de 2006, por meio do programa *Repondo: Atendimento a Autores de Violência Sexual*, cujas atividades foram viabilizadas mediante o projeto “Ações de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil em Goiânia e na região metropolitana”,³ do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (CEPAJ), vinculado ao Instituto Dom Fernando (IDF), da Universidade Católica de Goiás (UCG).

Os atendimentos foram realizados graças a uma parceria que se estabeleceu entre a referida universidade e a Agência Goiana do Sistema Prisional (AGSP).

É importante ressaltar que, embora o material empírico oriundo de tais ações seja proveniente de sessões de psicologia clínica, a leitura que será realizada para fins deste texto possui cunho psicossocial, em sintonia com os preceitos teórico-metodológicos da teoria sócio-histórica de Vygotsky (1896-1934), que tem como pressuposto básico a noção de que todo fenômeno intrapsicológico foi anteriormente interpsicológico, ou seja, relacional. Essa premissa define a concepção de que toda psicologia é social por princípio.

Para tanto, foi utilizado o material empírico, obtido por meio do atendimento psicoterapêutico, e realizada uma pesquisa bibliográfica, em que se traçou um breve panorama sobre a forma como os estudos – tanto nacionais quanto internacionais – têm abordado o tema. Com o *Journal of Interpersonal Violence*,⁴ procurou-se ilustrar o modo como esse tipo de publicação tem abordado o autor de violência sexual, pela representatividade desse órgão de informação, dados os seus mais de vinte anos de publicação de artigos sobre o tema da violência. A análise abarcou os anos de 2001 a 2006 e estendeu-se aos estudos que tratavam também de autores de violência sexual contra mulheres.

Com vistas a uma maior compreensão das situações de violência sexual cometidas pelos dois sujeitos que fazem parte deste estudo, procedeu-se a uma pesquisa documental nos prontuários, dos mesmos, que foram gentilmente cedidos pela AGSP.

Propõe-se, neste texto, superar a dicotomia algoz-vítima, tão presente nas explicações da literatura nacional e internacional, uma vez que raramente encontram-se reflexões sobre o tipo de sociedade que produziu a subjetividade do “algoz”. Deve-se assinalar que, na maioria das vezes, as análises efetuadas focalizam a atenção em processos comportamentais individuais (Drapeau et al., 2004; Drapeau, 2006; Gray et al., 2003).

Realiza-se aqui, portanto, um questionamento acerca da lógica da patologização linear e da psicologização,⁵ conforme a literatura vigente (Egan et al., 2005; Kosson et al., 2006; Bogaerts et al., 2006). Segundo tal enfoque, desresponsabiliza-se o autor de violência (Azevedo e Guerra, 1988), imprimindo a ele a condição de doente mental ou psicopata. Por isso, realiza-se um contraponto a esse tipo de literatura normatizadora, porém, ressalve-se, sem ignorar a possível existência de aspectos psicopatológicos. Contrapondo-se a essa perspectiva hegemônica, Guareschi et al. (2006, p. 123) afirmam

que “não é mais possível considerar que a violência se esgota no campo individual. Propomos, portanto, entendê-la como práticas complexas, constituídas por diversos fatores, socialmente produzidos”.

Em análise das narrativas de três autores de violência sexual, Schmickler também aborda a questão societal na formação de tais indivíduos, dizendo que eles

[...] foram vitimados, antes de tudo, por uma violência estrutural, que injustamente os alienou de uma cultura de cidadania, na qual cada um deve ser colaborador e parceiro, com direitos e deveres e, também, desejos. Faltou-lhes alimento, foram excluídos da educação, da saúde, da habitação, e também do amor, do afeto, da compreensão, do acolhimento, “alimentos” nutridores impossíveis de serem comparados com dinheiro. (2006, p. 172)

Para Minayo (1994), a violência estrutural pode levar o indivíduo a aceitar ou perpetrar sofrimentos, como se eles fossem próprios da “natureza” humana:

Entende-se [a violência estrutural] como aquela que oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte. (1994, p. 8)

A constatação de que os sujeitos estão submetidos à violência estrutural – e, diga-se de passagem, são muitos no Brasil – não impede, no entanto, que eles tenham total responsabilidade pelos atos cometidos. A crueldade da violência sexual não se justifica. Contudo, perceber que a violência estrutural existe pode fornecer importantes subsídios para a compreensão da construção da violência sexual.

Dada a sua relação dialética e histórica com a sociedade em que vive, o homem não pode ser compreendido isoladamente. Nesse sentido, uma análise estritamente individual descontextualiza esse sujeito, naturalizando comportamentos que são sócio-historicamente constituídos.

A proposta que aqui apresento é de uma análise do fenômeno sob a ótica da psicologia social, diante da possibilidade de construção de um conhecimento que não realiza a cisão do homem com a história e a sociedade, mas sim estabelece uma relação dialética com o mundo social.

Em uma abordagem sócio-histórica, superam-se as formas dicotômicas de se apreender o sujeito, visto que esse tanto é modificado quanto é modificador de um sistema relacional. Ao mesmo tempo em que o sujeito é criado, também é criador, inserido que está em construções familiares, históricas, sociais e culturais. Com esse pressuposto teórico, o conceito de violência sexual perde sua noção estrita de perversidade/patologia individual para ser entendido em seu espectro social e histórico.

A abordagem sócio-histórica realiza uma ruptura com a explicação etiológica da violência como característica da “natureza” humana. No que concerne à explicação do homem enquanto ser histórico e social, Vygotsky assim se posiciona: “Estabelecer com exatidão que gostos, idéias e sensações vai ter o homem social em questão numa determinada época histórica não é deduzível da natureza do homem. Esta resposta só nos pode ser dada por uma interpretação materialista da história” (1999, p. 223).

Ao fornecer as bases para a compreensão da relação entre o individual e o social, Vygotsky (1991) mostra que o intrapsicológico está relacionado com o interpsicológico de forma dialética, reforçando o caráter social de formação da mente e superando a dicotomia interno/externo. Nesse sentido, destaque-se comentário de Molon acerca da relação entre o intra e o interpsicológico na obra de Vygotsky:

O processo de conversão de algo interpsicológico em algo intrapsicológico não acontece por mera reprodução, mas por reconstituição de todo o processo envolvido, no qual as funções psicológicas permanecem sendo “quase sociais”. Na natureza de toda a dimensão intrapsicológica, na gênese do fenômeno psicológico, estão originalmente as relações sociais. (2003, p. 98)

Trata-se de concepção que rompe definitivamente com a idéia vigente de que os autores de violência sexual seriam naturalmente agressivos e que o serão até a morte. Essa idéia, aliás, permeia o senso comum sobre o tema, e até mesmo a visão da própria psicologia, que relaciona tais subjetividades a uma determinado tipo de estrutura de personalidade – a psicopática ou esquizofrênica.

Com essas considerações iniciais, realizo uma tentativa de apreensão dos sentidos atribuídos, por autores de violência sexual sentenciados, à infância e à adolescência vivenciadas, enfatizando, sobretudo, dois temas, a família e a sexualidade, recorrendo-se, para isso, aos pressupostos teórico-metodológicos da teoria sócio-histórica de Vygotsky, como já mencionado.

A infância e adolescência aqui apresentadas mostram indivíduos submetidos a diferentes formas de violências, indivíduos cujas vidas são marcadas por toda ordem de exclusão – social, educacional, sexual, além de outras –, nas quais vigora uma cultura de desrespeito, de despreteção e de violação de direitos humanos, principalmente quando se trata de crianças e adolescentes. Esse adulto, tendo sido desrespeitado em sua infância e adolescência, também desrespeita a infância e a adolescência de outros, constituindo, assim, uma cadeia de perpetuação de violências.

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL E INTERNACIONAL SOBRE AUTORES DE VIOLÊNCIA SEXUAL: UM BREVE PANORAMA

A produção científica nacional sobre o autor de violência sexual ainda é incipiente.⁶ Identificaram-se dois estudos com intenções classificatórias da personalidade de autores de violência sexual (Esber, 2000; Baltieri, 2005); três estudos sobre a intervenção psicoterapêutica com esses sujeitos (Esber, 2005; Jesus, 2006; Vecina, 2002); uma produção com reflexões acerca das principais linhas epistemológicas que abarcaram estudos sobre autores de violência sexual (Neumann, 2006); um trabalho que tece considerações gerais sobre o pedófilo (Ferrari e Vecina, 2002); outro analisando características da pedofilia na mídia impressa (Landini, 2003); um artigo que discute as novas formas de erotização (Felipe, 2006); e, finalmente, um trabalho que se ocupou da subjetividade do autor de violência sexual (Schmickler, 2006).

Das dez produções nacionais mencionadas, apenas três trabalham com as falas dos sujeitos pesquisados (Esber, 2005; Jesus, 2005; Schmickler, 2006), o que demonstra que as pesquisas, em sua maior parte, falam sobre – e não com – autores de violência sexual.

No que se refere à literatura internacional, o panorama de pesquisas e publicações se altera. A quantidade de publicações encontrada reflete as preocupações da International Association for the Treatment of Sexual Offenders (IATSO),⁷ um movimento internacional de tratamento a autores de violência sexual que, no entanto, ainda possui pouca força no Brasil.

O *Journal of Interpersonal Violence*⁸ traz uma multiplicidade de temas relacionados à violência. Sobre a violência sexual, e mais especificamente sobre o autor de violência sexual, os temas são diversificados. Para fins deste texto, realizou-se um levantamento bibliográfico no referido periódico no período compreendido entre 2001 e 2006. Encontraram-se 35 textos abordando os autores de violência sexual, em sua maior parte produzidos

segundo os preceitos teórico-metodológicos da abordagem clínica da psicoterapia cognitivo-comportamental. Chama ainda a atenção a questão do paradigma quantitativo na elaboração de pesquisas, utilizado em grande parte dos artigos.

Em uma tentativa de sistematizar os referidos artigos, pode-se agrupá-los nas seguintes categorias:

- estudos sobre a avaliação da eficácia de programas de prevenção e de tratamento de autores de violência sexual, com um total de oito títulos: Gidycz et al., 2001; Bickley e Beech, 2002; Friendship et al., 2003; McGrath et al., 2003; Looman et al., 2001; Abracen e Looman, 2005; Schweitzer e Dwyer, 2003; Doren, 2004;

- textos que se ocupam da investigação da infância de autores de violência sexual: Loh & Gidycz, 2006; Simons, Wurtele & Heil, 2002; Lussier, Beauregard, Proulx & Nicole, 2005;

- três estudos são pesquisas para verificação ou validação de algum tipo de escala psicométrica: Edens, 2001; Schneider e Wright, 2004; Gannon, 2006;

- discussões sobre as taxas de reincidência da violência sexual, contabilizando três estudos: Looman et al., 2005; Hanson, 2002; Serin et al., 2001;

- textos que estudam padrões de comportamento de autores de violência sexual, num total de três textos: Drapeau et al., 2004; Drapeau, 2006; Gray et al., 2003;

- textos que analisam o papel do álcool no cometimento da violência, perfazendo dois estudos: Abbey et al., 2003; Brecklin e Ullman, 2001;

- textos que tentam identificar as chamadas “teorias implícitas” de autores de violência sexual, num total de dois estudos: Beech et al., 2005; Beech et al., 2006;

- publicações que revisam os desenvolvimentos teóricos na área de ofensas sexuais nas duas últimas décadas, com dois artigos: Abracen e Looman, 2005; Abbey, 2005;

- textos que verificam os padrões de relacionamento interpessoal de ofensores sexuais, também com dois artigos: Marsa et al., 2004; Baker e Beech, 2004;

- os outros textos possuem temas variados e menos recorrentes: um faz comparações entre amostras de autores de violência sexual com outros grupos (Craissati e Beech, 2004); um outro estuda o processo da ofensa sexual (Polaschek et al., 2001); um ainda investiga as distorções cognitivas de

quatorze religiosos que abusaram de crianças (Saradjian e Nobus, 2003); outro faz uma análise dos motivos para abusar sexualmente (Hartley, 2001); um outro realiza uma pesquisa na mídia para analisar os ofensores sexuais da internet (Alexy et al., 2005); mais um verifica a conexão entre sexo e poder em ofensores de crianças (Kamphuis et al., 2005); e um último texto examina as características tanto de mulheres idosas vítimas de homicídios sexuais quanto de seus ofensores, por meio da análise da cena dos crimes (Safarik et al., 2002).

Como se pode notar, o *Journal of Interpersonal Violence* apresenta uma multiplicidade de temas relativos ao autor de violência sexual. O tema mais recorrente no levantamento realizado é o da investigação de programas de prevenção e tratamento de autores de violência sexual.

Ainda de acordo com o levantamento, os textos que se ocupam da infância de autores de violência sexual no *Journal* são apenas três, apesar da indiscutível relevância de tais estudos para a compreensão da subjetividade dessa população. Loh e Gidycz (2006) investigaram a ocorrência de violências sexuais na infância e a relação que se estabelece com a perpetração de violência sexual. Simons et al. (2002) fazem uma avaliação entre a vitimização na infância e o risco de ofender sexualmente crianças e mulheres. Já Lussier et al. (2005) investigam a relação entre fatores desenvolvimentais e preferências sexuais desviantes em autores de violência sexual contra crianças.

Traçando-se um panorama geral sobre os estudos apontados neste breve levantamento, podem ser indicados três aspectos fundamentais. O primeiro é o de que há um caráter eminentemente quantitativo, normatizador e patologizante dos autores de violência sexual. São pesquisas que, em sua maior parte, padronizam o indivíduo, medindo suas características por meio de escalas e questionários. Em segundo lugar, percebe-se uma carência de estudos que investiguem a infância e a adolescência de autores de violência sexual. Por último, há ausência de estudos em psicologia social sobre o autor de violência sexual – tanto na literatura internacional quanto à nacional. Justifica-se, assim, a importância de uma perspectiva teórica e metodológica diferente para o tema.

A psicologia social pode contribuir para o debate teórico, por meio do aprofundamento da compreensão de como os sujeitos que abusam sexualmente de crianças e adolescentes constroem suas condutas violentas, em um processo dialético, considerando-se, como já foi dito, que o indivíduo transforma e é transformado pelas condições sócio-históricas.

HISTÓRIAS E VERSÕES

Thiago (nome fictício): 40 anos, pardo, amasiado, estudou até a segunda fase do ensino fundamental. Era ajudante de pai-de-santo ao tempo da prisão e responde por um processo judicial pelo crime de atentado violento ao pudor (art. 214). Foi acusado de ter abusado de um adolescente de 14 anos, do sexo masculino, não havendo nenhum grau de parentesco entre eles.¹⁰

No decorrer dos atendimentos psicoterapêuticos, relata ter sido a vítima que o “seduziu”, uma vez que o adolescente já praticava atos homossexuais anteriormente. Afirma que o adolescente foi quem iniciou a relação sexual.

Geraldo (nome fictício): 50 anos, branco, solteiro, ensino médio incompleto, comerciante, responde por um processo judicial pelo crime de atentado violento ao pudor (art. 214) cometido com presunção de violência (vítima menor de 14 anos). Foi acusado de ter abusado de uma criança de 9 anos do sexo masculino e de um adolescente de 13 anos, também do sexo masculino. Também não havia nenhum grau de parentesco entre eles.

No processo psicoterapêutico, Geraldo admite ter abusado de vários adolescentes. Contudo, nega veementemente o abuso da criança de 9 anos, como consta de seu prontuário.

No que diz respeito à análise das duas categorias – a família e a sexualidade – que emergiram das falas dos sujeitos, consideradas importantes para a compreensão dos sentidos atribuídos à infância e à adolescência, faz-se uma separação meramente didática entre elas, visto que são intimamente entrelaçadas. É importante novamente ressaltar que, embora o material a seguir mencionado seja oriundo de sessões de psicoterapia, a análise que aqui se propõe é psicossocial, seguindo os preceitos teórico-metodológicos da teoria sócio-histórica de Vygotsky.

“Ele não demonstra carinho, cria os filhos assim, igual estar criando, assim, um monte de animais” (Thiago): a família na infância e adolescência

Os estudos sobre as características e formas de organização das famílias dos autores de violência sexual ainda são bastante incipientes. Esber (2005), por exemplo, afirma que os estudos existentes sobre as famílias desses sujeitos geralmente são feitos a partir de seus próprios relatos. Outros estudos

abordam a organização familiar de autores de violência sexual, tentando apreender se houve ou não uso de violência sexual, física, emocional ou negligência por parte dos familiares (Stanley e Goddard, 2004; Stirpe e Stermac, 2003).

Para Stirpe e Stermac (2003), os “distúrbios” na família de origem produzem dificuldades com o sistema de vinculação e estão relacionados à posterior vitimização. Já Stanley e Goddard (2004) constataram que a violência mais comum nessas famílias é a violência física (78%), vindo logo em seguida a violência verbal (72%) e, depois, os comportamentos ofensivos ligados ao álcool e às drogas (44%). A questão da violência sexual aparece em um terço (33%) das famílias.

Em sua fala, Thiago faz referência à questão da violência física perpetrada na família, pois foi uma constante na sua infância:

Quando eu era pequeno, meu pai, ele era muito nervoso, meu pai batia. [...] Batia, né? A gente fica com aquilo assim, aquela revolta, aquela, aquela mágoa, né? E eu já não quero passar isso pros meus filhos. [...] Eu vivi isso aí. Eu fiquei muito revoltado com o meu pai, porque eu apanhava, minhas irmãs também. Revoltaram-se muito com ele. Ele era durão. Minha mãe já não batia tanto.¹¹

Quando fala da família, Thiago se refere, na maior parte das vezes, ao pai. Assinale-se que, quando criança, Thiago conviveu com o alcoolismo tanto do pai quanto da mãe.

A questão do alcoolismo, também analisada por Stanley e Goddard (2004), é recorrente na fala de Thiago:

Aí o que acontece? Aí meu pai já bebia um pouquinho, ele tomava uns goles, aí começou a beber mais e mais. Muito mesmo. Beber, beber. Meu pai começou a fazer, mexer com aquele negócio de cheque, aquela coisa, e aquilo foi dando errado e ele foi quebrando, quebrando, até acabar com tudo que ele tinha.

Além da violência física sofrida e da questão do alcoolismo vivenciadas na família, Thiago também relata ter presenciado cenas de violência conjugal em sua infância:

É, não tratava ela como esposa, né? Ele tratava ela como um objeto. Brigava com ela, queria bater nela. Precisa ver. Tinha vez que ele queria bater nela, a gente entrava no meio, ele xingava ela de tudo quanto é nome,

nossa! Chegava bêbado, ela chorava, chorava. Aí quando pensava que não, cedo ela saía, tava tonta, já de repente.

Diversos autores (Marsa et al., 2004; Baker e Beech, 2004; Drapeau, 2006) constataram que famílias de autores de violência sexual possuem baixos níveis de cuidados maternos e paternos. Drapeau (2006) enfatiza que há, para com os pais, um desejo de proximidade, de intimidade e conforto nos autores de violência sexual, mas que os pais respondem a essas necessidades com rejeição, oposição e dominação. A falta de afeição paterna foi assim registrada por Thiago:

Ele não demonstra carinho, cria os filhos assim, igual estar criando, assim, um monte de animais, sei lá. Não tá nem aí, não beija, não abraça, nem nada. Mas só que a gente sentia que ele tinha amor, também tinha amor, ele tinha assim aquele cuidado, né? A minha mãe já era mais carinhosa.

Geraldo pouco se referiu ao tema das vivências familiares no decorrer dos atendimentos psicoterapêuticos. Ele foi criado por sua avó e por duas tias, uma vez que seus pais biológicos haviam delegado a elas tal atribuição. Quando entrava de férias, a avó o levava para visitar seus pais. No decorrer dessas visitas, Geraldo presenciava as brigas do casal. Seu pai utilizava inclusive de violência física para com sua mãe. Também na vida de Geraldo há histórico de alcoolismo do pai: “Eles brigavam muito. Ele bebia muito e batia nela. Então, eu ia com minha vó visitar a fazenda na época das minhas férias escolares.”

Tendo ocorrido a separação dos pais, o avô de Geraldo foi quem assumiu o papel de pai. Com a morte do avô, Geraldo não tinha nenhuma figura masculina dentro de casa, pois morava com a avó e duas tias. A ausência de tal figura foi mencionada por Geraldo diversas vezes durante o processo psicoterapêutico, tendo sido considerada por ele um fator importante na formação de sua personalidade:

Agora aqui, 4, 5 anos, [...] uma coisa que eu lembro é a morte do meu avô. Eu presenciei, ele... meu avô... ele era o meu pai, tá? Porque, lembra que eu te contei que minha mãe casou muito nova, meu pai meio irresponsável, meu avô falou: “Perai, é um filho homem, então eu vou criar.” Pegou eu pra criar. [...] Mas lembro também o dia que ele pôs a mão no coração, caiu, que foi a hora que ele faleceu, porque ele teve um ataque cardíaco. [...] Quando eu lembro dessa infância, que é a primeira infância, vamos dizer assim, eu lembro disso aí.

Geraldo não faz referência a sua vida familiar na época da adolescência no decorrer do processo psicoterapêutico.

Como se nota, ambos os sujeitos descrevem relações não satisfatórias com os pais. Essa condição familiar, também estudada por Hartley (2001), demonstra haver um espaço de rejeição emocional, de violência física e de falta de cuidados afetivos.

Ressalve-se que, com tais análises das relações familiares, não se pretende responsabilizar as famílias pela violência sexual cometida pelos sujeitos. Contudo, mediante a compreensão, como anteriormente dito, de que a família é o *locus* privilegiado de formação dos indivíduos, sua análise torna-se primordial para o reconhecimento da constituição do sujeito.

“Aquilo era um segredo que [...], eu morria vergonha, de medo daquilo ali”: a sexualidade na infância

Uma das características mais marcantes da sexualidade dos sujeitos pesquisados é a condição de exclusão norteadora das experiências sexuais na infância. Os fragmentos de textos, a seguir, apresentam a lógica de uma sexualidade que se configurou como vergonhosa, rodeada por receios e exclusão, tanto para Geraldo como para Thiago. Obviamente, em tais extratos de fala não se encontram as justificativas para a ocorrência da violência sexual, mas elas ajudam a explicar a construção de uma sexualidade conflituosa desde a infância.

Thiago relata que desde criança sente desejos sexuais por homens. A questão do desejo homossexual era mantida em segredo por ele, porque tinha vergonha do que sentia. Contudo, sua orientação sexual não era somente homossexual, mas também bissexual, o que gerou confusão em Thiago, no que diz respeito à administração de sua sexualidade na infância:

Era lindo. Era muito bonito aquilo ali. E mulher, eu sentia também. O que eu sentia por eles, entendeu? Eu ficava com a cabeça completamente desnortada. Eu não sabia se eu olhava pros rapazes ou pras moças. Isso me deixou com a cabeça [...] precisa ver.

Segundo Thiago, manter sua homossexualidade em segredo durante toda sua infância e adolescência significou experienciar sentimentos de vergonha, tristeza e medo.

É, mas só que eu, eu, é, eu guardava aquilo, né? Aquilo pra mim era trancado. Aquilo era um segredo que [...], eu morria de vergonha, de

medo daquilo ali. Eu não podia, jamais eu queria que minha mãe soubesse ou meu pai uma coisa daquela, né?, um gosto daquele. Meus amigos, né? Tinha muitos amigos, né? [...] Nossa, o meu irmão é supermachista. Nossa! Quando ele soube de uma coisa dessa [...], nossa, precisa ver. É uma coisa horrível.

Havia o medo de ser descoberto, principalmente pela sua família:

Aí, às vezes, eu ia saindo pra algum lugar na rua, fazer qualquer coisa, minha mãe e meu pai estavam no portão, né? Iam no portão da casa e ficavam me olhando eu saindo. E eu caminhando. Aí eu achava que até o meu andar tava diferente. Falava: “Meu Deus! Será que eles tão percebendo o meu andar? Será que eu tô com um andar feminino, alguma coisa assim?”

Ao ser questionado sobre a primeira relação sexual, Thiago se refere a brincadeiras de criança com colegas da mesma idade:

Brincava com os menininhos [...]. Contatos íntimos sexuais infantis, nós brincando. [...] Sempre com os meninos [...]. Nós ficávamos brincando e sempre tinha essas, esses contatos. Eu nunca esqueci. Ah, pegava um no outro, fazia um carinho, e “faz de conta que você é minha mulher”, brincando. “Tá bom. Depois você é a minha mulher”, aquela coisa, né? [...] É. Isso. Até beijo na boca saía. [...] Masturbava, já começava com aquela sensação de masturbar, beijava na boca, fazia não sei o quê, aquelas bobearas, coisa que eu não esqueci. [...] O primeiro foi esse. Eu não tive outros contatos sexuais, aí nessa fase aí. [...] Tinha tudo. [...] Tudo, beijo na boca, sexo oral e até... [anal também?] Também [risos], também.

Nesse trecho, pode-se apontar uma questão importante para a compreensão do sentido de sexualidade que Thiago apresenta: considerar as brincadeiras infantis de cunho sexual como “relação sexual”. Isso talvez mostre que Thiago imprime um caráter de maturidade à sexualidade infantil, o que poderia ser um dos fatores que facilitam o cometimento de violência sexual. A percepção de crianças e adolescentes como sexualmente amadurecidos pelos autores de violência sexual é apontada por Habigzang et al. (2005), além de Craissati e Beech (2003), ainda que em seus estudos esses autores abordem a percepção de autores de violência sexual em relação às suas vítimas, e não a construção histórica dessa percepção, o que requer, no mínimo, uma certa prudência quanto a essa interpretação teórica.

Ainda relatando sua primeira relação sexual, Thiago conta sobre um adolescente que estava presente na “brincadeira”, demandando que as crianças o masturbassem.

Aí teve uma vez que apareceu um [...] rapaz, eu lembro, um rapaz grande, rapaz assim de uns, nós tínhamos sete anos... [...] O rapaz tinha uns dezesseis anos, mais ou menos. [...] ele tirou o pênis dele pra fora e falou assim: “Vem aqui e pega.” E aí nós tudo: “Uai? Ah, vamos pegar, né?” Aí pegamos no pênis dele e masturbamos ele, pra você ver, que coisa esquisita. Nós éramos pequenininhos nesse tempo. [...] Os três, e eu fiquei, era uma coisa, pra mim era uma coisa, divertida aquilo ali. [...] Eu, eu gostava, eu tava, eu fiquei, assim tipo, eu achava aquele menino, um dos meninos que era amigo meu, lindo demais, eu achava uma coisa linda, linda, linda, linda. [...] É, pra mim era meu, meu, meu, meu namorado, minha namorada, sei lá, eu não sabia o que era aquilo. [...] Beijava na boca, beijava, beijava até a boca inchar. Ichi, e ele beijava e masturbava, nossa. Que coisa boa, né? [risos]. Que coisa esquisita, eu acho tão engraçado. Masturbamos ele lá e ele foi embora, eu não vi esse rapaz mais. [...] aquilo era coisa de moleque, brincadeira à-toa.

Nota-se que, apesar da diferença de nove anos na idade das crianças e do adolescente, a situação vivida por Thiago não foi entendida como uma violência sexual. Como ele mesmo diz, foi uma coisa “esquisita”, “uma coisa divertida”, “brincadeira à-toa”, o que talvez indique um processo de banalização da violência sexual.

Já na adolescência, Thiago relata que teve poucos relacionamentos, certamente porque sentia maior atração sexual por garotos do que por garotas, ainda que seu irmão e amigos sempre o incentivassem a ter relacionamentos com meninas. Uma vez que a questão da bissexualidade era mantida em segredo, Thiago preferia afastar-se de contatos íntimos na adolescência.

E uma descrença assim, parecia que eu tava descrente de tudo na vida. Eu não tinha ânimo [...] que os rapazes adolescentes têm pra namorar. Entendeu? “Eu vou te apresentar uma menina linda, gatinha, não sei o quê”, o cara fica alegre e vai, né? Eu falava: “Tsu. Ah, não vou não.” Não ia mesmo, não namorei nada, precisa ver, não namorei nada.

Em outro momento de sua fala, a questão da bissexualidade também fica evidente. Thiago mostra o seu sofrimento por querer ser heterossexual para agradar a família e não conseguir:

E muitas vezes eu já saí com o meu irmão [...] quando eu era bem mais novo, assim, pra festa, pra esses lugares assim, e o ambiente, só pra agradar ele, entendeu? Eu me comportava, eu, eu fingia, eu fazia uma [...], eu dramatizava uma pessoa que eu não, não era, entendeu? [...] Meu irmão... [ri], ele é muito mulherengo, né? Muito machista, machão, aquela coisa, e eu também fingia que era machão. Pra agradar ele. Me sentia tão mal. E eu, eu fingindo aquilo ali pra agradar ele, mas eu tava sentindo [...], eu tava fingindo e sentindo que eu [...] não tava conseguindo convencer ele. Ele tava vendo que eu tava fingindo, entendeu? E me sentia mal, porque eu não conseguia fingir direito. [riso] Nossa!

Quando relata seu primeiro relacionamento sexual com uma mulher, Thiago mostra o quão desprazerosa e tensa foi a relação. Na época, Thiago tinha 14 anos, e a parceira, aproximadamente, 25 anos.

Eu pensava assim muito em, em homem, eu via os homens bonitos, aquela coisa e tal. Nossa, não consegui nada com essa mulher. [...] Não consegui ter relação. [...] Foi horrível. [...] Ai os coleguinhas falavam assim: “Oh, ela quer que você vá. Vai bobo, deixa de ser bobo, ou você não é homem, não?” Aquela coisa. [...] Ai ela falou pra mim, eu falei pra ela assim: “Não fala nada pros meus colegas não, que... que eu tô nervoso, não sei se foi a bebida, alguma coisa. Fala nada não, fala que aconteceu.” [...] Ai, depois: “Deu certo?” Eu falei: “Deu, ei, como deu. Deu certo.” Deu nada certo. De tanto eu ter me influenciado com isso lá, os negócios dos menino, né? Aquela coisa, aquele [...] forçada, porque eu não podia dizer: “Não vou” e meus colegas: “Vai, ó lá, não é possível que você vai deixar perder essa. Você é homem ou não é? Cara, pelo amor de Deus!” [...] Porque adolescente que não consegue uma relação, eles podem chamar até de, na época, eles iam falar assim: “Ah, você parece que é gay, você parece que não gosta. Ah! não, cara.” Eles ficam, eles ficam com vergonha, eles ficam com vergonha pela gente? Eles, entendeu?

Posteriormente, Thiago relata a primeira relação sexual em que se considera adulto. Trata-se de uma relação homossexual, que representou um marco na assunção da homossexualidade enquanto orientação sexual. É interessante notar que, apesar de se considerar um adulto, naquela época ele tinha aproximadamente 16 anos de idade. Isso talvez reflita um caráter de permissividade à precocidade da sexualidade adolescente.

Aí veio a primeira relação adulta, eu me considerando adulto, né? [...] um rapaz na rua. [...] Ele tinha uma faixa de quê? Uns 17 anos, 18 anos, por aí. [...] sei que aí não era feio nada, achei bonito também. Ai chegou

lá, começou aquilo lá e acabou aquela relação, né? E teve aquela relação. [...] Agora esse eu já fui pra conhecer, né? Segundo eu, pra conhecer. Aí, né? Ele muito carinhoso, aquilo tudo, muito bonito, muito lindo, tudo que pensar ele era. Aí me dei bem na relação, foi do jeito que ele queria e eu fiz, fiquei satisfeito, alegre. [...] Aí depois já conheci, encontrei com ele várias vezes, várias vezes depois, eu ia lá, até dormia lá nesse barraco com ele, né? Depois conheci outras pessoas, o mundo *gay*, vários *gays*, vários.

No que diz respeito às experiências sexuais na infância, Geraldo relata que teve “brincadeiras” sexuais, assim como Thiago. Contudo, não considera tais experiências como sexo, como Thiago o faz, pois imprime a elas um caráter mais lúdico.

E... não tive aqui assim... tive experiência sexual aqui. [...] com 8, 9 anos... com menina e com menino, da mesma idade. [...] E não foi sexo penetrante. Foi aquilo que a gente pensava que era sexo na idade, quando era menino. Entende? É, acariciar, brincar de casinha... aqueles negócios mais assim.

Assim como a de Thiago, a orientação homossexual de Geraldo também foi mantida em segredo por toda a infância e adolescência. É importante notar que tanto a família de Geraldo como a de Thiago sabiam da orientação sexual de ambos. Contudo, tratava-se de um assunto sobre o qual não se discutia.

[A mãe] falou: “Geraldo, nós sempre soubemos, mas nunca tocamos no assunto com você.” [...] “Ah, sua vó teve uma participação nisso aí, meu filho, eu lembro que, quando você era bebê... porque mamãe só foi acostumada com meninas mulheres. Então, bebê tem ereção. Aí ela: ‘Que é isso! Larga de ser sem-vergonha’, pegava e batia.” Entende?

É importante registrar que tais falas marcaram Geraldo no sentido de ter acreditado nos discursos das pessoas de sua referência quando criança.

O meu tio [...]. Eu escutei ele falando com a minha vó, brigando com minha vó: “Ó, o Geraldo é... a senhora cria o Geraldo de um jeito como se fosse menina, depois cresce, vira viado!” [...] Mas é um negócio que eu ainda lembro, que ficou dentro de mim, assim... Mas aquela conversa dele também foi boa pra mim.

Nos atendimentos, Geraldo enfatiza reiteradamente o fato de ter sido criado em uma família predominantemente feminina. Inúmeras vezes também se reporta à falta de uma figura masculina dentro de sua casa, sobretudo no que concerne à figura paterna. Hartley (2001) afirma que os sujeitos de sua pesquisa, autores de violência sexual incestuosos, desprezaram pouca ou nenhuma relação com seus pais. É interessante notar a maneira como Geraldo relaciona essa condição com a sua sexualidade.

A minha infância... por eu ser criado junto com as mulheres tudo. Minhas tias. Os meninos me chamavam muito, e aquilo ali ficou gravado em mim: “Seu mariquinha! Mocinha”, né?... Então aquilo ali, com o tempo, você passa a acreditar que você é aquilo mesmo.

As vivências da sexualidade tanto de Geraldo como de Thiago mostram como a sexualidade foi se constituindo de uma forma marginalizada e humilhante, em que a homossexualidade e a bissexualidade são concebidas como orientações sexuais carregadas de preconceitos e moralismos, em uma sociedade homofóbica na qual o “normal” é ser heterossexual. Como aponta Chauí (1991), a questão da homossexualidade não é tratada somente como uma “doença”, “disfunção” ou “perversão”, mas sim quase como uma “coisa”. A homossexualidade, segundo essa autora, é socialmente reprimida, pois insere-se em uma sociedade em que qualquer prática sexual que não tenha finalidades procriativas, como masturbação, homossexualidade, sexo oral, anal, etc., é discriminada.

Lendo uma carta que escreveu para outra pessoa no atendimento psicoterapêutico, Geraldo assim descreve os seus sentimentos acerca da (homo)sexualidade:

Na minha infância e pré-adolescência, sempre fora muito vergonhoso com relação a assuntos sobre sexo e às vezes até condenava meus colegas, que abertamente falavam termos pejorativos, que xingavam alto nomes feios, enquanto gesticulavam com gestos obscenos. Aquilo me envergonhava. Minha educação era outra. De uma forma que eu até cheguei a me julgar diferente. Comecei a acreditar que no fundo eu era mesmo uma mocinha, um mariquinha. E isso vai cauterizando, você vai acreditando... e aí vem aquela experiência homossexual. Aí vem depois aquele, aquele medo de você... eh, de ter de se aproximar de uma moça. Aí eu fui crescendo, me enturmando, fazendo amigo. Mas sempre carregava dentro de mim uma insegurança muito grande com relação às meninas, com relação às mulheres. Não tinha confiança em mim mesmo.

Eu me julgava muito delicado pra tratar com elas como os outros rapazes tratavam, né? Eu não era um cara pra frente, como se dizia na época. Creio, hoje, que eu comecei a acreditar que eu era diferente. Que não era homem suficiente pra amar, fazer sexo e conviver com uma mulher. Então eu fui ouvindo, cauterizando na minha mente, montando na minha mente, de acordo com aquilo. E eu fui acreditando...

Outro fator importante a ser destacado é a dificuldade de relacionamento com meninas, posteriormente com mulheres. Ambos, Geraldo e Thiago, relatam dificuldades nas relações sexuais com mulheres. A dificuldade de autores de violência sexual em se relacionarem com mulheres adultas foi apontada por Hartley (2001), assinalando-se que os sujeitos estudados por ela relataram que se sentiam menos rejeitados por crianças do que por mulheres. Deve-se, contudo, ter prudência diante de tal consideração, uma vez que sua pesquisa discute os resultados de autores de violência sexual incestuosos de orientação heterossexual, e os sujeitos deste texto são autores de violência sexual extrafamiliar, de orientação homossexual.

Geraldo considera-se em “atraso” no que diz respeito à administração da sexualidade na adolescência, por não se interessar por práticas sexuais – no caso a masturbação – pelas quais seus colegas já se interessavam.

Nessa idade de 13, 14 anos, eu estudava muito, ia muito pra aula. Não tinha interesse por sexo. Acho que era mais criança, que gostava de brincar de caubói, de correr, de carrinho de rolamento. Então, masturbação por enquanto, nessa época aqui era muito pouca. Que eu me lembre, muito pouca. Eu acho que a gente... eu não sei se é um retardamento mental, porque, veja bem, eu tinha colega de 12 anos, e eu tava com 14, e o colega de 12 já falava assim: “Vamos pro lote masturbar” e tal. E eu: “Não, não... que é isso? Não gosto desse trem ainda não...” [...] Eu gostava mais de brincadeira de 10, 11 anos, apesar de estar com 13, né? Alguma coisa me prendendo.

Assim como Thiago, Geraldo também relata o medo do julgamento das pessoas no tocante a homossexualidade. “Tinha pavor em pensar que alguém pudesse descobrir esse lado homossexual que despontava em minha vida, me invadindo, me fazendo sentir como a pior das pessoas”.

Em um texto sobre os segredos de homossexuais, Sanders (1994) afirma que o segredo da orientação homossexual difere dos outros segredos, pois tem uma característica peculiar, que é a questão de dizer respeito à essência de uma pessoa. Além disso, a autora aponta efeitos de uma cultura em que há preconceito e discriminação:

Ser *gay* ou lésbica em uma cultura homofóbica e heterossexista pode amparar um segredo sobremaneira potente e deletério. Este não é apenas um segredo sobre um fato, um evento, o acobertamento de um período de tempo, ou de um relacionamento passado, mas é o acobertamento da essência de uma pessoa, daquilo que convida esta pessoa a juntar-se à raça humana – a necessidade de afiliar-se, embora com pessoas do mesmo sexo. (1994, p. 242)

Geraldo relata que foi aproximadamente aos 15 anos que teve a primeira experiência homossexual consensual. Foi com essa idade também que Geraldo sofreu violência sexual. Essa última experiência, segundo ele, foi-lhe maléfica, por trazer conseqüências negativas em sua vida. Em outros momentos, relata que a violência sexual sofrida o influenciou no que diz respeito à violência sexual cometida.

Apareceu um estranho no cinema. Foi um... é... e houve umas influências negativas na minha vida com relação a esse homem. Esse homem era um pederasta. Eu tinha o quê? Quinze pra dezesseis anos, e ele, uns 45, não sei. Ele sentou do meu lado. [...] ele pegou e tocou o braço dele assim também. Eu tirei meu braço. Eu lembro a primeira vez. Parece que não... parece que foi ontem. Ele tirou... ele tinha um casaco de frio, um que ele cobria, de frio. E pôs assim, e por baixo ele levou a mão por baixo e encostou na minha perna. Aquilo me deixou... na primeira vez que aconteceu, que foi mais de uma vez... Você sabe o que é você ficar preso, você querer levantar e não dar conta de levantar? A sensação era de vontade de correr, de sair, porque ele começou a me alisar. Me alisando até chegar onde ele queria, né? E você querendo sair, e tá preso porque ali tava te trazendo uma ereção, ou alguma sensação boa, né? E ali, me encostou e eu fiquei algum tempo esperando. [...] Que eu vi que a mão dele tava correndo, eu apavorei, eu levantei e saí do cinema e corri até em casa. Fiquei assustado.

Paradoxalmente, Geraldo sentia curiosidade pela situação abusiva, a ponto de voltar outras vezes ao mesmo local com o intuito de encontrar a pessoa que dele havia abusado.

Mas aquilo ali ficou marcando. Aquilo ali foi uma experiência que eu queria que voltasse e acontecesse. Então, no meu íntimo, eu não queria, mas queria que voltasse a acontecer. E eu voltei. Eu sempre freqüentava o cinema. Aí, ele não apareceu. Eu esperei um dia, mas outro dia ele apareceu de novo. Aí nesse dia eu deixei ver o que ia acontecer. Entende? Aí ele... não falava nada. Eu também não falava nada. Só... aquela coisa

ali. Até uma... Meu Deus do céu! Até hoje isso mexe, né? E... aí, quase no fim do filme, ele falou assim: “Vamos lá perto do campo do time X.” E eu falei: “Então, tá. Eu vou sair primeiro.” Eu falei pra ele: “Eu vou sair primeiro.” No que eu saí primeiro, vup! Corri pra casa. Deixei ele lá e nada. Aí, eu fiquei... eu parei até de freqüentar aquele cinema por muito tempo, né? E eu comecei a freqüentar outro cinema maior.

Pesquisas têm sugerido que a ocorrência de violência sexual durante a infância e a adolescência possui conexão com sua perpetração na fase adulta (Lee et al., 2002). São as teorias “vítima a vitimizador”, segundo as quais a criança não consegue ressignificar o trauma vivenciado e atua violentamente, como forma de resolução do conflito gerado pela violência sofrida. Em um estudo com 188 autores de violência sexual sentenciados, Simons et al. (2002) encontraram uma proporção de 70% de ocorrência de violência sexual e de 43% de pessoas que haviam sofrido violência física na infância. Stirpe e Stermac (2003) constataram que 60,6% dos 33 autores de violência sexual pesquisados reportaram contatos sexuais abusivos até a idade de 14 anos. Segundo ainda esses estudiosos, autores de violência sexual contra crianças reportaram mais violência sexual do que os dois outros grupos estudados (ofensores violentos e não violentos).

Vários autores, no entanto, apontam que nenhum fator, por si, prevê a ocorrência de violência sexual. Prova disso é que existe uma porcentagem de pessoas que não relata ter sido vítima de violência sexual na infância e que abusa sexualmente. Ou inversamente, uma porcentagem de pessoas que foi sexualmente abusada na infância e que não se tornou autora de violência na fase adulta.

A literatura reconhece, no entanto, que as violências física e sexual na infância são fatores importantes para a perpetração da violência sexual na fase adulta, ainda que o relevo dado a esse fator não implique uma condição de linearidade. Stirpe e Stermac (2003), por exemplo, afirmam que a relação entre a vitimização de um autor de violência sexual e as ofensas atuais é mais complexa do que uma relação de causa-efeito.

Geraldo indica, em outro momento psicoterapêutico, que até pouco tempo ficava sexualmente excitado quando lembrava da situação abusiva que sofreu. Talvez a violência tenha sido significada por ele como uma hipersexualização das relações sexuais. Dhawan e Marshall, citados por Simons et al. (2002), sugeriram que a experiência de violência sexual tem o efeito de sexualização dos homens, e que isso, de alguma maneira, os encoraja

à procura de intimidade por meio de um comportamento sexual violento, perpetrando a violência a que foram submetidos. “Antigamente, isso aqui era motivo de eu ter ereção, de lembrar daquele sujeito me acariciando, me tocando, entende? Era um sentimento bom.”

Outros estudos sobre a sexualidade de autores de violência sexual são necessários para que se possa dar maior atenção a um dos componentes mais importantes da violência sexual. Analisar retrospectivamente a configuração dessa sexualidade fornece elementos para a compreensão das formas pelas quais ela se constituiu, pois, segundo Schmickler, a “verdade é que ninguém nasce agressor sexual. Sabemos que as contingências da vida de uma pessoa podem gestar e potencializar possibilidades” (2006, p. 41).

É importante enfatizar que, diferentemente do que diz o senso comum, a orientação homossexual dos sujeitos pesquisados não é definidora da ocorrência de violência sexual contra crianças. Como se notou, as falas dos dois sujeitos mostram elementos da construção de sexualidades violadas, marginalizadas, sexualidades repletas de medo, vergonha, confusão, cujo contexto permite concluir que a violência sexual vem, para estes sujeitos especificamente, como uma continuidade da administração de uma sexualidade socialmente reprovável. Em outras palavras, quando adultos, Thiago e Geraldo mantêm o caráter de marginalidade historicamente construído de suas sexualidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência sexual reúne duas questões fundamentais que são de particular dificuldade para a sociedade: a violência e a sexualidade. Tem-se conseguido falar sobre a violência, em virtude da proporção alarmante que esse fenômeno alcança atualmente. Infelizmente, sobre a sexualidade, não se obtém o mesmo êxito, o que, segundo Chauí (1991), talvez possa ser atribuído à repressão sexual a que todos historicamente somos submetidos.

Neste texto, buscamos levantar alguns elementos para o conhecimento da subjetividade de autores de violência sexual. Identificar informações constitutivas de sua infância e adolescência possibilita entender a constituição histórica desses sujeitos. Como Hartley (2001) menciona, as histórias de vida podem fornecer elementos para se pensar em uma “fundação de vulnerabilidade” para os motivos que eles apresentam para ofender.

A análise aqui proposta não deve ser confundida com a desculpabilização da pessoa que comete a violência. Ao contrário, acredita-se que a punição aos

autores de violência sexual deve ser exercida de acordo com os preceitos legais, uma vez que suas ações violentas são crimes. Contudo, a punição por si só não é suficiente para coibir reincidências (Schmickler, 2006). É necessário encontrar formas eficazes de tratamento psicoterapêutico para esses sujeitos, com o objetivo de que eles possam ressignificar suas histórias e, assim, conseguir manter relações saudáveis e respeitadas com o outro.

Esta análise possui implicações importantes para profissionais que atuam junto a essa população, seja dentro do sistema prisional, seja fora dele. Em primeiro lugar, é muito importante assinalar que o conhecimento sobre autores de violência sexual ainda é elementar, posto que é permeado pelo preconceito proveniente de uma sociedade em que há um moralismo excessivo nas questões relacionadas à sexualidade.

Em segundo lugar, profissionais da área da psicologia que lidam com a temática aqui tratada precisam abdicar da segurança que a psicologia tradicional oferece ao enquadrar sujeitos de acordo com tipologias de personalidade, seja ela esquizofrênica, psicopática, neurótica, etc. Ao adotar tal postura, reduz-se o homem a características estáticas de personalidade, e se deixa de percebê-lo como um ser em movimento e capaz de mudanças. Essa postura – amplamente adotada pela psicologia – reflete uma lógica perversa de psicologização extrema do ser humano, eternizando seres humanos de acordo com características de personalidade.

Em terceiro e último lugar, não se pode esquecer ou reduzir a importância do caráter social da formação psicológica de sujeitos envolvidos em tais práticas de violência. É preciso entender que estão inseridos em uma sociedade em que todos são submetidos a violências cotidianas, seja por meio de violências visíveis, seja por meio de violências veladas. Assim, concebe-se a existência de uma historicidade na vida desses sujeitos e de uma sociedade que os constitui, o que ajuda a ampliar o foco de análise do fenômeno.

Finalmente, com este texto não se buscam respostas prontas e/ou definitivas sobre autores de violência sexual contra crianças e adolescentes e, menos ainda, sobre suas infâncias e adolescências. Trata-se de uma primeira abordagem que, como toda abordagem inicial, corre riscos, ainda que tenha o mérito de ser inovadora.

O grupo que desenvolveu este estudo decidiu que valia a pena correr riscos se o resultado do trabalho permitisse compreender mais profundamente a gênese da subjetividade de autores de violência sexual contra crianças e adolescentes. Além disso, ao realizar um trabalho psicoterapêutico com tal

população, imprime-se na atenção e no atendimento aos autores de violência sexual um caráter de ação educativa e preventiva para coibir futuras reincidências, contribuindo, portanto, para a proteção de crianças e adolescentes.

NOTAS

- 1 Utiliza-se, neste artigo, o termo “violência” sexual em contraposição ao termo “abuso”. Faz-se essa opção em virtude do caráter e dimensão sócio-históricos que a palavra “violência” possui.
- 2 A opção pelo uso do termo “autor de violência sexual” se dá em contraposição às palavras estuprador, abusador, pedófilo, ofensor, etc. Essa escolha está fundamentada na opção teórico-metodológica que busca compreender a subjetividade em um processo dialético, não se atendo a rótulos.
- 3 Esse projeto foi desenvolvido no período de 2006 a 2007, como uma continuidade de algumas das ações anteriormente implantadas pelo projeto “Invertendo a rota: ações de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil na região metropolitana de Goiânia”, viabilizado por convênio entre a UCG e o Fundo Municipal de Apoio à Criança e ao Adolescente (FMACA) do estado de Goiás, com financiamento da Petrobras.
- 4 Trata-se de periódico criado em 1986 e editado pela Universidade de Washington. Para este texto, pesquisaram-se 72 números, distribuídos em seis volumes da revista.
- 5 Refiro-me à patologização como uma tendência teórico-metodológica de estabelecer normatizações de estruturas de personalidade em termos dicotômicos normal/anormal, sem que se considere a definição sócio-histórica desses conceitos. Já a psicologização diz respeito à tendência em explicar o intrapsicológico do ser humano isolando-o de seu contexto histórico e social.
- 6 Dada a inexistência de periódicos específicos sobre o tema e levando em conta as condições continentais do País, deve-se relativizar essa informação.
- 7 A IATSO foi fundada em março de 1998, em Caracas, Venezuela, durante a V Conferência Internacional para o Tratamento de Ofensores Sexuais.
- 8 A importância desse periódico reside no fato de trazer artigos de autores de vários países, além de apresentar um panorama sobre a maneira como a temática tem sido abordada.
- 9 Teorias implícitas são esquemas cognitivos usados para prever, explicar e interpretar o fenômeno interpessoal (Beech et al., 2005). Burn e Brown (2006) consideram que teorias implícitas são teorias dos ofensores sobre uma vítima e consistem em representações mentais que representam os desejos, as atitudes e as crenças sobre a vítima. Ward afirma que “crenças são transformadas em teorias implícitas que contêm idéias organizadas e são designadas para explicar um domínio particular ou fenômeno, fatores associados com a ocorrência de comportamentos sexuais

desviantes” (2000, p. 499). São exemplos de teorias implícitas as seguintes: “crianças freqüentemente iniciam o sexo e sabem o que querem”, “a criança queria o sexo”, “a criança me seduziu”, “a criança não foi prejudicada”.

- 10 Para resguardar o sigilo sobre a identidade dos sujeitos da pesquisa, além-se, aqui, a dados mais gerais, evitando-se, portanto, detalhar as situações nas quais a violência sexual ocorreu, conforme constam nos seus prontuários.
- 11 Optou-se por corrigir para o padrão escrito da língua, ainda que sem rigor, as falas dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ABBEY, Antonia. Lessons Learned and Unanswered Questions about Sexual Assault Perpetration. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 20, n. 1, p. 39-42, 2005.
- ABBEY, Antonia; CLINTON-SHERROD, A. Monique; MCAUSLAN, Pam; ZAWACKI, Tina; BUCK, Philip O. The Relationship Between the Quantity of Alcohol Consumed and the Severity of Sexual Assaults Committed by College Men. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 18, n. 7, p. 813-833, 2003.
- ABRACEN, Jeffrey; LOOMAN, Jan. Developments in the Assessment and Treatment of Sexual Offenders: Looking Backward with a View to the Future. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 20, n. 1, p. 12-19, 2005.
- ALEXY, Eileen M.; BURGESS, Ann W.; BAKER, Timothy. Internet Offenders: Traders, Travelers, and Combination Trader-Travelers. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 20, n. 7, 804-812, 2005.
- AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Pele de asno não é só história: um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família*. São Paulo: Roca, 1988.
- BAKER, Elina; BEECH, Anthony R. Dissociation and Variability of Adult Attachment Dimensions and Early Maladaptive Schemas in Sexual and Violent Offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 19, n. 10, 1.119-1.136, 2004.
- BALTIERI, Danilo Antônio. *Consumo de álcool e outras drogas e impulsividade sexual entre agressores sexuais*. 2005. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- BEECH, Anthony; FISHER, Dawn; WARD, Tony. Sexual Murderers Implicit Theories. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 20, n. 11, 1.366-1.389, 2005.
- BEECH, Anthony; WARD, Tony; FISHER, Dawn. The Identification of Sexual and Violent Motivations in Men who Assault Women: Implication for Treatment. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 21, n. 12, 1.635-1.653, 2006.
- BICKLEY, James A.; BEECH, Anthony. An Investigation of the Ward and Hudson Pathways Model of the Sexual Offense Process with Child Abusers. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 17, n. 4, p. 371-393, 2002.

- BOGAERTS, Stefan; VANHEULE, Stijn; DESMET, Mattias. Personality Disorders and Romantic Adult Attachment: A Comparison of Secure and Insecure Attached Child Molesters. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, v. 50, n. 2, p.139-147, 2006.
- BRECKLIN, Leanne R.; ULLMAN, Sarah E. The Role of Offender Alcohol Use in Rape Attacks: An Analysis of National Crime Victimization Survey Data. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 16, n. 1, p. 3-21, 2001.
- BURN, May F.; BROWN, Sarah. A Review of the Cognitive Distortions in Child Sex Offenders: An Examination of the Motivations and Mechanisms that Underlie the Justification for Abuse. *Aggression and Violent Behavior*, n. 11, p. 225-236, 2006.
- CHARLOT, Bernard. *A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- CHAUI, Marilena. *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- CRAISSATI, Jackie; BEECH, Anthony. A Review of Dynamic Variables and their Relationship to Risk Prediction in Sex Offenders. *Journal of Sexual Aggression*, v. 9, n. 1, p. 41-55, 2003.
- _____. The Characteristics of a Geographical Sample of Convicted Rapists Sexual Victimization and Compliance in Comparison to Child Molesters. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 19, n. 4, p. 371-388, 2004.
- DEMAUSE, Loyd. *The History of Childhood*. Nova York: Psychotherapy Press, 1974.
- DOREN, Dennis M. Toward a Multidimensional Model for Sexual Recidivism Risk. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 19, n. 8, p. 835-856, 2004.
- DRAPEAU, Martin. Repetition or Reparation? An Exploratory Study of the Relationship Schemas of Child Molesters in Treatment. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 21, n. 9, p. 1.224-1.233, 2006.
- DRAPEAU, Martin; DE ROTEN, Yves; KÖRNER, Annett C. An Exploratory Study of Child Molesters Relationship Patterns Using the Core Conflictual Relationship Theme Method. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 19, n. 2, p. 264-275, 2004.
- EDENS, John F. Misuses of the Hare Psychopathy Check-List Revised in Court. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 16, n. 10, p. 1.082-1.093, 2001.
- EGAN, Vincent; KAVANAGH, Beth; BLAIR, Marie. Sexual Offenders Against Children: the Influence of Personality and Obsessionality on Cognitive Distortions. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, v. 17, n. 3, p. 223-240, 2005.
- ESBER, Karen Michel. *O perfil psicológico do agressor sexual – da patologia à normalidade*. Estudo de casos investigados por meio do psicodiagnóstico Rorschach. 2000. Monografia (Graduação em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2000.

- ESBER, Karen Michel. *Pessoas que cometeram violência sexual: patologia individual ou questão família?* Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.
- FALEIROS, Eva. *Violência sexual contra crianças e adolescentes: os (des)caminhos da denúncia*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.
- FELIPE, Jane. Afinal, quem é mesmo pedófilo? *Cadernos Pagu*, n. 26, p. 201-223, 2006.
- FERRARI, Dalka Chaves de Almeida. Pedofilia: uma das faces da violência sexual contra a criança. *Revista Brasileira de Psicodrama*, v. 12, n. 2, p. 59-84, 2004.
- FERRARI, Dalka Chaves de Almeida; VECINA, Tereza Cristina Cruz. *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora, 2002.
- FRIENDSHIP, Caroline; MANN, Ruth E.; BEECH, Anthony R. Evaluation of a National Prison-Based Treatment Program for Sexual Offenders in England and Wales. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 18, n. 7, p. 744-759, 2003.
- GANNON, Theresa A. Increasing Honest Responding on Cognitive Distortions in Child Molesters. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 21, n. 3, p. 358-375, 2006.
- GIDYCH, Christine A.; LAYMAN, Melissa J.; RICH, Cindy L.; CROTHERS, Marie; GYLYS, Julius; MATORIN, Abigail; JACOBS, Cecília Gine. An Evaluation of an Acquaintance Rape Prevention Program: Impact in Attitudes, Sexual Aggression and Sexual Victimization. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 16, n. 11, p. 1.120-1.138, 2001.
- GRAY, Nicola S.; WATT, Andrew; HASSAN, Shelley; MACCULLOCH, Malcolm J. Behavioral Indicators of Sadistic Sexual Murder Predict the Presence of Sadistic Sexual Fantasy in a Normative Sample. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 18, n. 9, p. 1.018-1.034, 2003.
- GUARESCHI, Neuza M. de Fátima; WEBER, Andrei; COMUNELLO, Luciene Nardi; NARDINI, Milena. Discussões sobre violência: trabalhando a produção de sentidos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 19, n. 1, p. 122-130, 2006.
- HABIGZANG, Luísa F.; KOLLER, Sílvia H.; AZEVEDO, Gabriela Azen; MACHADO, Paula Xavier. Violência sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 1, n. 21, n. 3, p. 341-348, 2005.
- HANSON, R. Karl. Recidivism and Age: Follow-Up Data from 4,673 Sexual Offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 17, n. 10, p. 1.046-1.062, 2002.
- HARTLEY, Carolyn Copps. Incest Offender's Perceptions of their Motives to Sexually Offend Within their Past and Current Life Context. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 16, n. 5, p. 459-475, 2001.
- JESUS, Núbia Angélica de. O círculo vicioso da violência sexual: do ofendido ao ofensor. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 26, n. 4, p. 672-683, 2006.
- KAMPHUIS, Jan H.; DE RUITER, Corine; JANSSEN, Bas; SPIERING, Mark. Preliminary Evidence for an Automatic Link Between Sex and Power Among Men

who Molest Children. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 20, n. 11, p. 1.351-1.365, 2005.

KOSSON, David S.; LORENZ, Amanda R.; NEWMAN, Joseph P. Effects of Comorbid Psychopathy on Criminal Offending and Emotion Processing in Male Offenders with Antisocial Personality Disorder. *Journal of Abnormal Psychology*, v. 115, n. 2, p. 288-297, 2006.

LANDINI, Tatiana Savoia. Pedófilo, quem és? A pedofilia na mídia impressa. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 19, 2003.

LEE, J. K. P.; JACKSON, H. J.; PATTISON, P.; WARD, Tony. Developmental Risk Factors for Sexual Offending. *Child Abuse & Neglect*, n. 26, p. 73-92, 2002.

LOH, Catherine; GIDYCH, Christine A. A Prospective Analysis of the Relationship Between Childhood Sexual Victimization and Perpetration of Dating Violence and Sexual Assault in Adulthood. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 21, n. 6, p. 673-688, 2006.

LOOMAN, Jan; ABRACEN, Jeffrey; SERIN, Ralph; MARQUIS, Peter. Psychopathy, Treatment Change, and Recidivism in High-Risk, High-Need Sexual Offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 20, n. 5, p. 549-568, 2005.

LOOMAN, Jan; GAUTHIER, Claudine; BOUER, Douglas. Replication of the Massachusetts Treatment Center Child Molester Typology in a Canadian Sample. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 16, n. 8, p. 753-767, 2001.

LUSSIER, Patrick; BEAUREGARD, Eric; PROULX, Jean; NICOLE, Alexandre. Developmental Factors Related to Deviant Sexual Preferences in Child Molesters. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 20, n. 9, p. 999-1.017, 2005.

MARSA, Fiona; O'REILLY, Gary; CARR, Alan; MURPHY, Paul; O'SULLIVAN, Maura; COTTER, Anthony; HEVEY, David. Attachment Styles and Psychological Profiles of Child Sex Offenders in Ireland. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 19, n. 2, p. 228-251, 2004.

MCGRATH, Robert J.; CUMMING, Georgia; LIVINGSTON, Joy A.; HOKE, Stephen E. Outcome of a Treatment Program for Adult Sex Offenders: from Prison to Community. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 18, n. 1, p.3-17, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 7-18, 1994.

MOLON, Suzana Inês. *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. Petrópolis: Vozes, 2003.

NEUMANN, Marcelo Moreira. *Olhares para o autor de violência sexual*. 2006. (Mimeografado).

POLASCHEK, Devon L. L.; HUDSON, Stephen M.; WARD, Tony; SIEGERT, Richard J. Rapist's Offense Processes: A Preliminary Descriptive Model. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 16, n. 6, p. 523-544, 2001.

SAFARIK, Mark E.; JARVIS, John P.; NUSSBAUM, Kathleen E. Sexual Homicide of Elderly Females: Linking Offender Characteristics to Victim and Crime Scene Attributes. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 17, n. 5, p. 500-525, 2002.

SANDERS, Gary L. O amor que ousa declarar seu nome: do segredo à revelação nas afiliações de gays e lésbicas. In: IMBER-BLACK, Evan. *Os segredos na família e na terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SARADJIAN, Adam; NOBUS, Dany. Cognitive Distortions of Religious Professionals who Sexually Abuse Children. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 18, n. 8, p. 905-923, 2003.

SCHMICKLER, Catarina Maria. *O protagonista do violência sexual: sua lógica e estratégias*. Chapecó: Argos, 2006.

SCHNEIDER, Sandra L.; WRIGHT, Robert C. The FoSOD: A Measurement Tool for Reconceptualizing the Role of Denial in Child Molesters. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 16, n. 6, p. 545-564, 2004.

SCHWEITZER, Robert; DWYER, Jonathan. Sex Crime Recidivism: Evaluation of a Sexual Offender Treatment Program. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 18, n. 11, p. 1.292-1.310, 2003.

SERIN, Ralph C., Donna L.; MALCOLM, P. Bruce. Psychopathy, Deviant Sexual Arousal and Recidivism Among Sexual Offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 16, n. 3, p. 234-246, 2001.

SIMONS, Dominique; WURTELE, Sandy K.; HEIL, Peggy. Childhood victimization and Lack of Empathy as Predictors of Sexual Offending Against Women and Children. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 17, n. 12, p. 1.291-1.307, 2002.

STANLEY, Janet; GODDARD, Chris. Multiple Forms of Violence and Other Criminal Activities as an Indicator of Severe Child Maltreatment. *Child Abuse Review*, v. 13, n. 4, p. 246-262, 2004.

STIRPE, Tania S.; STERMAC, Lana E. An Exploration of Childhood Victimization and Family-of-Origin Characteristics of Sexual Offenders Against Children. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, v. 47, n. 5, p. 542-555, 2003.

VECINA, Tereza Cristina Cruz. Do tabu à possibilidade de tratamento psicossocial: um estudo reflexivo da condição de pessoas que vitimizam crianças e adolescentes. In: _____; FERRARI, Dalka Chaves de Almeida (org.). *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora, 2002.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. *Teoria e método em psicologia*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WARD, Tony. Sexual Offenders Cognitive Distortions as Implicit Theories. *Aggression and Violent Behavior*, v. 5, n. 5, p. 491-507, 2000.



O PROCESSO PSICOTERÁPICO COM AUTORES DE VIOLÊNCIA SEXUAL:
UMA VISÃO GESTÁLTICA

Núbia Angélica de Jesus

INTRODUÇÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno abrangente, pois envolve diversos atores que dele fazem parte de forma direta ou indireta. Muitas vezes, o foco de atenção desse fenômeno, quer seja do ponto de vista do senso comum ou do meio acadêmico, se centra unicamente na figura da vítima, para a qual direcionam, também, as diversas práticas de atenção psicossocial relacionadas à violência sexual.

A importância de uma visão mais globalizante sobre a violência sexual justifica-se pelo caráter social e relacional do fenômeno em questão, e, ao se estender o foco da vítima (criança, adolescente, família) para o autor da violência, rompe-se com a clássica dicotomia vítima *versus* agressor. Da mesma forma que o homem se constrói em sua relação com o outro, pode-se dizer, conseqüentemente, que essa prática violenta também é construída.

Tal concepção traz implícita a visão relacional adotada pela abordagem gestáltica, segundo a qual o mundo sempre é concebido como um mundo compartilhado com o outro. Assim, o homem é visto como uma pessoa com características próprias em relação a algo ou alguém; é um ser social cujo crescimento individual depende do encontro com o outro (Forguieri, 1993; Feijó, 2000).

Forguieri (1993) e Ribeiro (1997) afirmam que cada pessoa possui potencialidades que lhe são próprias, e que essas só são atualizadas, compreendidas e desenvolvidas no relacionamento com outras pessoas. Embora forneça elementos importantes para o conhecimento do sujeito, o passado não fixa seu modo de ser, pois acredita-se que um homem pode se modificar e compensar muitos dos seus erros, como também aperfeiçoar

certas virtudes. Por isso, a pessoa que se apresenta perante o terapeuta abrange tanto quem ela já foi quanto quem está sendo e quem pretende ser em sua existência no mundo.

Essa concepção humanista-existencialista, entre outras, é adotada pela *gestalt*-terapia, que não reduz a pessoa ao conjunto das ações que já realizou. De outro modo, para essa concepção, a pessoa é alguém que se encontra em um fluxo contínuo, e que, por isso, pode se reconstruir no contato com o outro. Trata-se, enfim, de um ser que possui possibilidades que podem ser reconfiguradas a qualquer momento.

Neste trabalho, o autor da violência sexual é concebido como possuidor de várias possibilidades de resignificação e reconstrução de si mesmo e de sua percepção acerca do outro – e também de suas vivências e atitudes, desde que inserido em um contexto que lhe seja facilitador, como no caso da psicoterapia.

Com relação à utilização da psicoterapia com essa população, são apresentados alguns modelos de atendimento desenvolvidos em âmbito internacional e nacional, incluindo-se a atuação do programa Repondo: Atendimento a Autores de Violência Sexual, do qual fizeram parte os atendimentos abordados neste trabalho.

Atualmente, os projetos internacionais contemplam as principais discussões sobre a temática do atendimento psicológico para aqueles que cometeram violência sexual. Destaquem-se, entre tantos, os trabalhos de Furniss (1993) e o Sex Offenders Treatment Program (SOTP), programa implementado em prisões britânicas (Sanderson, 2005), ambos baseados na psicoterapia cognitivo-comportamental e nos modelos de atendimento sistêmico familiar de Boschi (1998-1999 e 2006) e Madanes (1997).

Os trabalhos de Furniss (1993) e o programa SOTP trazem experiências de atendimento grupal a autores de violência sexual, apontando a importância do trabalho com fatores-chave, como produzir aceitação da responsabilidade pessoal, nomear as conseqüências do comportamento ofensivo para ofensores e vítimas, e identificar as fantasias e eventos-gatilho, bem como abordar experiências de vida e estruturas significativas subjacentes, problemas conjugais, atitudes em relação às mulheres e o desenvolvimento de estratégias pessoais para o exercício do autocontrole a fim de se evitarem situações que conduzam a uma nova ofensa.

Boschi (1998-1999 e 2006) propõe um trabalho psicoterapêutico familiar sistêmico, por compreender que muitas condutas têm seu início

nesse entorno. Os atendimentos ajudariam a resolver os problemas psiquiátricos e de desordem social da pessoa, enfocando a parafilia e a conduta ansiôgena, para que o paciente seja levado a falar e a refletir sobre esses problemas. Nas sessões, explica-se o que é “violência sexual” e o que é um “autor de violência sexual”, buscando-se esclarecer a responsabilidade de todos os envolvidos. Além disso, informa-se aos cuidadores sobre a prevenção de novas situações de risco e sobre a criação de um sistema de redes, do qual participe algum membro da família de origem – amigo ou parente do autor de violência sexual –, que possa ajudá-lo no trabalho pela busca de vínculos mais saudáveis.

Os acompanhamentos psicoterapêuticos familiares de Madanes (1997) compreendem somente casos de abuso intrafamiliar. Entre os passos para a reparação do abuso, a autora estabelece, entre outros, a descrição do abuso e a reflexão, por todos os integrantes da família, sobre as suas conseqüências, bem como sobre a dor espiritual causada à vítima, ao autor e aos demais membros. Propõe, ainda, a realização de um pedido de perdão do autor não apenas para a vítima, mas também para os demais membros de sua família, além de uma discussão acerca das conseqüências de uma provável reincidência, mediante trabalho psicoterápico individual com a vítima e o restabelecimento do relacionamento do autor com os outros membros da família.

No Brasil, o atendimento psicoterapêutico a autores de violência sexual contra crianças e adolescentes é uma das metas constantes das políticas do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (Brasil, 2001). Entretanto, são poucos os projetos que se voltam para essa população, uma vez que o foco ainda se situa majoritariamente nas vítimas da violência. A discussão sobre a importância desse atendimento possui um caráter inicial, vindo daí a dificuldade de se encontrar estudos que se reportem ao tema no País.

No Brasil, alguns programas já incluem, ou incluíram, em seu atendimento, o autor de violência sexual, tais como os do Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual (CEARAS); do Centro de Referência às Vítimas da Violência, do Instituto Sedes Sapientiae (CNRVV); do Centro Regional de Atenção aos Maus-tratos na Infância do ABCD (CRAMI); e da Associação Brasileira de Prevenção e Tratamento das Ofensas Sexuais (ABTOS), todos esses de São Paulo; e o programa Repropondo: Atendimento a Autores de Violência Sexual, de Goiás.¹

O CEARAS, o CNRVV e o CRAMI têm como foco a violência doméstica, em que o autor, em grande parte das vezes, é o pai ou padrasto. Os atendimentos são individuais, grupais e/ou familiares, tanto para autores de violência quanto para vítimas. Já a ABTOS trabalha com ofensores e ofendidos sexualmente além do âmbito familiar.

O trabalho de Vecina (2002), elaborado com base no atendimento do CNRVV a autores de violência contra crianças e adolescentes, traz experiências de um trabalho com enfoque psicodramático realizado com 26 casos, sendo 13 deles relativos à violência sexual. A autora identifica quatro etapas básicas no processo de tratamento: o estabelecimento de uma aliança terapêutica; o autoquestionamento sobre o papel de vítima; a busca da aceitação do papel de vitimizador; e, por último, a reconstrução de novos papéis: “Nem vítima nem vitimizador”.

O programa Repropondo realizou, entre suas ações, atendimentos a 36 pessoas na Agência Goiana do Sistema Prisional, atual Secretaria do Estado da Justiça de Goiás, das quais 28 haviam sido sentenciadas por violência sexual (entre elas, um cliente da exploração sexual de adolescentes); cinco, por favorecimento de prostituição, e três eram membros da família de um reeducando. Outras frentes de trabalho do programa foram o atendimento a dois adolescentes autores de violência sexual, incluindo suas famílias; o atendimento a três pessoas com preferência sexual por crianças e adolescentes; a formação de um grupo terapêutico com homens para discussão de temas relativos a amor, sexo e violência; grupos reflexivos sobre a temática (com discussão de textos e estudos de casos); e capacitação de profissionais de diversas áreas, em especial os da Rede de Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência, de Goiânia. O programa Repropondo conta ainda com relatos de experiências de atendimento (Esber, 2005; Jesus, 2006) desenvolvidas pelo programa na Penitenciária Coronel Odenir Guimarães (POG).²

Além dos programas de atendimento, vários são os estudos e pesquisas que apresentam perfis sobre o autor de violência sexual, os quais se utilizam de um modelo descritivo e provêm de fontes tais como prontuários, relatórios, depoimentos de vítimas, etc. De forma geral, trata-se de estudos que indicam a figura masculina, sobretudo o pai/padrasto, como principal autora do abuso (Santos, 1991; Pereira, 2005; Azevedo e Guerra, 1988; Vitiello, 1989). Esses autores de violência sexual têm idades entre 30 e 39 anos, e muitas vezes apresentam históricos de vitimização física ou sexual na infância, utilizando-

se da sexualidade infantil como gratificação compensatória para sentimentos de impotência ou de baixa auto-estima, movidos também por uma relação de poder e dominação.

Em estudo realizado na penitenciária de Sorocaba-SP,³ Baltieri (2005) descreve o consumo de substâncias psicoativas como um dos possíveis fatores de distinção entre molestadores de crianças e agressores sexuais de adultos, e identifica uma relação proporcional entre a presença de histórias de abuso sexual na infância e altos níveis de impulsividade, com a repetição do comportamento sexualmente agressivo.

Sanderson (2005) analisa estudos (Glasser et al., 2001) que mostram que algumas pessoas que cometeram violência sexual contra crianças também foram vítimas de abusos na infância e que começaram a prática dessa violência na adolescência. Apresenta também relatos (Sullivan e Beech, 2004; Eldridge, 2000) sobre a existência de um ciclo típico de excitação dos pedófilos, baseado em um modelo comportamental, além de estabelecer uma distinção entre diferentes tipos de pedófilos, tais como os predadores (os que mais chamam a atenção da mídia, com casos de rapto e assassinato sexual) e não predadores (casos que não envolvem assassinato).

Todos esses dados podem ser vistos como um ponto de partida na compreensão inicial sobre o tema. Contudo, cada vez mais é necessário dar voz aos protagonistas do ato abusivo para que se possa compreendê-los, e para que se possa também compreender o fenômeno em questão de uma forma mais integrada.

O presente texto não se propõe a traçar um perfil sobre o autor de violência atendido, nem mesmo definir um roteiro a ser seguido com eles, mas apresentar de forma sucinta uma visão acerca do trabalho psicoterapêutico realizado, dentro do programa Repropondo, com quatro pessoas sentenciadas por crimes sexuais contra crianças e adolescentes, utilizando uma perspectiva gestáltica.

Inicialmente, pontuam-se algumas percepções acerca do “mundo” no qual esses indivíduos se encontram, para ampliar a compreensão do papel social que o ambiente prisional desempenha para a pessoa nele inserida. Em seguida, apresentam-se, nessa ordem, a visão humana que embasa a abordagem norteadora dos atendimentos e algumas reflexões e intervenções ocorridas durante os atendimentos, para ampliar a forma como essas pessoas percebem a si mesmas, e também o ato cometido, e ressignificar essas percepções. Com isso, enfatiza-se a importância do atendimento psicológico, bem

como a possibilidade de uma responsabilização que seja complementar à instituída penalmente.

CONTEXTUALIZANDO O AUTOR DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO SISTEMA PRISIONAL

O sistema penitenciário há muito vem sendo alvo de inúmeras discussões no cenário mundial, com propostas de criação de métodos mais sofisticados que permitam maior controle e vigilância dos detentos e formas cada vez mais duradouras e rígidas de punição. Ao longo dos anos, vários foram os modos propostos de punição à pessoa que infringe as leis ou a ordem.

Foucault (1986) narra a passagem da punição por meio dos suplícios, com seus rituais de ostentação, com todo o requinte artístico que se revelava na cerimônia do sofrimento, para as penas do sistema penitenciário já no fim do século XVIII e início do século XIX. Essa passagem foi defendida pela necessidade da criação de um castigo sem suplício, inicialmente formulada como um grito de indignação. Vale dizer que, mesmo o pior dos assassinos deveria ser respeitado em sua humanidade, o que implica desenvolver uma forma de punição cujo principal objetivo fosse a prevenção.

Para Foucault, essa mudança é apenas uma mutação técnica, de uma arte de punir para outra, não menos científica que a primeira, em que os mecanismos da punição legal passam a ter um poder justificado não somente sobre as infrações, mas agora também sobre os indivíduos; não mais sobre o que eles fizeram, mas sobre o que eles são, serão ou poderão ser. A punição dirige-se, assim, à “alma”, como uma forma de castigo que atua nas emoções, na vontade, no intelecto e nas disposições. Dessa forma, em meados do século XIX, a pena deixa de se centralizar no suplício como técnica de sofrimento e toma como objeto a suspensão de direitos ou bens.

Para Goffman (1961), essa suspensão é geradora de um processo de mortificação do eu, que se dá por inúmeros fatores, entre os quais se podem destacar a enorme barreira que a instituição coloca entre o internado e o mundo externo; o estabelecimento de um sistema de regras formais rigorosas; a limitação da mobilidade social para o internado, o que acaba por ocasionar o desenvolvimento de dois mundos sociais e culturais diferentes, com pouca interpenetração.

Outro aspecto observado pelo autor diz respeito aos processos de admissão, exercidos como uma forma de iniciação dos novos internados, muitas vezes realizados pela própria equipe dirigente e/ou grupo de internados. São processos de mortificação do eu, por meio de mutilações

diretas e permanentes do corpo, que ocasionam no indivíduo uma perda do sentido de segurança pessoal, a sensação de estar inserido em um ambiente que não lhe garante nenhuma integridade física.

Ressaltem-se as próprias vivências das pessoas atendidas pelo programa, marcadas por uma série de rebaixamentos e humilhações. A pessoa que comete violência sexual é vista de uma forma inferior tanto pela sociedade em geral quanto pela própria população carcerária, o que muitas vezes serve de justificativa para abusos, tais como queimaduras no corpo, espancamentos e violência sexual, como é relatado por uma das pessoas atendidas:

[...] lá eles batem, humilham, nossa! Fazem de escravo, põem pra lavar a roupa deles, tudo. [...] Eles falam assim: “Ah, não. Esse artigo é ruim demais, ninguém gosta desse tipo de gente.” Fica humilhando, falando coisa, né? É toda hora. De vez em quando você escuta cada nome, na hora de..., de manhã cedo tem o café, leite. Aí tem uma fila, quando você chega lá, e eles falam: “Ah, não, esse tarado não vai beber leite não.” Ficam humilhando, né? A gente fica sem graça, fica esquisito, é como se a gente fosse um tarado. (Thiago)⁴

Trata-se, portanto, da imputação de um estigma com características ainda mais depreciativas do que qualquer outro crime. Goffman (1975) afirma que um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outro, vindo daí a necessidade de se utilizar uma linguagem pautada nas relações e não unicamente no atributo.

No sistema prisional, esse fato pode ser facilmente constatado, pois enquanto o autor de violência sexual é visto de uma forma totalmente estigmatizante no sistema, o mesmo não ocorre com crimes tais como tráfico, homicídio e roubo. Isso gera mais sentimentos de revolta e indignação na pessoa, como pode ser percebido no relato abaixo:

A palavra bandido pra eles é uma coisa importante, né? [...] Eles falam: “Ah, vocês nem bandido vocês são.” [...] Pra eles é maravilhoso ser bandido. Pega uma pessoa que tem um artigo 157, que é assalto, pra eles é tudo. Eles recebem no portão, levam colchão, pegam a sacola do cara, [só] faltam pegar o cara no colo [...]. Agora chega lá assim: “Duzentos? Ah, não.” O cara entra, eles ficam humilhando: “Ah, vai embora. Não, chega desse povo aqui dentro, desses caras aqui dentro.” É difícil até arrumar um lugar pra morar. No começo eu ficava muito sentido. Sentia aquela angústia, aquela discriminação deles, assim: “Nossa, até no meio dos bandido eu tô sendo discriminado? Até aqui, que tem um monte de gente que fez a mesma coisa? Não é possível.

Dentro da cadeia? Já não chega lá fora?” [...]. Muitas vezes, precisa ver a discussão deles. Eles falam assim: “Ah, mas eu vim pra cá não foi estuprando não, eu vim roubando.” Como se roubar fosse uma coisa importante. Os homicídios: “Ah, eu vim matando”, como se fosse grande coisa matar. (Thiago)

Outra forma encontrada de mortificação do eu a que Goffman (1961) se refere implica a exposição contaminadora do tipo físico com o outro, que gera um contato interpessoal e uma relação social imposta. Vários relatórios de organizações internacionais de defesa dos direitos humanos, tais como a Anistia Internacional (Torres, 2001) e o Human Rights Watch (1998), além de inúmeros estudos sobre o sistema penitenciário (Macaulay, 2006; Gomes Neto, 2000; Torres, 2001; Silva, 2000), apresentam relatos sobre as atuais condições dos presídios brasileiros que registram, entre outros aspectos, superlotação e altos níveis de violência entre os presos.

No decorrer dos atendimentos psicoterápicos, vários foram os relatos sobre atritos e dificuldades no convívio com os outros internos. Entre eles, estipulação de horários para uso do banheiro, superlotação – que acaba por gerar rodízio para dormir –, roubos, submissão às exigências do comando de ala ou dos donos de cela, etc. Bruno, acusado por seis crimes de violência sexual, relata:

[...] e aí que tem as normas, né?, muitos não gostam que se fume droga dentro da cela, não gostam que se fume nem cigarro. Muitos não gostam nem que a pessoa use o vaso, sabe? Que absurdo, né? A gente passa uma necessidade, aí o banheiro tá aberto pra gente usar, e eles não deixam. [...] Pra dormir, fica um na cama de baixo e um na de cima, aí põe dois colchões, ficam três no chão e dois na cama, são cinco, tem cela aí que tá com sete, oito. Aí, você imagina! Como é que dorme? Não dorme! Tem cela que uns dormem de dia e outros dormem de noite. E aí a gente vê a humilhação de estar num amontoado daquele jeito.

Os casos de violência cometidos pela equipe dirigente também estão presentes no cotidiano das prisões, de modo que, diariamente, ocorrem violações aos direitos dos presos, que vão de ataques à integridade moral até espancamentos e maus-tratos. Sobre a relação com alguns agentes carcerários, uma pessoa atendida comenta:

[...] a humilhação deles é que eles chegam, né?, não respeitam a gente, vêm com ignorância. No meu ponto de vista, os agentes tinham que ser

mais preparados psicologicamente, sabe?, pra tratar com o ser humano, porque pra tratar com o ser humano já é difícil, ainda mais preso, que tá confinado. Vários agentes vêm trabalhar bêbados, alcoolizados, trazem garrafinha de pinga nas bolsas, vendem pros presos, faca, droga.

Goffman (1975) destaca que, quando a pessoa estigmatizada convive com outros que não conseguem lhe oferecer o respeito e a consideração que os aspectos não contaminados de sua identidade mereceriam receber, ela mesmo se desacredita e passa a aceitar somente sua identidade social virtual, construída com base em uma característica específica, em detrimento da identidade social real, construída a partir da totalidade do indivíduo. Nesse sentido, pode-se dizer que a proposta psicoterápica aqui discutida visa trabalhar com a identidade social real, excluindo-se patologizações e estigmatizações.

Por causa das características apresentadas pela instituição prisional, a pessoa nela inserida acaba por desenvolver sentimentos de injustiça e revolta. A indignação é por um internamento que se destina à aplicação de leis e ao ensino do respeito por elas, ao mesmo tempo em que todo o seu funcionamento se desenvolve no sentido do abuso de poder. Esse paradoxo institucional faz que o sistema carcerário junte em uma mesma figura discursos diversos e regulamentos invencíveis, com programas para corrigir a delinqüência e, ao mesmo tempo, mecanismos que a solidificam (Foucault, 1986; Goffman, 1961).

Sabe-se que o papel social que a instituição alardeia para o meio externo engloba objetivos oficiais de reforma dos internados, em busca de um padrão ideal de comportamento, para a reinserção do reeducando na sociedade. Essa, no entanto, não é a realidade do sistema, que parece, sobretudo, possuir um papel mantenedor desses indivíduos o mais longe possível da sociedade.

De acordo com Foucault (1986), as críticas à prisão e aos seus métodos se fizeram ouvir desde muito cedo, mais precisamente no seu próprio nascimento, e continuam até hoje, quase sem nenhuma mudança em seu teor. Entre essas críticas, está o fato de que as prisões não diminuem as taxas de criminalidade – podem, até mesmo, multiplicá-las ou transformá-las –, aumentam as reincidências – pois, após a saída da prisão, elevam as chances de o internado voltar para ela –, e ainda não podem deixar de fabricar delinqüentes, pelo próprio tipo de vida que os detentos levam, tratando-se de um sistema incapaz de responder à especificidade dos crimes.

Todos esses processos e características da instituição prisional são essenciais para a compreensão do contexto em que a pessoa a ser atendida se encontra. Trata-se de alguém inserido em um ambiente no qual não possui voz ativa, alguém cujas ações são muitas vezes desprovidas de sentido para o outro e para si mesmo. Além disso, todas as suas fronteiras são desrespeitadas e invadidas.

Assim, a criação de um contexto dialógico estabelecido por meio do processo psicoterápico possibilita a inserção dessa pessoa em uma relação na qual possa se sentir respeitada e aceita. O tratamento psicoterápico constitui, dessa forma, um contraponto à “extrema desumanização” imposta pelo sistema penitenciário.

É importante salientar que as críticas aqui dirigidas à instituição são apresentadas como parâmetros para a compreensão da pessoa a ser atendida. Não se pretende negar a importância da responsabilização legal pelo crime cometido, mas propor uma visão de psicoterapia e de prisão como processos complementares, e não excludentes.

A compreensão de que a pessoa que cometeu um crime deve ser responsabilizada perante a Justiça não impede a crítica às condições do sistema penitenciário para o recebimento de qualquer pessoa, tenha ela cometido ou não violência sexual.

O que se observa muitas vezes é que, embora a pessoa esteja presa e até assuma a autoria da violência, pode não ser capaz de se ver como responsável, sendo comum a utilização de justificativas e “explicações” para o ato cometido. Portanto, o processo psicoterápico também implica fornecer instrumentos para que a pessoa entre em contato consigo mesma, inclusive com as ações que cometeu, como, por exemplo, a violência praticada.

Furniss (1993) analisa a importância da criação, nas prisões, de estruturas de atendimento para as pessoas que cometeram crimes de abuso sexual. Segundo Furniss, quando os autores de violência estão na prisão, em geral, ainda se encontram dispostos a trabalhar sobre seus problemas. Contudo, se saem da prisão e retornam à comunidade sem tratamento, pode ser que a mesma criança, ou outra, venha a se encontrar em idêntica situação de novo abuso sexual pelo egresso. Nesse sentido, pode-se dizer que a criação de contextos psicoterápicos, nos quais a pessoa encontre ajuda, atuam como uma forma de prevenção de futuras reincidências.

Embora o foco do atendimento gestáltico relatado neste texto não esteja dirigido para impedir as reincidências, acredita-se que, à medida que a

pessoa consiga ampliar e ressignificar percepções acerca de si mesma também possa ressignificar relações, sendo capaz de ver e reconhecer o outro como pessoa, e não como objeto.

A seguir, busca-se apresentar a *gestalt*-terapia como uma forma possível de se compreender e atender psicologicamente o autor de violência sexual contra crianças e adolescentes. Certamente o enfoque dessa abordagem se diferencia de outros modelos psicológicos que trabalham com essa população, não sendo mais ou menos eficaz do que outros modelos, mas uma forma diferenciada de compreensão tanto do autor de violência quanto do fenômeno da violência sexual.

UM OLHAR GESTÁLTICO PARA OS AUTORES DE VIOLÊNCIA SEXUAL

A *gestalt*-terapia é uma abordagem fundamentada na visão do existencialismo dialógico, de Martin Buber, e tem o humanismo e a fenomenologia como filosofias de base. Entre as correntes teóricas, possui influências da teoria de campo, de Lewin, da teoria holístico-organísmica, de Kurt Goldstein, e da psicologia da *Gestalt*.

Em consonância com essas teorias, apresenta-se sucintamente a visão de homem da *gestalt*-terapia, por meio da qual se busca conhecer mais sobre a concepção utilizada no atendimento psicológico com autores de violência sexual contra crianças e adolescentes. Posteriormente, são apresentados trechos extraídos de atendimentos psicoterapêuticos que buscaram o estabelecimento de um contexto dialógico fundamentado nos recursos da referida abordagem. Essa abordagem ressalta a importância de uma visão integral e não fragmentada do homem, buscando percebê-lo além de suas características isoladas e articulando-as não só com outras características do seu ser, mas também com a totalidade do contexto em que está inserido.

Hycner (1997) afirma que, muitas vezes, a pessoa é identificada com alguma motivação psicológica que se sobressai nela, como se essa fosse a única dimensão de sua existência. Entretanto, é fundamental observar o contexto da existência dessa pessoa de modo completo. Mesmo que um comportamento se destaque em determinado momento, nenhum aspecto do comportamento pode ser visto como absoluto. O comportamento é concebido como algo que ocorre graças a um determinado campo, em certo momento, e jamais pode ser induzido por intermédio de elementos isolados, mas compreendido e modificado com base nas relações que a pessoa estabe-

lece. Nesse sentido, um sintoma ou comportamento não pode explicar a totalidade de uma pessoa (Ribeiro, 1997).

Com esse tipo de abordagem, abre-se mão das teorias médico-biológicas, que enfatizam uma visão individualista e estereotipada do autor de violência sexual e até mesmo do fenômeno da violência sexual. Com isso, porém, não se pretende negar que existam pessoas com transtornos psicopatológicos que agredam sexualmente. Contudo, de acordo com a experiência do programa Repropondo, essas pessoas constituem uma minoria. Das 36 pessoas atendidas durante os três anos de desenvolvimento do programa, apenas uma havia recebido o diagnóstico de esquizofrenia, e outra apresentava características indicativas de psicopatia.

A postura adotada durante os atendimentos psicológicos foi a de iniciar um processo de compreensão dessas pessoas baseado em suas experiências. Por meio do atendimento, iam-se percebendo situações e histórias de vida, as quais se apresentam como parâmetros para a compreensão do comportamento abusivo. Vale ressaltar a importância não só do contexto, mas principalmente da forma como esse é internalizado pelo indivíduo, que proporciona construções diversas de subjetividade.

Em um dos casos atendidos, por exemplo, percebe-se, pela própria fala da pessoa, a presença de uma visão objetual do outro, em especial da figura feminina. Pôde ser constatado em sua própria história, também, a presença de vivências em que ele próprio foi tido como objeto por diversas mulheres, indo desde a figura materna até os diversos relacionamentos que vivenciou. Outra pessoa atendida remete à presença também de vivências nas quais ela mesma não foi tida como pessoa, visto que todos os seus direitos foram violados, sobretudo no âmbito familiar, por meio de diversas retaliações, inclusive de sua orientação sexual.

Embora, socialmente, apenas o comportamento abusivo se destaque, a abordagem gestáltica trabalha com a totalidade do sujeito e, por isso, atua no sentido de evitar generalizações e interpretações acerca de quem seja a pessoa a ser atendida. A visão, portanto, é focada na pessoa, compreendendo-a como possuidora de vários aspectos positivos, os quais devem ser reconhecidos e valorizados no processo psicoterápico. Ao falar sobre sua relação com os sobrinhos, uma pessoa atendida diz:

[...] meus sobrinhos, os dois tão lá em [nome do país], né?, então tem vez que eu choro assim [...], que o meu irmão sabe, ele era muito bruto com os meus sobrinhos, bebia demais. Então os meninos, às vezes, vinham pro

colo dele assim, e ele falava: “Sai pra lá, menino.” E aí eu tava lá, os meninos vinham pro meu colo, eu brincava com eles e abraçava, né? Quando eles me vêem, assim, sabe?, eles andam é abraçados comigo, me beijam sabe?, tá tudo homem já, mas quando eles me encontram, assim, sabe?, parece que [...] no meu pensamento eles consideram mais a mim do que o próprio pai. [...] Eu acolhia eles, sabe? (Bruno)

Por meio do processo psicoterápico, percebe-se que, embora se trate de pessoas com rótulos e estigmas comuns, é fundamental a presença dessa visão da totalidade singular do ser humano. A isso, Hycner (1995) chama de observar como esses pontos em comum articulam-se com outros elementos e se configuram em uma forma final única, gerando relações completamente diversificadas entre terapeuta e cliente.

O que é trabalhado na relação psicoterápica difere significativamente de pessoa para pessoa. Compreende não só o tema em si – como, por exemplo, violência sexual, vivência no presídio, infância, adolescência, vida adulta, etc. –, mas, principalmente, a forma como essas experiências foram vivenciadas e absorvidas por cada um, ocasionando significados também diversificados. Tais percepções, por sua vez, também colaboram para que algumas pessoas assumam a violência cometida, ao mesmo tempo em que a justificam ou minimizam, ou até mesmo se eximem de suas responsabilidades. Outras, porém, não reconhecem o acontecimento como uma violência, apontando, como num dos casos em discussão, o consentimento do adolescente durante a relação. Outras, ainda, negam explicitamente em seus discursos o ato cometido.

Para Hycner (1997), quando ocorre esse tipo de resistência, o terapeuta esbarra na fronteira de contato⁵ da pessoa atendida, ou seja, esbarra com a presença de níveis que ela não está pronta para transpor. E isso ocorre porque, muitas vezes, falta-lhe suporte para entrar em um diálogo mais pleno. Diante de uma situação como essa, é essencial que o terapeuta respeite o princípio dialógico básico de que há, no mínimo, dois lados em uma interação, e que o cliente pode impor seus limites ao contato.

Para Polster e Polster (2001), as fronteiras do ser humano são compostas tanto pela amplitude de experiências pelas quais a pessoa passa quanto por sua capacidade interna de assimilar essas experiências. A fronteira do eu de uma pessoa representa a fronteira daquilo em que, nela, o contato é possível. Dessa forma, o modo como uma pessoa bloqueia ou permite a *awareness*⁶ e a ação na fronteira de contato revela o senso de seus limites próprios e seguros.

Vale dizer que, em uma mesma pessoa, existem tanto a mobilização para crescer em algumas áreas quanto a resistência ao crescimento em outras.

Em uma visão gestáltica, a resistência não é encarada somente como uma barreira que precisa ser removida, e sim como uma força criativa que protege a pessoa em determinado momento. Em geral, a resistência surge como uma resposta que indica à pessoa a necessidade de realizar alguma mudança em sua forma de vida.

Assumir a autoria de um crime de violência sexual contra crianças ou adolescentes muitas vezes não é uma tarefa fácil para a pessoa que cometeu a violência. Exemplo disso são as inúmeras justificativas mencionadas pelas pessoas que assumem o ato. Além disso, outras, em seus discursos explícitos, sequer conseguem verbalizar e se reconhecer como autoras de violência sexual. E, quando isso ocorre, logo tratam de desviar do assunto e não se dispõem mais a falar sobre ele. Veja-se este exemplo:

Diogo:⁷ Só de pensar que tô enrolado com essa Justiça aí, bem dizer o resto da minha vida, sabe? Entendeu? Ter que ficar pagando uma coisa assim que a gente, que talvez poderia ter evitado, talvez poderia ser diferente. Eu não sei, né? O que vai acontecer de agora pra frente, né?

Núbia: O que você acha que poderia ter evitado, que poderia ser diferente?

Diogo: Não, não sei, talvez muitas coisas, não sei. Assim, acho que o destino da gente não é a gente que faz. Acontece, né?

Núbia: Mas o que você acha que poderia ter acontecido diferente?

Diogo: Não sei, talvez se tivesse dado mais valor na liberdade.

Núbia: Como que é dar mais valor na liberdade? É fazer o quê, por exemplo, que você não fazia?

Diogo: Talvez não fazer a coisa de errado pra ficar preso. A gente só dá valor depois que tá aqui dentro, entendeu? Muitas coisas...

Núbia: Não fazer coisa de errado pra não ficar preso.

Diogo: É, muitas coisas, muitas coisas que a gente faz.

Núbia: O que você fez de errado?

Diogo: Hãn?

Núbia: O que você fez de errado pra ficar preso?

Diogo: Roubei, fiz muita maldade.

Assinale-se que essa fala referente ao roubo corresponde a uma primeira condenação da pessoa atendida. Portanto, não foi considerada pela terapeuta como justificativa para o que ele havia “feito de errado”, pois o tema em questão é o crime de estupro. Mas, pela sua resistência, Diogo encontrava muita dificuldade em relatá-lo:

Núbia: Mas isso você já pagou, não foi?
Diogo: Hãn?
Núbia: Isso você já pagou.
Diogo: Paguei.
Núbia: E agora?
Diogo: É, essa, ten..., essa, essa tentativa de, é, de estupro que eu tô nela, entendeu? É uma coisa que...
Núbia: Mas o que você fez de errado?
Diogo: Ah, eu não sei, Núbia, eu não quero conversar sobre isso agora.
Núbia: Hun, tá.
Diogo: Entendeu, é uma coisa que eu não quero conversar agora, entendeu? Talvez muitas coisas que a gente, o modo da gente viver [...].

Esse posicionamento é aceito pela terapeuta, por compreender que o tempo do cliente deve ser respeitado. Hycner (1995) fala sobre a importância de a resistência ser entendida como um muro com dois lados: do ponto de vista “externo”, a pessoa parece estar fechada; do ponto de vista subjetivo, a resistência é experienciada como mera evitação de um sofrimento psíquico. Por meio do processo psicoterápico, esse “muro” pode se tornar mais permeável, favorecendo ao terapeuta ajudar a pessoa a se abrir para outras oportunidades. Assim, pode-se dizer que existe uma sabedoria na resistência, partindo-se do conceito de que ela emerge no ponto em que o indivíduo sente que não possui o suporte interno para lidar com a situação ameaçadora.

A tarefa do terapeuta é ajudar o cliente a se tornar consciente daquelas resistências que interferem em seu funcionamento saudável. Significa, também, reconhecer que certas “resistências” são, de fato, parte da existência de cada um, são parte do seu estar-no-mundo. Não se pode exigir da pessoa uma abertura completa. O desafio é estabelecer um equilíbrio entre o que é escondido e o que é revelado (Hycner, 1995).

Em outro momento, é marcada a visão da psicoterapeuta sobre o fato de a pessoa ter ou não cometido o crime. É colocado então que esta acredita que ele (Diogo) possa sim ter cometido uma agressão sexual, não pelo fato de estar preso por isso, mas pelos indícios demonstrados no próprio atendimento, por meio de suas falas. É colocada também a visão da terapeuta sobre pessoas que cometeram violência sexual, que, por sua vez, condiz com a visão já destacada neste trabalho, baseando-se no pressuposto de Hycner (1995) acerca do comportamento resistente, que impede a nutrição que poderia vir do outro; ou seja, além de proteger, a resistência impede a pessoa de crescer.

É importante ressaltar que o desenvolvimento do processo psicoterápico da *gestalt*-terapia busca a ampliação da consciência do sujeito a respeito de si mesmo, ampliando a consciência, por sua vez, sobre seu comportamento resistente. Hycner (1995) reforça ser necessário desafiar a resistência como um momento de confronto dos comportamentos que impedem o paciente de experienciar o momento presente. Esse confronto implica uma compreensão do ponto de vista do cliente e, ao mesmo tempo, a tentativa de que este desenvolva a habilidade de sair dele, ao lhe ser oferecida, pelo terapeuta, outra perspectiva.

Segundo o autor, o terapeuta precisa compreender o modo de vida da pessoa, antes de introduzir uma postura de confronto. Para muitas pessoas, confiar em alguém significa violar toda a sua maneira de ser no mundo.

Esse fato, em especial, pode ser observado em Diogo e Lucas. Diogo apresenta dificuldades e receios em se colocar como autor de violência sexual, embora aceite intervenções da psicoterapeuta sobre si mesmo como autor do ato. A confiança é algo muito mencionado por ele, que diz não poder e não desejar confiar em ninguém.

As vivências de Lucas também remetem à ausência de pessoas nas quais pudesse confiar e com as quais pudesse se abrir. Ele também não assume o crime cometido, mas, ao contrário de Diogo, não dá indícios de que possa ser autor de violência sexual. Quando são trabalhadas questões sobre violência sexual, Lucas diz não saber nada sobre isso e não ter opinião sobre assunto. O atendimento não fluiu com ele da mesma forma como com outros casos, embora sempre comparecesse às sessões e se mostrasse como um dos mais interessados no atendimento, demonstrando a hipótese de extrema dificuldade em se colocar, em virtude do acúmulo de resistências que suporta. Ao ser questionado sobre sentimentos, em diversos momentos afirmou não sentir nada, indicando uma total falta de contato consigo mesmo.

Para Hycner (1995), somente à medida que o processo psicoterápico avança é que o cliente pode, aos poucos, sentir-se à vontade para se abrir e vivenciar suas experiências de forma mais completa. Assim, já na finalização dos atendimentos, algo despertou a atenção de Lucas, e esse contato poderia ser aprofundado, o que não ocorreu em virtude do tempo disponível.

Segundo Hycner (1997), é a atitude dialógica do terapeuta que comunica ao cliente que existe uma pessoa interessada em sua experiência. Nesse momento, começa a nascer uma relação, um tipo de confiança, que permite ao terapeuta desenvolver uma escuta profunda, nova, que cria condições para que o não dito seja pronunciado.

O estabelecimento da relação dialógica é por si só um processo gerador de contato e *awareness*. Jacobs (1997) e Hycner (1997) afirmam que a relação dialógica é uma forma específica de contato entre duas pessoas, em que a singularidade de cada uma é valorizada, o que implica uma concepção do homem como ser essencialmente relacional. Graças a esse processo dialógico, o terapeuta buscará estabelecer um diálogo, centrado no presente, para permitir ao paciente ao mesmo tempo intensificar a *awareness* e obter contato com o outro.

Iniciar o processo de contato com a totalidade da pessoa atendida exige a realização de uma “suspensão”⁸ de pressupostos, por parte do terapeuta, a respeito de quem é a pessoa a ser atendida, ou seja, do que significa ser autor de violência sexual. Hycner (1995 e 1997), no entanto, afirma ser humanamente impossível uma suspensão completa, até porque isso se contrapõe à visão da abordagem, que concebe o terapeuta como sujeito ativo no processo psicoterápico, visto que atua em uma relação dialógica com o cliente. No entanto, o terapeuta deve estar consciente, na medida do possível, de tais pressupostos, para que não se precipite em sugestões, conclusões ou interpretações. Em vez disso, o terapeuta deve se empenhar em descobrir qual é o significado do evento para aquela pessoa específica. Muitos dos padrões ditos “patológicos” começam a fazer sentido quando se compreende o significado que a pessoa atribui a determinado evento.

Essa é a razão por que, no decorrer dos atendimentos, procurou-se suspender rótulos, estigmas e categorias acerca de quem era a pessoa atendida. Ou seja, buscou-se compreender a pessoa em sua totalidade, incluindo nessa totalidade a visão contextual, ou seja, as relações estabelecidas durante a própria trajetória passada e presente de cada um, para se chegar à pessoa que há por trás do rótulo/estigma.

Conhecer a pessoa e suas ações com base no que ela mesma traz, e não apenas pelo que os “outros” dizem dela, é fundamental. Os atendimentos iniciam-se com uma das pessoas pedindo para que seu processo seja lido e, a partir dessa leitura, se desenvolva a relação psicoterápica:

Núbia: [...] Eu queria te falar que eu até li o seu processo, mas eu queria ouvir de você, o que você tem pra falar, porque eu só posso te conhecer a partir do que você me disser, não é?

Bruno: É.

Núbia: Na verdade, se a gente tenta conhecer uma pessoa por meio de outra, a gente nunca conhece a pessoa de verdade.

Bruno: É. Nesse caso, a senhora queria ouvir de mim?

Núbia: Eu queria ouvir a partir de você. Eu até vou ler seu processo de novo, mas depois.

Bruno: Tipo assim, pra saber se eu estou mentindo ou não.

Núbia: Não, não é isso. Eu quero te conhecer, a partir de você, do que você fala, do que você traz; eu não vou saber se você está mentindo ou não, isso quem vai saber é só você. Às vezes, você pode falar uma coisa e no processo estar escrito outra, mas, aí, como eu vou saber qual é a verdade e qual é a mentira? Se eu ler o seu processo, eu vou te conhecer de uma forma, pelo que está escrito lá; agora se eu te ouvir, eu vou te conhecer a partir de você.

Bruno: É.

Vale ressaltar que esse é um momento crucial do processo psicoterápico, no qual o vínculo está começando a ser formado. E o que pôde ser constatado no decorrer dos atendimentos foi a disponibilidade dessa pessoa atendida inclusive para relatar casos que não constavam em seu prontuário, sem essa preocupação percebida inicialmente.

Durante todo o trabalho psicoterapêutico com os autores de violência sexual atendidos, buscou-se o desenvolvimento do contato com suas prioridades. Trazidas às sessões, essas prioridades incluíam expectativas, projetos, desejos, sentimentos, relações familiares, convivência com companheiros de prisão, ou seja, a pessoa em sua totalidade. Vale assinalar que era a pessoa que se encontrava em terapia, e não o motivo pelo qual foi presa. Focaram-se, também, as responsabilidades de cada um, por ser autor de sua própria história, como pode ser percebido no seguinte relato:

Bruno: [...] Pra mim não tem, é como se diz, não tem sentido viver, não; tanto faz eu matar ou morrer, aqui dentro é, acho que, pra mim, é lucro, entendeu? Eu acredito na reencarnação, quem sabe eu venho melhor na outra reencarnação, que isso aqui é um aprendizado.

Núbia: Assim, não entendo muita coisa de reencarnação, não, mas, por exemplo, o fato de você começar a reconstruir a sua vida agora também não te ajudaria na próxima reencarnação?

Bruno: Pode ser também, uai. Demais. [Pausa.]

Núbia: Então, o fato de você reconstruir sua vida agora te ajudaria na próxima reencarnação. E o contrário? O fato de você destruir ainda mais a sua vida, o que isso faria na próxima reencarnação?

Bruno: Talvez voltaria pior ainda do que estaria hoje.

Núbia: É o que eu imagino, apesar de não entender muito.

Bruno: Não, é isso mesmo que eles explicam, sabe?

Para a *gestalt*-terapia, o contato e a *awareness* são acompanhados de um processo de conhecimento, controle, escolha e responsabilidade pelos próprios sentimentos e comportamentos (Yontef, 1998). A abordagem trabalha com a concepção de que a pessoa não é vítima de si mesma, não sendo determinada *a priori* por instintos ou condicionamentos, mas é, antes disso, responsável por seu destino e sua liberdade. Cabe ao processo psicoterapêutico auxiliar a pessoa a se ver como responsável por sua vida, interrompendo sua procura pelos vilões de sua história (Ribeiro, 1999). Para tanto, a *gestalt*-terapia optou pelo desenvolvimento de uma relação dialógica baseada na presença de certos elementos do inter-humano, descritos por Buber (1974 e 1982) como presença, comunicação genuína, inclusão e confirmação.

Estar presente em uma abordagem dialógica, para Jacobs (1997), implica ser capaz de ver e reconhecer o outro em sua própria alteridade. A presença do terapeuta deve ser modulada pela habilidade do cliente em absorvê-la e responder a ela; ou seja, o outro precisa estar aberto a essa presença.

A presença pressupõe também que a participação do terapeuta na relação seja genuína, ou seja, deve haver uma disposição do terapeuta para se envolver, comunicando um sentimento ou algo de seus próprios valores aqui-agora, se isso puder ser terapêutico para o cliente em seu exercício de ampliação da *awareness*. Segundo Yontef (1998), o terapeuta não somente permite ao paciente ser quem ele é, mas também permite que o cliente seja quem é como resposta.

No decorrer dos atendimentos, observou-se que a própria pessoa atendida chama o terapeuta para a relação, seja de forma direta ou por insinuações que incluem o terapeuta. Assim, ao falar sobre si mesmo, Diogo comenta sobre seu jeito agressivo, ao mesmo tempo em que aponta a percepção do terapeuta para o fato:

Diogo: É o meu jeito de ser. Esse jeito agressivo, entendeu? Às vezes eu tô bom, às vezes eu tô ruim, às vezes eu tô mais ou menos, entendeu? [...] Eu acho que você já deve ter percebido pelo meu jeito [...]. Você pode ver, cada dia eu estou de um jeito diferente, entendeu? Um dia mais agressivo, um dia mais calmo, entendeu? Às vezes eu queria me entender, nem eu me entendo.

Núbia: Assim, pra mim, você vem do jeito que você vem sempre. É até engraçado que você fala quando você chega: “Ah, mais ou menos.” E aí

sempre você fala isso: “Mais ou menos.” E hoje você falou: “Mais ou menos.” Igual todo dia. Todo dia tá mais ou menos. [Pausa.] O que você acha do que eu estou te falando?

Diogo: Não sei, não. Sei lá. Talvez eu não consiga expressar meu jeito de ser, entendeu?

Núbia: Porque você fala que seu jeito é agressivo. Só que eu não consigo ver, por exemplo, que hoje você está mais agressivo. Como é que é esse agressivo?

Diogo: Talvez assim, eu não sei explicar. Talvez eu tenha, assim, uma raiva interior, raiva de mim, raiva de mim mesmo.

Núbia: Você sabe que você tá agressivo, mas aqui dentro?

Diogo: É.

Núbia: E às vezes não?

Diogo: Talvez não, talvez não tô expressando isso pras pessoas de fora, entendeu? Às vezes, às vezes eu converso com as pessoas; às vezes não tá dando pra [...].

Núbia: Você sente isso? Que às vezes você conversa com as pessoas e não consegue expressar o que você está sentindo?

Diogo: Às vezes eu não consigo, não consigo atender aquele ponto ideal que eu tô querendo chegar, entendeu? [...] É estranho, você quer fazer, quer passar uma coisa pras pessoas e não consegue.

Núbia: Agora você está querendo passar alguma coisa que não está conseguindo?

Muitas vezes, diante da colocação do terapeuta de que o paciente não lhe passa aquilo que está dizendo verbalmente, a pessoa consegue entrar em contato consigo mesma e identificar quais suas reais dificuldades na relação com o outro. Além disso, pode ainda voltar a atenção para o que está acontecendo consigo e perceber se, em tal momento, está “tentando passar algo que não consegue”. Em relação a esse ponto, Diogo diz:

Diogo: Não. Talvez sim, talvez não.

Núbia: Talvez sim, talvez não? Olha, vê se dá pra ver direitinho, se tem ou se não tem.

Diogo: Às vezes tem e não tem. Porque eu quero falar uma coisa que aconteceu no meu passado, entendeu? E na mesma hora eu já quero falar uma coisa que eu quero que aconteça no meu futuro, entendeu?

Núbia: E você não pode falar as duas coisas?

Diogo - Não consigo, entendeu? Do futuro, o que eu quero fazer, o que eu penso, entendeu? Do meu passado, aconteceu. Eu não quero mais saber desse passado. [...] É, às vezes, eu penso assim, mas o principal tá aqui-agora, entendeu?

Núbia: Eu concordo que o principal está aqui-agora, e a gente tem de viver o aqui-agora. Não dá pra ficar vivendo o ontem. Só que às vezes, Diogo, olhar pro ontem permite que a gente entenda alguma coisa do agora, do hoje.

Em vários momentos, percebe-se que Diogo demonstrava uma necessidade de falar sobre o passado, no qual, segundo as percepções da psicoterapeuta, inclui-se o crime cometido. Ao mesmo tempo, pode-se observar um receio em falar sobre o assunto. As mensagens são duplas quando se refere ao crime. Ele diz, por exemplo: “Eu não fiz e vou morrer dizendo que eu não fiz.” E, ao mesmo tempo: “O meu maior erro foi ter aprontado pra ter vindo preso.”

Outro aspecto central de uma psicoterapia com orientação dialógica refere-se à confirmação do cliente pelo terapeuta. Friedman (1985) menciona a necessidade que cada pessoa sente de ser confirmada em sua singularidade, o que normalmente não ocorre, visto que a pessoa, em geral, só é confirmada por meio de “contratos” do tipo “te confirmo, se você...”. Nesses casos, o autor afirma que não é a pessoa que está sendo confirmada e sim o papel que ela desempenha para agradar os outros, que lhe são significativos. Ressalte-se que, segundo Hycner (1997), confirmar o outro significa voltar-se para o outro, afirmando sua existência separada, ou seja, sua alteridade, sua singularidade e seu vínculo com o terapeuta e com os outros. A confirmação das sensações e sentimentos oriundos da experiência vivenciada pela pessoa é importante, ainda que não exista uma confirmação das atitudes da mesma. No decorrer dos atendimentos, Bruno ao relatar um abuso que cometeu, conta que havia combinado um programa com uma garota em um bar, mas esta o deixara e fora conversar com outros rapazes. Depois que os rapazes se retiraram do local, ela voltou para sua mesa. Ele então se ofereceu para levá-la em casa, e a estuprou no caminho. Esse é o momento em que se abre o espaço para que o sentimento envolvido aflore, o que é apresentado por Bruno como raiva:

Núbia: E eu imagino assim que dê raiva mesmo, né?, porque você está com a pessoa ali, você já havia combinado uma coisa com ela, e a pessoa vira e fala que não quer mais sair com você.

Bruno: Falou que não.

Núbia: E te deixa na mão.

Bruno: É, a senhora tá entendendo?

Núbia: Dá raiva mesmo, e ainda fica com outro na sua frente.

Bruno: Ficou, né?, sentada na outra mesa, com as amigas dela lá, tomando cerveja, com outro. Só sei que ela não se acertou, com os rapazes que estavam lá, igual às amigas dela, e as amigas dela foram e ela ficou, e eu estava sozinho, aí ela pegou e foi pra onde eu estava, né?

Embora o sentimento seja aceito no processo psicoterápico, é importante salientar que o que é feito com esse sentimento é da responsabilidade da pessoa, devendo ser percebido e assumido por ela. No exemplo citado, é importante que a pessoa entre em contato com o que ela fez com sua raiva e a forma como permitiu que ela fosse liberada:

Núbia: Mas quando ela foi pra sua mesa, a impressão que me passa, quando você fala, é que pra você estava tudo bem.

Bruno: Perfeitamente.

Núbia: E não estava.

Bruno: Não tava, não.

Núbia: Você estava com raiva.

Bruno: Eu estava com raiva, né?, grilado, né? Mas era com raiva mesmo.

Núbia: Mas você não falou pra ela que você tava com raiva, não é?

Bruno: Não, falei não.

Núbia: Não questionou: “Que aconteceu? Péra aí, você estava aqui comigo e vai pra lá?”

Bruno: “Vai pra lá, me deixou aqui, e você voltou com a cara limpa desse jeito?”

Núbia: “Na maior folga, o que tá acontecendo?”

Bruno: Não, não falei nada não.

Núbia: Pois é, você não falou.

Bruno: Mas fiquei guardando aquilo, comigo ali.

Núbia: Imagino que você tinha pensado, né?

Bruno: É, realmente foi isso mesmo que a senhora falou.

Por meio das intervenções colocadas acima, pode-se perceber que o fato de a pessoa ser aceita como ela é não significa que ela é confirmada em tudo que faz. Isso seria deixar de lado a realidade do terapeuta enquanto pessoa no relacionamento, que, neste caso, se posiciona de forma contrária à atitude de Bruno.

Esse pode também ser um exemplo do processo de inclusão necessário à própria confirmação. A inclusão é definida por Jacobs (1997) como a capacidade do terapeuta de imaginar em si mesmo a realidade do outro, ao mesmo tempo em que mantém sua própria identidade. Assim, pode-se dizer que a pessoa é confirmada na medida em que o terapeuta traz a si mesmo,

em sua singularidade, para o diálogo com o outro, e o confirma, mesmo quando se mantém em “oposição” a ele (Friedman, 1985).

Segundo Friedman (1985), mesmo que o outro esteja “completamente errado”, ele tem seu ponto de vista, sua própria existência que deve ser respeitada, considerando-se a pessoa em uma existência dinâmica. Nesse sentido, a confirmação implica também “confirmar” as potencialidades da pessoa e acreditar no processo de ressignificações.

No decorrer dos atendimentos, Bruno traz um tema que gostaria de trabalhar. Relaciona-se a uma visão objetual que diz possuir por todas as mulheres. Essa imagem encontra-se relacionada a vivências anteriores e à forma como foram incorporadas. Embora ele mesmo traga o tema em uma sessão, em outras também se posiciona de forma contrária, se contrapondo ao fato, o que é enfocado na psicoterapia:

Núbia: Mas assim é, quando eu te falo que, por exemplo, essa imagem que você pegou dessas experiências que você teve, você generaliza pra todas as outras mulheres. Isto faz sentido para você?

Bruno: Que não anda adequadamente, né?, doutora, né? A mulher tem de ter um respeito por si própria.

Núbia: Então são só essas mulheres que não andam adequadamente que você vê como objeto?

Bruno: É, uai.

Núbia: Porque eu lembro que você tinha falado que, no primeiro dia, [isso] aconteceu comigo, e eu não lembro de não estar vestida adequadamente.

Nesse momento, a psicoterapeuta chama a atenção para o contexto relacional, colocando-se enquanto pessoa que também foi vista como objeto, fazendo parte do sistema. Assim, Bruno traz a ressignificação da imagem anteriormente construída por ele perante a terapeuta:

Bruno: Não, mas a gente cria uma imagem no primeiro momento [...]. Eu já não olho a senhora como da primeira vez, não. Olho como uma pessoa normal, como uma mulher normal, comum, uma pessoa educada, uma pessoa que sabe conversar com a gente, né?, que sabe se vestir [...].

Núbia: Então é uma coisa que você conseguiu fazer, tipo assim, mudar sua visão acerca de uma mulher.

Bruno: É.

Núbia: É o que contribuiu pra você conseguir fazer isso?

Bruno: Uai, pensando bem, um pouco foi da conversa que nós tivemos [...]. É porque a gente muda um pouco a concepção de ver as coisas, né?

É importante observar os avanços da pessoa no processo psicoterapêutico, percebendo-a não só como alguém que se constrói na relação com o outro, mas que também reconstrói percepções por meio do contato com o outro, sintetizado aqui na figura da psicoterapeuta.

O ato da confirmação implica que a pessoa entre no mundo fenomenológico da outra sem julgamentos e, ao mesmo tempo, permaneça com seu próprio ser, ou seja, implica ao mesmo tempo o processo de inclusão e de suspensão fenomenológicas (Jacobs, 1997). Por meio do enfoque fenomenológico e do diálogo aberto estabelecido na relação, o cliente pode tomar consciência do seu próprio processo presente de se relacionar. Contudo, apesar de toda a postura dialógica do terapeuta, o encontro pode não acontecer, mas a presença dessa atitude é, para a *gestalt*-terapia, uma forma de encontrar o cliente onde ele está, prosseguindo como ele pode, com o objetivo de ampliar suas possibilidades e tentar contatar o novo ou o antigo de forma nova (Hycner, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do processo psicológico com os autores de violência sexual, foi observado que o atendimento não flui da mesma forma com todas as pessoas, a ponto de ser quase impossível a definição de um roteiro a ser seguido com os mesmos. Vale ressaltar, como observa Ribeiro (1997), que cada pessoa é o resultado de suas relações ao longo do tempo, razão por que o contato deve ser feito a partir das várias relações que a pessoa manteve com os diversos campos. É isso que faz cada atendimento ser significativamente diferente, tendo em conta as especificidades e particularidades de cada um.

Embora houvesse temas considerados importantes a serem trabalhados com a população escolhida – histórias de vida, questões sobre sexualidade, gênero e violência sexual, relação adulto-criança, suas vivências no presídio e conseqüências da violência sexual para vítima e autor –, permearam-se outros temas individuais trazidos por cada pessoa atendida. Com uma delas, trabalhou-se, sobretudo, suas atitudes e responsabilidades, ao se permitir ser influenciado pelos outros. Com outra, focou-se a forma como se mantinha presa aos acontecimentos passados e como isso influenciava sua visão sobre si mesmo e sobre o mundo, chamando-se a atenção para o fato de se prender muito ao lado ruim, ou ao que ainda vai acontecer, e assim por diante.

No decorrer da psicoterapia, foram encontradas pessoas com dificuldades extremas no estabelecimento de contato consigo mesmas e, por conseqüência, também com o outro. Acredito que não seria possível trabalhar com pessoas com essas características se as mesmas não fossem inseridas no contexto relacional de suas histórias, pois muitas vezes produziam-se relações que me despertavam angústias e aflições, exatamente pelas dificuldades e limitações em estabelecer o contato.

Entretanto, foi possível perceber que o ritmo do processo de terapia está relacionado com o ritmo da própria pessoa atendida, que, muitas vezes, encontra-se diante de uma relação completamente nova. Os retornos recebidos destas pessoas, e os sentimentos de *awareness* conseguidos, foram, sem dúvida, um importante fator motivador do trabalho.

Um aspecto importante diz respeito à responsabilização do autor em relação à violência cometida, o que implica que a pessoa aceite a si mesma como autora de violência. É fundamental destacar que, para a *gestalt*-terapia, o processo de mudança só pode ocorrer quando se faz contato com a totalidade da pessoa, e não apenas com o sintoma.

Assim, durante o processo psicoterápico, o foco se centrou no contato desse sujeito consigo mesmo. Alguns trechos de intervenções podem trazer a noção de uma ênfase maior no contato com a violência cometida, o que pode ter ocorrido pelo fato de ser extremamente importante que a pessoa ressignifique visões e possa enfrentar a verdade sobre si mesma, constituindo, portanto, também uma forma de entrar em contato consigo.

Desenvolver um trabalho de psicoterapia no contexto prisional, como já mencionado, por si só marcado por violações e invasões à totalidade da pessoa, é um enorme desafio. O estabelecimento de vínculos nesse sistema é ainda mais complexo do que na prática clínica de consultório, exatamente pela oferta de uma proposta que caminha na contramão de tudo o que a pessoa recebeu e está recebendo até então. É preciso ressaltar que muitas vezes o papel da psicologia que essas pessoas conhecem se limita ao recebimento de laudos, os quais, para eles – e muitas vezes para a própria Justiça –, têm a função de decidir se devem ou não obter algum tipo de benefício.

Embora não se tenha conseguido os mesmos avanços com todas as pessoas atendidas, acredita-se que, para elas, o programa representou o início do estabelecimento de uma relação diferenciada, pois o contexto em si foi facilitador para se colocarem como pessoas. E embora alguns não tenham se “reconhecido enquanto autores de violência” (e nem esse foi o objetivo do

trabalho, ao contrário de outras formas de psicoterapia), deram grandes passos no sentido de fazerem escolhas simples, como, por exemplo, se disporem a estar presente toda semana no atendimento. Esse é um posicionamento que demonstra, para alguém com fortes características depressivas, que não tem vontade de fazer nada, um avanço que deve ser registrado e respeitado.

Já outras pessoas conseguiram avanços maiores, no sentido de se verem como responsáveis pelo seu próprio comportamento perante o outro, em especial a figura feminina, e puderam inclusive ressignificar visões acerca dessa figura.

Vale ressaltar também que os avanços e/ou retrocessos de qualquer processo psicoterapêutico incluem a relação estabelecida, ou seja, a pessoa atendida e a pessoa do psicoterapeuta. Assim, como pessoa presente na relação, a psicoterapeuta não estava livre de preconceitos ou objetualizações acerca da pessoa atendida. Contudo, coube a mim buscar identificar e trabalhar essas resistências e defesas que inquestionavelmente surgem no contato com o outro (em especial com alguém que comete um ato totalmente contrário a princípios e valores do psicoterapeuta), de forma a não permitir que esses aspectos impedissem o desenvolvimento do processo.

É necessário lembrar que a discussão sobre o tema não diz respeito somente à questão penitenciária, com todas as suas invasões, mas é preciso considerar suas limitações, que são também reais. Além da responsabilidade do sistema prisional, está a responsabilidade que se estende à sociedade como um todo, que ainda vê tais pessoas como as únicas responsáveis pela violência e pelo aumento da criminalidade, eximindo-se de seu próprio papel como participante desse sistema.

Torna-se essencial e urgente a elaboração de políticas de prevenção da violência sexual que envolvam discussões sobre sexualidade, dominação, poder, relações de gênero e violência, e que se estendam a toda a sociedade, incluindo crianças, adolescentes e adultos. Tais discussões são responsáveis por intensificar o conhecimento de cada pessoa acerca de si mesma e, conseqüentemente, se estenderão para todas as outras pessoas com as quais cada uma dessas pessoas irá relacionar-se.

É também necessário criar políticas de responsabilização e tratamento da violência sexual que incluam o autor da violência nos programas governamentais, para que se possa atendê-lo integralmente, não apenas no presídio, mas também após o cumprimento da pena, objetivando oferecer-lhe apoio e auxílio em seu processo de reinclusão social.

NOTAS

- 1 Esse programa fez parte das ações do projeto “Invertendo a rota: ações de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil na região metropolitana de Goiânia”, no período de 2004 a 2006, e recebeu apoio financeiro da Petrobras. Após esse período, o programa foi financiado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) e pelo Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA), do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) por mais de um ano. Durante os dois períodos citados, foi firmado convênio entre as entidades financiadoras e a Universidade Católica de Goiás (UCG), representada pelo CEPAJ/IDF/PROEX/UCG).
- 2 A POG é uma das unidades prisionais da Secretaria de Estado da Justiça de Goiás e faz parte do complexo prisional de Aparecida de Goiânia. Nela encontram-se pessoas privadas de liberdade em regime fechado.
- 3 A fim de minimizar as violências e os abusos sexuais cometidos contra autores de violência sexual, criaram-se, no estado de São Paulo, três centros de detenção específicos para essa população, em Sorocaba, Itai e Serra Azul.
- 4 Os nomes apresentados no decorrer do trabalho foram alterados, para preservar a identidade das pessoas atendidas.
- 5 De acordo com a teoria de campo, a pessoa existe em um campo indivíduo/ambiente. Esse campo se diferencia pelas fronteiras de contato, entendidas como processos de separação e ligação mediante os quais ocorrem as trocas entre o indivíduo e o meio.
- 6 *Awareness*, segundo Yontef, implica “estar em contato vigilante com o evento mais importante do campo indivíduo/ambiente, com total apoio sensorio-motor, emocional, cognitivo e energético” (1998, p. 215).
- 7 Nos diálogos, optou-se pelo uso dos nomes pessoais, no lugar dos consagrados usos “terapeuta/cliente”, para uma melhor aproximação de uma relação pessoa a pessoa, sugerida pela *gestalt*-terapia.
- 8 O termo refere-se à *epoché* de Husserl. Significa colocar de lado significados, vieses e preconceitos do próprio terapeuta.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Pele de asno não é só história: um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família*. São Paulo: Roca, 1988.

BALTIERI, Danilo Antônio. *Consumo de álcool e outras drogas e impulsividade sexual entre agressores sexuais*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Medicina) – Departamento de Psiquiatria, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BOSCHI, Isabel. Obsessão, compulsão, ansiedade y parafilias. *Perspectivas Sistémicas*, Buenos Aires, n. 54, 1998-1999. Disponível em: <<http://www.redsistemica.com.ar/boschi.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2006.

_____. ¿Por qué trabajar con ofensores sexuales? *Perspectivas Sistémicas*, Buenos Aires, n. 87, 2006. Disponível em: <<http://www.redsistemica.com.ar/articulo87-2.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Departamento da Criança e do Adolescente. *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil*. Brasília: Ministério da Justiça, 2001.

BUBER, Martin. *Eu e tu*. São Paulo: Centauro, 1974.

_____. *Do diálogo e do dialógico*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

ELDRIDGE, H. Patterns of sex offenders and strategies for effective assessment and intervention. In: ITZIN, C. *Home Truths about Child Sexual Abuse*. Londres: Routledge, 2000.

ESBER, Karen Michel. *Pessoas que cometeram violência sexual: patologia individual ou questão familiar*. 2005. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em Psicologia-Jurídica) – Ipes, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.

FEIJÓ, Ana Maria Lopes Calvo de. *A escuta e a fala em psicoterapia: uma proposta fenomenológico-existencial*. São Paulo: Vetor, 2000.

FORGHIERI, Yolanda Cintrão. *Psicologia fenomenológica: fundamentos, método e pesquisas*. São Paulo: Pioneira, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

FRIEDMAN, Maurice. *The healing dialogue in psychotherapy*. Nova York/Londres: Jason Aronson, 1985.

FURNISS, Tilman. *O abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GLASSER, M.; KOLVIN, L.; CAMPBELL, D.; GLASSER, A.; LEITCH, I.; FARRELLY, S. Cycle of child sexual abuse: links being a victim and becoming a perpetrator. *British Journal of Psychiatry* 179, 2001, p. 482-494.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1961.

_____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GOMES NETO, Pedro Rates. *A prisão e o sistema penitenciário: uma visão histórica*. Canoas: Ulbra, 2000.

HUMAN RIGHTS WATCH (HRW). *Relatório: o Brasil atrás das grades*. Disponível em: <<http://hrw.org/portuguese/reports/presos/>>. 1998. Acesso em: 15 jun. 2007.

HYCNER, Richard. *De pessoa a pessoa: psicoterapia dialógica*. São Paulo: Summus, 1995.

_____. A base dialógica. In: HYCNER, Richard; JACOBS, Lynne (org.). *Relação e cura em gestalt-terapia*. São Paulo: Summus, 1997.

JACOBS, Lynne. O diálogo na teoria e na *gestalt-terapia*. In: HYCNER, Richard; JACOBS, Lynne (org.). *Relação e cura em gestalt-terapia*. São Paulo: Summus, 1997.

JESUS, Núbia Angélica de. O círculo vicioso da violência sexual: do ofendido ao ofensor. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 26, n. 4, p. 672-683, dez. 2006.

MACAULAY, Fiona. Prisões e política carcerária. In: LIMA, Renato Sergio; PAULA, Liana (org.). *Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo seu papel?* São Paulo: Contexto, 2006.

MADANES, Cloés. *Sexo, amor e violência: estratégias para a transformação*. Campinas: Psy, 1997.

PEREIRA, Lucimara Martins. Violência sexual doméstica contra crianças e adolescentes: uma proposta multidisciplinar de atendimento. In: CRAMI/Campinas (org.). *Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor*. 2. ed. Brasília: Cortez, 2005.

POLSTER, Erving; POLSTER, Miriam. *Gestalt-terapia integrada*. São Paulo: Summus, 2001.

RIBEIRO, Jorge Ponciano. *O ciclo do contato: temas básicos da abordagem gestáltica*. São Paulo: Summus, 1997.

_____. *Gestalt-terapia de curta duração*. São Paulo: Summus, 1999.

SANDERSON, Christiane. *O abuso sexual contra crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais*. São Paulo: M. Books, 2005.

SANTOS, Helio de Oliveira. *Crianças violadas*. Brasília: CBIA/CRAMI, 1991.

SILVA, Marcos Antonio. *Sistema penitenciário goiano e o cotidiano do reeducando no Cepaigo: do discurso legal à realidade*. Goiânia: UCG, 2000.

SULLIVAN, J.; BEECH, A. Assessing Internet Sex Offenders. In: CALDER, M. C. *Child Sexual Abuse and the Internet*. Lyme Regis, Dorset: Russell House Publishing, 2004.

TORRES, Andréa Almeida. Direitos humanos e sistema penitenciário brasileiro: desafio ético e político do serviço social. *Serviço Social & Sociedade*, v. 22, n. 67, p. 76-92, set. 2001.

VECINA, Tereza Cristina Cruz. Do tabu à possibilidade de tratamento psicossocial: um estudo reflexivo da condição de pessoas que vitimizam crianças e adolescentes. In: _____; FERRARI, Dalka Chaves de Almeida (org.). *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora, 2002.



VITIELO, Nelson. Vitimização sexual: conseqüências orgânicas. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (org.). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu, 1989.

YONTEF, Gary M. *Processo, diálogo e awareness: ensaios em gestalt-terapia*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1998.



SOBRE OS AUTORES





IRAÍDES CAMPOS DA LUZ, assistente social formada pela Universidade Católica de Goiás (UCG). Atuou no projeto “Invertendo a rota: ações de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil na região metropolitana de Goiânia” (2004-2006). Militante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR-GO). Atualmente trabalha na organização não governamental Sociedade Cidadão 2000, pelos Direitos da Criança e do Adolescente.

KAREN MICHEL ESBER, psicóloga formada pela Universidade Católica de Goiás (UCG). Possui pós-graduação *lato sensu* em Psicologia Jurídica, pelo IPES/UCG, em Terapia de Famílias e Casais, pelo CAEP/UCG, e é mestranda em Psicologia Social. É psicóloga pesquisadora do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (CEPAJ/IDF/PROEX/UCG), onde coordena o programa “Repropondo: Atendimento a Autores de Violência Sexual, tendo participado de sua implantação e implementação.”

LUIZ DO NASCIMENTO CARVALHO, graduado e mestre em psicologia pela Universidade Católica de Goiás (UCG). Desde 2006, coordena as pesquisas “Violência sexual infanto-juvenil: estrutura histórico e formação das microrredes da Rede de Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência” e “Estado da arte em metodologia de intervenção psicoterapêutica a autores de violência sexual”, desenvolvida pelo CEPAJ/IDF/PROEX/UCG, com financiamento da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil (SEDH-PR). Professor da disciplina Psicologia da Educação na Universidade Federal de Goiás (UFG), foi educador social de rua (1995-2000) na Sociedade Cidadão 2000 pelos Direitos da Criança e do Adolescente.

MARIA APARECIDA ALVES, graduada em Psicologia pela Universidade Católica de Goiás (UCG), com formação pela Sociedade Goiana de Psicodrama (SOGEP) e mestranda em Educação. Vem trabalhando com o tema da violência sexual contra mulheres, crianças e adolescentes no Núcleo de Prevenção à Violência e Promoção da Saúde (NPVPS) da Secretaria Municipal de Saúde, atuando diretamente na Rede de Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência, de Goiânia.

MARIA LUIZA MOURA OLIVEIRA, graduada e mestre em Psicologia pela Universidade Católica de Goiás (UCG). É coordenadora-geral do CEPAJ/IDF/

PROEX/UCG e conselheira do Conselho Federal de Psicologia (XIII Plenário), que representa, como conselheira titular, no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Integra ainda a coordenação colegiada do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e, em Goiás, como conselheira representante da UCG, atua no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

NOEMI ASSIS, graduada em Psicologia pela Universidade Católica de Goiás (UCG), atuou como pesquisadora no projeto Elos-Goiás. Atualmente, trabalha na Secretaria Municipal de Saúde do município de Goiânia, atuando na organização do banco de dados. Participou, como auxiliar de pesquisa, do projeto “Ações de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil em Goiânia e região metropolitana” (2006-2007).

NÚBIA ANGÉLICA DE JESUS possui graduação em Psicologia pela Universidade Católica de Goiás (UCG). É aluna do curso de especialização *lato sensu* em Gestalt-terapia pelo Instituto de Treinamento e Pesquisa em Gestalt-terapia de Goiânia (ITGT).

SÔNIA M. GOMES SOUSA, psicóloga, psicodramatista, doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É professora titular do Departamento de Psicologia da UCG, onde, atualmente, dirige o Instituto Dom Fernando, especializado nas temáticas da infância, adolescência, juventude e família. Desenvolve estudos e pesquisas sobre trabalho infantil, violência física e sexual, abandono, exploração sexual de crianças e adolescentes, subjetividade e vínculos familiares. É autora de *O significado de infância, educação e violência para pais que cometeram violência física contra filhos* (2000) e organizadora de *Infância e adolescência: múltiplos olhares* (2003), ambos publicados pela Editora da UCG. Co-organizou, com Maria Renata Libório, o livro *Exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenção psicossocial* (Casa do Psicólogo, 2004).

Esta obra foi composta em Goudy Old Style
no ateliê da Cãnone Editorial; a impressão se fez sobre
papel Pólen Soft 80g, capa em Cartão Supremo 250g/m²,
na Gráfica Bandeirante, em novembro de 2007.

